

Carina Andrade Benedeti

A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA:

**UMA ANÁLISE DA COBERTURA DA GRANDE IMPRENSA
SOBRE OS TRANSGÊNICOS EM 2004**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Jornalismo e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Figueiredo Motta

Brasília

Faculdade de Comunicação da UnB

2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO:
JORNALISMO E SOCIEDADE

Dissertação intitulada *A qualidade da informação jornalística: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004*, de autoria da mestrande Carina Andrade Benedeti, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Gonzaga F. Motta – FAC/UnB – Orientador

Profa. Dra. Nélia R. Del Bianco – FAC/UnB

Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento – CDS/UnB

Prof. Dr. LUIZ MARTINS DA SILVA
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Comunicação: Jornalismo e Sociedade
FAC/UnB

Brasília, 24 de março de 2006.

Ao Edson, meu companheiro de vida e de estudos, que esteve presente com estímulos e idéias em todos os momentos deste trabalho.

Aos meus pais, José Roberto e Maria Sônia, pelas sábias lições que me ensinaram, sem as quais todo estudo é vão.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Luiz Gonzaga Motta, pela orientação paciente que me ajudou a compreender o caráter processual da pesquisa, pela colaboração valiosa para a viabilização da parte empírica deste trabalho e pela amizade acolhedora em Brasília.

Ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB), pela oportunidade que tive de participar da pesquisa piloto *Transgênicos na imprensa* e por ceder-me os resultados parciais dessa investigação.

À Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), especialmente a Guilherme Canela, pela presteza ao fornecer-me os dados gerados pela pesquisa piloto que executou em parceria com o CDS.

Aos colegas pós-graduandos da UnB que, junto comigo, fizeram parte da equipe responsável pelo levantamento dos dados, sob a orientação da Andi.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos que me forneceu durante o curso de Mestrado.

RESUMO

Este trabalho tem a qualidade da informação jornalística como interesse principal, nos dois aspectos que o termo *qualidade* implica: a natureza daquilo que se discute (*a qualidade* que o diferencia dos demais) e sua avaliação que lhe permite aceitação ou recusa (o seu julgamento *de qualidade*). Para tanto, desenvolvemos dois momentos de pesquisa, um conceitual e outro empírico, nos quais teoria e prática estiveram necessariamente imbricadas.

No primeiro momento, nossa intenção foi tratar dos fundamentos históricos e conceituais da atividade jornalística: o surgimento do paradigma de informação no jornalismo, a institucionalização do modelo de mediação jornalística nas sociedades ocidentais, os seus princípios profissionais e as especificidades desse tipo de informação (sua relação com o tempo e sua forma de conhecimento da realidade).

Na segunda parte da pesquisa, nosso objetivo foi demonstrar que esses fundamentos servem de referência para a avaliação de qualidade da informação produzida pelo jornalismo. Analisamos e interpretamos dados secundários relativos à cobertura da grande imprensa sobre a temática dos transgênicos em 2004. O método de análise de conteúdo foi aplicado na amostra representativa de sete grandes jornais brasileiros (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e Valor Econômico), formada por 213 notícias selecionadas pela técnica de semana composta.

Esse percurso investigativo nos permitiu verificar um descompasso entre os fundamentos conceituais da informação jornalística e a experiência empírica analisada. Contudo, defendemos que a prática de um jornalismo de qualidade na grande imprensa é exeqüível, apesar dos problemas verificados. Um dos fatores importantes para avançarmos nesse sentido é a construção de um referencial de qualidade, capaz de orientar o trabalho jornalístico e a produção de suas informações. Ao final desta pesquisa, pretendemos contribuir para o esboço desse referencial que, a nosso ver, é um débito da academia com a atividade e, em última instância, com a própria sociedade.

ABSTRACT

This dissertation has the quality of journalistic information as its major interest, concerning both aspects comprehended by the term quality: the nature of what is discussed (the quality that differentiates it from the others) and its evaluation that allows itself acceptance or refusal (its quality judgement). Therefore, two research situations were developed in this study, the conceptual and the empirical ones, on which theory and practice had been necessarily fit together.

On the first situation, our intention was to handle the historic and conceptual fundamentals of journalistic activity: the information paradigm's appearance in journalism, the institutionalization of the journalistic mediation model on western societies, its professional principles and the specificities of this kind of information (its relation with time and perception of reality).

On the second part of this research, our objective was to demonstrate that these fundamentals serve as reference to the evaluation of the quality of information produced by journalism. We analyzed and interpreted secondary data linked to the press coverage of the transgenic foods subject in 2004. The content analysis method was applied to a representative sample of seven major Brazilian newspapers (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Gazeta Mercantil and Valor Econômico), formed by 213 pieces of news selected by the composed-week technique.

This investigative track allowed us to verify a dissonance between the conceptual fundamentals of journalistic information and the empirical experience analyzed here. However, we defend the practice of quality journalism in the press is achievable, despite the problems found. One of the important factors to advance toward this direction is the construction of a quality system of references, capable of orientating the journalistic work and its information production. At the end of this research we intend to contribute to the outline of such system of references that, according to our point of view, is an Academy debt with the activity and, in the last instance, with society itself.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
PARTE I – FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA.....	14
1 O JORNALISMO A PARTIR DA SOCIEDADE.....	15
1.1 A institucionalização do jornalismo de mediação no Ocidente.....	15
1.2 Os jornalistas como profissionais e seus saberes específicos.....	24
1.2.1 A existência de teorias que servem de base para a prática jornalística.....	26
1.2.2 O poder de exigir controle sobre a admissão de novos profissionais.....	32
2 OS PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA.....	37
2.1 As concepções de verdade e o conceito de objetividade.....	37
2.1.1 A polêmica da objetividade no jornalismo.....	40
2.2 Liberdade, igualdade e pluralidade.....	49
2.3 Interesse público.....	55
3 A NATUREZA DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA.....	61
3.1 O tempo e a contemporaneidade da informação jornalística.....	63
3.2 O conhecimento da realidade pela notícia.....	67
PARTE II – CONSTATAÇÕES EMPÍRICAS SOBRE A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA: ANÁLISE DA COBERTURA DA GRANDE IMPRESA SOBRE OS TRANSGÊNICOS EM 2004.....	76
4 A ESCOLHA DO MÉTODO.....	79
4.1 A gênese da análise de conteúdo.....	80

4.2	Características do método.....	84
4.3	Problemas e méritos da análise de conteúdo.....	88
4.4	A pertinência do método para a pesquisa proposta.....	90
5	O MATERIAL EMPÍRICO.....	92
5.1	A escolha da temática.....	92
5.2	O universo de pesquisa.....	94
5.3	A codificação das notícias.....	95
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	97
6.1	Algumas considerações contextuais.....	97
6.2	A composição da amostra analisada.....	99
6.3	Uma disputa política pautada pela economia.....	100
6.4	Falando aos pares.....	108
6.5	Uma tendência ao desequilíbrio.....	110
6.6	O oficial é notícia.....	115
6.7	A sociedade não é notícia.....	122
7	INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: Um descompasso entre os fundamentos conceituais e a prática.....	126
	CONCLUSÃO.....	145
	REFERÊNCIAS.....	154
	ANEXOS.....	160

INTRODUÇÃO

O jornalismo e sua atuação na sociedade são o alvo preferencial das mais variadas críticas na atualidade. Em relação a eles, esquerda e direita, sociedade civil e governo, ricos e pobres sempre têm algo a reclamar, embora certamente em proporções diferentes. Uma atividade que se desenvolve na esfera pública social e que adquiriu tamanha importância no contexto democrático, entretanto, não poderia estar imune a tal consequência. As reclamações, nesse caso, fazem parte da conjuntura de liberdade e pluralidade em que o jornalismo moderno se forjou e está inserido na contemporaneidade.

No centro dessa discussão está o principal produto jornalístico, a informação, sem o qual seria impossível imaginar a vida em sociedade hoje em dia. A informação é o resultado da mediação jornalística que possibilita ao público o conhecimento dos fatos atuais. É especialmente em relação ao trabalho de produção informativa que diferentes grupos e indivíduos se manifestam, julgando positiva ou negativamente o desempenho dos jornalistas e do jornalismo em geral.

Por sua importância social, interessa-nos discutir a *qualidade da informação produzida pelo jornalismo*, nos dois aspectos essenciais que o termo qualidade suscita: a natureza específica desse tipo de informação (*a sua qualidade* ou categoria) e a sua avaliação com base na noção de aceitação que possui (o seu julgamento *de qualidade*). Dito de outra forma, pretendemos abordar as especificidades da informação jornalística – suas características, seus compromissos, limites e potencialidades – e identificar alguns elementos que possam servir de referência para a sua avaliação.

Tal interesse justifica-se pela carência no campo do jornalismo de uma definição mais precisa sobre o que constitui a qualidade informativa. Em parte, essa carência advém das

constantes divergências teóricas sobre a relação do jornalismo com a sociedade, pois a avaliação de qualidade é sempre um atributo relativo às responsabilidades assumidas. De outra parte, ela está associada ao fato de essa discussão ser mais freqüente, na realidade brasileira, nos manuais de redação das organizações jornalísticas do que na academia. Apesar de estar *indiretamente* presente em todas as análises e críticas acadêmicas feitas à prática jornalística, consideramos que a qualidade informativa não tem sido tratada com a ênfase necessária nos estudos de jornalismo.

Nosso objetivo é contribuir modestamente com essa discussão. No primeiro momento de pesquisa, resgatamos os fundamentos conceituais, históricos e profissionais do jornalismo moderno, a fim de argumentar que algumas exigências de qualidade informativa são consensuais e persistem como importantes porque estão baseadas na visão ocidental de sociedade, nas suas concepções de verdade, liberdade, pluralidade, interesse público e cidadania, bem como no papel instituído para o jornalismo nesse universo. Para tanto, fazemos uso de reflexões teóricas que inserem as informações jornalísticas no contexto democrático.

Embora o foco central desta pesquisa esteja no produto do trabalho jornalístico, parte significativa do referencial teórico da área que utilizamos para desenvolver nossos argumentos advém dos estudos do processo produtivo e da cultura profissional dos jornalistas (*newsmaking*). Os valores, conceitos, compromissos e condições de exercício da profissão e da atividade jornalística, fornecidos por esse referencial teórico, são utilizados aqui como balizadores da sua relação com a sociedade.

A preocupação que temos com o caráter informativo do jornalismo leva-nos a delimitar a notícia como objeto de análise empírica, a qual é o gênero informativo predominante no jornalismo moderno e, conseqüentemente, o mais representativo. O foco na informação exclui outras formas de abordagens das notícias. Segundo Motta (In: Estudos em

Jornalismo e Mídia, v.1, n. 2, 2004), a comunicação jornalística traz elementos de dois níveis do processo comunicativo: o nível da transmissão do explícito e o nível da transmissão do implícito. Optar pelo nível do explícito – “ato de informar, de repassar informações específicas e concretas” – certamente deixa lacunas em relação ao nível do implícito – o “processo de comunicação propriamente dito” (*ibidem*, p. 120). Contudo, tomamos a informação noticiosa como objeto de estudo porque acreditamos na possibilidade de superação dos enfoques meramente “conteudistas” e na necessidade do empenho acadêmico para a formulação de um referencial de qualidade informativa que sirva de guia para a prática jornalística.

No segundo momento de pesquisa que desenvolvemos, partimos de uma localização específica, no tempo e na estrutura de produção jornalística, para discutir a qualidade da informação: a cobertura noticiosa da grande imprensa brasileira sobre a temática dos transgênicos em 2004. Nosso intuito é verificar a aplicação das idéias apresentadas por intermédio da avaliação empírica da qualidade das informações produzidas pela grande imprensa sobre os organismos geneticamente modificados, no ano de votação da nova Lei de Biossegurança no Congresso Nacional, período de intenso debate sobre o assunto no País.

Trabalhamos com dados secundários, gerados por uma pesquisa piloto, da qual participamos, realizada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) e executada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi). A escolha por esses dados justifica-se, primeiramente, porque o *jornalismo impresso* é, dentre os segmentos jornalísticos existentes (audiovisual, impresso, on-line e radiofônico), o que mais se sustenta pelo discurso de qualidade da informação, utilizado principalmente para evitar que seus leitores cedam às facilidades de outros meios jornalísticos. Em segundo lugar, optamos pela análise e interpretação desses resultados porque julgamos que a temática, a técnica de

seleção amostral e a metodologia de análise, definidas para a investigação empírica, são absolutamente apropriadas para a nossa proposta.

A pertinência do tema se deve, especialmente, à importância que o assunto impôs à relação imprensa-sociedade pelo pouco conhecimento que o público possuía da questão, pelas diversas perspectivas relacionadas à temática (econômica, jurídica, ambiental, agrícola, política e social) e pela falta de consenso entre os atores sociais envolvidos no debate (empresas, instituições, organizações não-governamentais e outros). Já a pertinência da análise de conteúdo como método de investigação se justifica por permitir quantificar as características e tendências das notícias analisadas, apontar suas implicações qualitativas (perfil da cobertura noticiosa) e fazer inferências sobre os problemas verificados e suas possíveis soluções.

Os dados que analisamos e interpretamos se referem a uma amostra representativa, com 213 notícias, selecionadas ao longo de 2004, de cinco grandes jornais brasileiros – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense – e dois jornais sobre negócios/economia, de circulação nacional – Gazeta Mercantil e Valor Econômico. A técnica de seleção amostral adotada foi a de semana composta: para cada um dos 12 meses do ano foi composta uma semana representativa, totalizando 12 semanas ou 84 dias (23% de todos os dias do ano).

A confrontação entre os resultados empíricos, verificados por intermédio dos indícios sistemáticos de análise, e o referencial teórico adotado permitiu-nos constatar um *descompasso* entre os fundamentos conceituais de qualidade da informação jornalística e a experiência prática analisada. A nosso ver, esse descompasso não indica a existência de barreiras intransponíveis para a prática de um jornalismo de qualidade na grande imprensa, já que a imprensa é capaz de bem-informar a sociedade, embora nem sempre o faça.

Não desconhecemos as dificuldades envolvidas no trabalho jornalístico, como a forte pressão temporal a qual está submetido, as influências externas e internas que sofre e o caráter de efemeridade e imprevisibilidade de sua matéria-prima. Entretanto, reconhecer as dificuldades não significa ignorar a insatisfação com as práticas que não atendem aos interesses da sociedade. Pelo contrário, a partir de uma perspectiva conscienciosa do jornalismo, podemos, com mais propriedade, exigir dos profissionais e das organizações produtivas da área que aperfeiçoem seu trabalho com base em critérios de qualidade.

Nessa busca por um jornalismo que atenda mais aos anseios da sociedade acreditamos que *o ser* e *o dever-ser* são questões que estão necessariamente imbricadas. O *dever-ser* aqui não é algo externo ao que conhecemos hoje por jornalismo, como um ideal que se posiciona acima da realidade, mas uma expectativa dialogicamente construída, no processo de institucionalização da atividade na sociedade. Portanto, a definição de uma informação de qualidade no jornalismo está diretamente relacionada ao que se espera desse tipo de informação, ainda que não haja, de fato, uma completa equivalência entre ambos.

A validade de um estudo dessa natureza está na constatação de que a avaliação de qualidade da informação jornalística não é tão aleatória como acreditam alguns, pois existem critérios – veracidade, comunicabilidade, pluralidade, liberdade, socioreferencialidade, inteligibilidade e transmissibilidade – coletivamente estabelecidos que devem ser respeitados. Também está na legitimação das críticas à informação jornalística, de forma que não sejam tomadas como manifestações utópicas, completamente descoladas da prática profissional, mas como exigências plausíveis e relevantes para um jornalismo de qualidade.

Por fim, mesmo considerando que a melhoria da qualidade da informação jornalística faz parte de um processo maior de fortalecimento da democracia, ressaltamos que as questões problemáticas aqui apresentadas são indícios preciosos sobre como pensar o jornalismo frente às necessidades do século XXI.

PARTE I

**FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA
QUALIDADE DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA**

1 O JORNALISMO A PARTIR DA SOCIEDADE

1.1 A institucionalização do jornalismo de mediação no Ocidente

A forma como a atividade jornalística se configurou nas sociedades ocidentais, ao longo dos anos, ainda que não tenha resultado no estabelecimento de um conceito de jornalismo consensual, tanto no universo acadêmico quanto no universo profissional, levou ao reconhecimento de algumas características essenciais da atividade. Antes de tecermos considerações sobre o caráter adquirido pelo jornalismo nesse processo, pretendemos esclarecer alguns aspectos do que consideramos como *sociedades ocidentais*. Utilizaremos, em grande parte, as idéias de Philippe Nemo sobre o assunto.

Segundo Nemo (2005, p. 15), o termo Ocidente

[...] não se refere a uma localização absoluta, como “Europa” ou “América”, mas tem um sentido essencialmente relativo, pois o “ocaso” e o “nascente” deslizam pela Terra redonda à medida que se muda de longitude. Assim, o “Ocidente” define-se por oposição ao “Oriente”, o “Oeste” por oposição ao “Leste”, mas também estes pares não têm sentido senão em relação a um meridiano que a história deslocou muitas vezes.

Tal significação imprecisa do termo, sempre referente a parâmetros variáveis, contribuiu para que o autor optasse por considerar o Ocidente como uma *cultura*, essencialmente caracterizada pela presença em sua história de alguns momentos-chave. São cinco os acontecimentos que, conforme Nemo, modelaram a cultura ocidental: 1) A invenção da cidade, da liberdade, da ciência e da escola pelos Gregos; 2) A invenção do direito, da propriedade privada, do indivíduo e do humanismo por Roma; 3) A revolução ética e escatológica da Bíblia; 4) A “Revolução Papal” dos séculos XI a XIII; 5) A promoção da

democracia liberal, realizada pelo que se convencionou chamar de as grandes revoluções democráticas.

A civilização ou cultura ocidental, portanto, “pode definir-se, numa primeira abordagem, pelo estado de direito, a democracia, as liberdades intelectuais, a racionalidade crítica, a ciência e uma economia de liberdade fundada na propriedade privada” (NEMO, *op. cit.*, p. 11). Nessa perspectiva, o Ocidente é composto pelas sociedades que registraram todos os cinco acontecimentos citados; segundo Nemo, somente a Europa Ocidental e a América do Norte. As sociedades que apresentaram apenas certo número desses acontecimentos, como as pertencentes à América Latina, são consideradas pelo pesquisador como *próximas* do Ocidente. As demais, que não viveram nenhum desses momentos-chave, são consideradas *estranhas* ao Ocidente.

A nosso ver, a diferenciação entre próximos do Ocidente e ocidentais é questionável porque, em se tratando de cultura, as diferenças de experiências históricas muitas vezes são compensadas por processos de aculturação. Por outro lado, a distinção pode ser pertinente se considerarmos que a vivência dos acontecimentos importantes para a formação da cultura ocidental consolidada, de uma forma efetiva, os valores conformados.

De qualquer modo, isso não nos impede de tomar a cultura ocidental como referência crucial para pensar o jornalismo no Brasil. Até porque, há uma forte influência norte-americana no jornalismo brasileiro, tanto na construção dos paradigmas profissionais quanto na caracterização das empresas jornalísticas. Além disso, o próprio autor esclarece que os valores e as instituições construídas ao longo da história cultural do Ocidente não são propriedades exclusivas de ninguém atualmente; eles podem ser apropriados por todos os povos, desde que os considerem importantes.

A cultura ocidental apóia-se, segundo Nemo, na tese do vínculo direto entre verdade e pluralismo, ou seja, na convicção de que a verdade só é acessível pelo pluralismo

crítico, o qual seria mais eficiente do que qualquer outra ordem nos domínios da ciência, da política e da economia. Para o pesquisador, o pluralismo crítico não conduz nem ao ceticismo nem ao relativismo, pois o “procedimento do racionalismo crítico consiste apenas em separar os conceitos de verdade e de certeza. Só há progresso em direção à primeira renunciando à segunda. Toda a verdade é uma dilação” (2005, p. 91).

Na ciência, conforme Nemo, o pluralismo crítico significou reconhecer a falibilidade da razão humana e o caráter refutável dos conhecimentos por ela produzidos; na política, significou a dessacralização do poder pela separação entre política e religião, a consciência de que os governantes são mais suscetíveis ao erro pelo papel que exercem e a necessidade de controle público e de partilha do poder para a manutenção da estabilidade; na economia, o pluralismo representou o estabelecimento de um mercado livre da interferência do Estado.

É interessante observar que o autor não menciona a relação entre verdade e realidade no Ocidente. Essa ligação, no entanto, faz parte da cultura ocidental e manifesta-se, principalmente, na utilização da realidade como mecanismo de aferição de verdade. Segundo Meditsch (2001, p. 227):

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, é possível identificar uma concepção do que é real e verdadeiro fortemente estabelecida. Resumidamente, esta concepção propõe que a realidade é material e passível de ser conhecida, através da evidência dos fatos que a compõem. Nesta concepção, o discurso que se adequa e não contradiz os fatos da realidade é o discurso verdadeiro.

Esse sentido de realidade como verdade material incontestado foi superado no campo científico por uma noção processual de realidade, como um mundo em construção. Entretanto, persiste no senso comum das sociedades ocidentais a idéia de que a realidade é estável e sensível ao conhecimento humano indiscriminadamente, o que vai de encontro ao princípio de negação da certeza. Como veremos, esse paradoxo entre a fé no real e a verdade

plural, que se mantém vivo nas sociedades ocidentais, encontra lugar privilegiado na atividade jornalística, mais especificamente, nos conceitos de objetividade e imparcialidade no jornalismo.

Segundo Nemo (2005, p. 87-88), a preeminência geopolítica do Ocidente no resto do planeta decorre da organização das sociedades ocidentais a partir de instituições democráticas e liberais, como:

a democracia representativa, o sufrágio universal, individual, livre e secreto, a separação dos poderes, uma justiça independente, uma administração neutra, os mecanismos de protecção dos direitos do homem, a tolerância religiosa, a liberdade de investigação científica, as liberdades académicas, a liberdade de imprensa, a livre iniciativa e a liberdade do trabalho, a protecção da propriedade privada material ou imaterial e o respeito pelos contratos.

A democracia é, sem dúvida alguma, fundamental para a caracterização do Ocidente e, conseqüentemente, da atividade jornalística também. Nemo afirma que a ordem democrática, que tem suas origens na Grécia e em Roma, só teve lugar no Ocidente porque pressupunha os “frutos civilizacionais” dos outros momentos-chave da cultural ocidental: o valor da pessoa, o valor do direito e a convicção do carácter falível da razão humana. A nosso ver, o teórico transparece uma visão evolutiva e irreversível de todas as sociedades rumo aos valores ocidentais, principalmente rumo à democracia, o que consideramos temerário. Contraditoriamente ao que transparece, porém, Nemo (*ibidem*, p. 108) afirma que “o que a emergência dos totalitarismos na Europa, em pleno século XX, vem provar é apenas que os valores e as instituições criadas pela civilização não representam ainda senão uma camada relativamente superficial, e frágil, portanto, da nossa cultura”.

Essa visão do sistema democrático como um processo, que exige permanente democratização para manter-se estável, pode ser mais facilmente compreendida nas reflexões de Victor Gentilli (2005), para quem a democracia é movimento, é meio e fim ao mesmo tempo. “O fundamental é entender que uma sociedade democrática pode democratizar-se

mais. Em outras palavras: é possível *democratizar a democracia*, tornar uma sociedade democrática mais democrática ainda” (GENTILLI, *op. cit.*, p. 111-112, grifo do autor). Como reverso inevitável desse processo, portanto, as sociedades democráticas podem deixar de ser democráticas. O caso da sociedade norte-americana e das recentes investidas do governo de George W. Bush sobre os direitos civis, inclusive contra a liberdade de imprensa, é um exemplo nesse sentido.

Gentilli (*ibidem*, p. 120) ressalta que a estabilidade nos regimes democráticos não implica passividade ou harmonia plena de interesses, mas, reconhecimento do “empate” entre as forças sociais e da legitimidade de manifestação das diferentes opiniões existentes na sociedade.

A conquista deste “consenso” no pluralismo, na diversidade e na tolerância com a diferença não foi algo imposto autoritariamente ou conquistado pela adesão geral a tais “valores universais”. Foi, pelo contrário, o resultado dos conflitos e tensões concretos da sociedade, nos quais nenhum desses grupos foi capaz de impor uma dominação total sobre os outros.

Conforme Gentilli, o regime democrático se fundamenta na igualdade jurídica de direitos individuais e políticos dos cidadãos – para que possam se defender do poder do Estado e participar das decisões políticas, respectivamente –, bem como, na responsabilidade do Estado de atenuar as desigualdades reais (direitos sociais). O exercício pleno da cidadania na democracia, portanto, pressupõe que o cidadão conheça os seus direitos e as ações do Estado (publicidade das coisas públicas) para que tenha capacidade de participar de forma qualificada nas decisões políticas. Dito de outra forma, *pressupõe a liberdade de expressão do pensamento, de acesso às informações de interesse público e a visibilidade do poder público*.

Paulo Fernando Silveira (2001, p. 55) lembra que “o direito de informar está intimamente relacionado ao direito de ser informado, constituindo binômio indissociável”:

Inseridos no direito da livre manifestação do pensamento encontram-se, naturalmente: a) a livre expressão da palavra, pelo livre discurso, oral ou impresso, que constitui o direito de informar e discutir as idéias, e o seu viés necessário; b) o direito de livremente ser informado, ou de ser livre recipiente dessa informação ou idéias.

A importância dos meios de comunicação de massa nas sociedades democráticas está justamente em permitir ao público o direito de informar em grande escala e de ser informado. É nesse contexto que a atividade jornalística ganha notoriedade e relevância social na democracia por: 1) proporcionar um espaço plural e com abrangência de massa para o debate das questões de interesse público (fórum público midiático); 2) e produzir informações plurais voltadas para o interesse público. Antes, porém, foi necessário emergir nas sociedades ocidentais um novo modelo de jornalismo, fundamentado no paradigma da informação e da responsabilidade social. Segundo Josenildo Guerra (2003, p. 42):

O final do século XIX e o início do século XX vêm surgir, então, a hegemonia de um modelo de mediação informativa entre os indivíduos e a realidade, em detrimento do papel ativamente político desempenhado até o início do século XIX. Muda-se, então, o *status* da atividade: de um instrumento de ação política, as modernas organizações jornalísticas se apresentam cada vez mais como prestadora de serviço voltada a municiar os indivíduos de informações através das quais eles pudessem agir conforme suas próprias necessidades.

Esse novo modelo da atividade jornalística é essencialmente um modelo de mediação (ato de mediar). O termo *mediar*, no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, significa: “1. Dividir ao meio; repartir em duas partes iguais. 2. Intervir como árbitro ou mediador. 3. Ficar no meio de dois pontos, distar. 4. Decorrer ou ter decorrido entre duas épocas. 5. Ser mediador ou árbitro”. No que se refere à atividade jornalística, consideramos que o termo ganha triplo sentido: 1) mediar no sentido de distar, ou seja, de assumir posição *independente* do que aborda; 2) mediar no sentido de repartir em partes iguais, ou seja, *não favorecer* uma das partes; 3) mediar no sentido de transcorrer por dois momentos, ou seja, de *passar* do acontecimento para o conhecimento público.

Esses três sentidos da mediação jornalística emanam do papel que a atividade assumiu nas sociedades democráticas, um papel de instituição social – conforme a definição do Dicionário Aurélio, instituição é uma “estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência, e identificável pelo valor de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis”. A maneira como o jornalismo se institucionalizou nas sociedades modernas, portanto, está relacionada com o seu papel de informar o público sobre as questões atuais de interesse público e de servir como fórum (espaço aberto) para o debate público.

Implícita nessa tarefa está a capacidade tecnológica dos meios de comunicação de ampliar a escala do debate público nas sociedades de massa. Assim, diante da impossibilidade de os cidadãos expressarem *diretamente* (pessoalmente) suas opiniões a cada um de seus pares, a mediação jornalística tornou-se necessária para falar (informar) e dar voz a todos (estar acessível à pluralidade). A importância que o jornalismo adquiriu na sociedade, como veremos, deriva tanto dessa *tarefa* quanto da *forma* como se comprometeu em exercê-la.

O mesmo paradigma de mediação (informativa e social) que atribuiu ao jornalismo um caráter de credibilidade social implicou a inserção da atividade no regime de mercado e de produção industrial, livre do poder de intervenção do Estado. Posicionar-se no mercado, fora do alcance estatal, significou liberdade para promover uma das condições da democracia: a transparência pública das ações do Estado. Dessa atitude fiscalizadora da imprensa (do controle por meio da visibilidade) decorre a concepção de *quarto poder*¹.

Se, por um lado, o financiamento dos jornais pela venda de espaços publicitários possibilitou a sua despolitização, por outro lado, acentuou o conflito entre interesses públicos

¹ A expressão “quarto poder” foi utilizada em 1828 por um deputado do Parlamento inglês, McCaulay, para designar os jornalistas que acompanhavam a sessão na galeria. Segundo Traquina (2004, p. 46), McCaulay referia-se aos três “poderes” da Revolução Francesa – o clero, a nobreza e o terceiro poder que incluía os burgueses e o povo –, mas, no novo enquadramento da democracia, os três poderes são o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

e privados na atividade. A inserção do jornalismo no campo empresarial fez surgir um paradoxo sem igual nas sociedades democráticas: uma atividade com função eminentemente pública e execução privada. O jornalismo instituiu-se, portanto, simultaneamente, como um serviço público e um negócio privado. Nessa perspectiva, as informações jornalísticas também são construções de dupla natureza: são produtos e serviços, com os quais o público lida na condição de consumidor e cidadão (SILVA. In: MOTTA, 2002).

Para facilitar a discussão sobre essa dupla natureza do jornalismo (serviço e negócio) e diferenciar *o dever-ser* da atividade jornalística de *sua implementação* na sociedade, vamos adotar as definições de instituição e organização jornalísticas, de Josenildo Guerra (2003). Conforme o pesquisador, “a instituição jornalística representa uma concepção da atividade, que molda determinados padrões do ser e fazer profissionais, os quais se consolidaram pela sua relativa eficácia com o passar do tempo”. Já “a organização vai caracterizar a chamada dimensão empírica da instituição jornalística”, é a manifestação concreta da instituição em empresas e profissionais do jornalismo (*ibidem*, p. 59-60).

O caráter empresarial das organizações jornalísticas motivou, e ainda hoje motiva, abordagens teóricas instrumentalistas que vêem o jornalismo apenas como instrumento para a geração de lucro e dominação política. Essas abordagens desconsideram o papel social do jornalismo ou optam por enfocá-lo como um discurso ideologicamente construído para legitimar a atividade. A nosso ver, restringir o jornalismo à manipulação e ao interesse econômico é um equívoco, pois ele é mais do que isso; o que não significa que ele esteja livre de interesses privados, econômicos e políticos.

As idéias de Adelmo Genro Filho (1996) são esclarecedoras nesse sentido. O pesquisador afirma que, apesar da profunda relação entre o capital e o nascimento do jornalismo, este possui características que ultrapassam a mera funcionalidade ao sistema capitalista. Para o autor, o jornalismo é um fenômeno histórico que surge da necessidade

gerada pelo capitalismo de circulação de informações de forma organizada e dinâmica; mas, também surge de uma carência de integração da sociedade, de caráter ontológico. Assim, as abordagens teóricas que deduzem a totalidade do fenômeno jornalístico a partir do seu *valor de troca* e nada dizem do seu *valor de uso* específico acabam abolindo, segundo o autor, o objeto que pretendem explicar.

A especificidade do valor de uso do jornalismo está justamente em “colocar os indivíduos em contato com o seu mundo” (GUERRA, 2003, p. 30), por intermédio da informação e do espaço aberto ao debate público que proporciona. À medida que se acentua a consciência temporal e espacial na modernidade, os cidadãos desenvolvem uma preocupação com as diversas experiências vividas na atualidade, em cada sociedade e mundo afora. O reconhecimento da possibilidade de conhecê-las de uma maneira não-testemunhal e o anseio por um sistema que provesse rápida e confiavelmente a circulação de informações de interesse público motivam o surgimento desse novo modelo de jornalismo (GUERRA, 1998).

Dessa forma, a importância da informação jornalística nas sociedades modernas extrapola a sua finalidade democrática de possibilitar aos cidadãos a formação de um juízo qualificado sobre as questões públicas. A informação produzida pelo jornalismo também orienta, emociona, diverte, mobiliza, rompe preconceitos e expõe curiosidades, além de informar. Tal relevância social exigiu do jornalismo e da própria sociedade um esforço de normatização da atividade, no campo profissional e legal, a fim de resguardar o interesse da coletividade.

À medida que os jornais deixam de ser veículos de expressão de opiniões individuais ou de pequenos grupos e constituem uma instituição social, eles passam a compartilhar valores profissionais, princípios éticos e responsabilidades sociais. Os três sentidos da mediação que o público espera do jornalismo ganham equivalência profissional ao

serem “traduzidos” em princípios da atividade jornalística, que trataremos mais adiante: independência (distar), imparcialidade (equilibrar) e objetividade (reportar).

Há, portanto, uma historicidade na forma como o jornalismo se firmou nas sociedades ocidentais. O conhecimento das relações históricas revela mais do que a simples repetição de práticas, ele explica os valores e consensos sobre a atividade jornalística. O modelo de jornalismo atual é influenciado pelas noções de liberdade de expressão, liberdade de imprensa, igualdade entre os cidadãos, direito à informação, interesse público, propriedade privada, publicidade da coisa pública, diversidade social e tantos outros avanços da democracia no Ocidente.

Muitos desses avanços ainda se apresentam como desafios contínuos no processo de democratização da democracia². É em relação à efetivação dessas conquistas no campo do jornalismo que desenvolvemos nossas reflexões sobre a qualidade da informação jornalística. Visando situar essa discussão na perspectiva da relação instituição-organização, do *dever-ser* e das práticas do jornalismo, trataremos a seguir da profissionalização da atividade jornalística e da formação do grupo profissional dos jornalistas.

1.2 Os jornalistas como profissionais e seus saberes específicos

A constituição de um grupo de pessoas que reivindica o saber jornalístico foi fundamental para a consolidação, no Ocidente, do modelo de jornalismo (de mediação) que ora analisamos. Segundo Traquina (2005, p. 105),

² Expressão que tomamos de Gentilli (2005).

o jornalismo enquanto atividade remunerada desenvolveu-se durante o século XIX, na seqüência de um processo complexo de industrialização da sociedade, escolarização, urbanização, avanços tecnológicos e a implantação de regimes políticos em que o princípio da liberdade de imprensa se tornou sagrado [...] Mas a história do jornalismo tem sido também um processo de profissionalização, lento e difícil, no qual a procura de estatuto social e de legitimidade por parte dos jornalistas constituem objetivos essenciais [...].

Com a expansão da imprensa, de sua importância na sociedade e estabilidade econômica, as pessoas, que antes dedicavam apenas parte de seu tempo ao trabalho jornalístico, puderam encontrar no desempenho do jornalismo a sua única fonte de sustentação financeira e de prestígio social. A configuração da atividade jornalística como ocupação laboral principal ou exclusiva na vida desses trabalhadores, entretanto, não representou a caracterização imediata do jornalismo como profissão. Aliás, mais de um século e meio depois, ainda não se estabeleceu um consenso no Ocidente, no âmbito da prática, da academia e da sociedade em geral, sobre a existência ou não de uma profissão de jornalista. Para além da escolha do jornalismo como atividade de trabalho, outros elementos constitutivos do conceito de profissão são levados em consideração nesse debate.

Greenwood³ (1957), citado por Traquina (2004), estabelece cinco atributos necessários para a caracterização de uma ocupação como profissão: 1) a existência de um corpo sistemático de teorias que servem de base para a prática; 2) a existência de um sentimento de autoridade profissional; 3) a ratificação pela comunidade da autoridade dos “agentes especializados”, inclusive de seu poder de exigir controle sobre a admissão de novos profissionais; 4) a existência de um código regulador de ética formal e também de um código informal; 5) e a existência de uma cultura profissional.

No caso do jornalismo, os principais pontos de conflito para que a atividade seja considerada uma profissão estão nos itens um e três, que envolvem, respectivamente: a dificuldade de composição de um referencial teórico específico do jornalismo; e a ausência, em grande parte das experiências ocidentais, de critérios restritivos de acesso ao campo de

³ GREENWOOD, Ernest. *Attributes of a Profession*. Social Work, 2. Julho, 1957

trabalho jornalístico. É nesses dois aspectos mais polêmicos que vamos concentrar, neste momento, nossa reflexão sobre o jornalismo no Ocidente. Nosso intuito é demonstrar que o desempenho da atividade jornalística exige saberes profissionais específicos (deontológicos e cognitivos), os quais servem de referência para nossa discussão sobre a qualidade da informação jornalística.

1.2.1 A existência de teorias que servem de base para a prática jornalística

O jornalismo é, de longa data, objeto de estudo da antropologia, sociologia, lingüística, psicologia e de outras áreas do saber; todavia, são relativamente recentes as contribuições sistematizadas para a constituição de uma área de conhecimento jornalístico, que parta da compreensão da prática institucionalizada, a fim de produzir teorias específicas, auto-explicativas, embora necessariamente interdisciplinares. A juventude do jornalismo como campo de conhecimento específico, portanto, é uma característica que não deve ser esquecida nas avaliações sobre o corpo teórico da área.

A nosso ver, a discussão sobre a existência de teorias que servem de base para a prática do jornalismo envolve tanto a forma como a academia e os próprios jornalistas vêem a atividade jornalística quanto as reflexões que foram capazes de produzir para racionalizar o trabalho jornalístico. Para avançar nesses aspectos, algumas visões preconceituosas em relação à atividade tiveram que ser superadas. A principal delas consiste em considerar o jornalismo como uma atividade de caráter mecânico ou reprodutivo, que não exige nenhuma espécie de reflexão teórica para o seu desempenho prático.

Por muito tempo, essa visão simplista do jornalismo encontrou espaço no campo profissional. Entretanto, prevaleceu entre os jornalistas, como justificativa para a ausência de produção teórica da própria categoria sobre o jornalismo, a crença na obviedade do trabalho jornalístico (não há *por que* teorizar) e na impossibilidade de se estabelecer teorias para orientar uma prática com constantes variações de rotina e forte pressão temporal (não há *como* teorizar). O bom desempenho prático, desse ponto de vista, seria conseqüência natural de um talento pessoal do jornalista para lidar com o inesperado e não da reflexão teórica.

Na academia, a relevância que a atividade jornalística adquiriu na sociedade estimulou abordagens mais aprofundadas. Os primeiros estudos do jornalismo, que foram muitas vezes confundidos com os estudos dos meios de comunicação (TRAQUINA, 2001), preocuparam-se em abordar os efeitos das informações no público. O interesse em compreender o processo produtivo e a prática do jornalismo só surge na década de 1950, segundo Traquina (2001), com a aplicação do conceito de *gatekeeper* ao jornalismo, por David Manning White, e com a formulação da teoria sobre os constrangimentos organizacionais, de Warren Breed. Já “a primeira reflexão teórica sobre um dos aspectos fundamentais do trabalho jornalístico” (TRAQUINA, *op. cit.*, p. 55), os valores-notícia, ocorreu em 1965, a partir de um estudo de Galtung e Ruge sobre as estruturas das notícias internacionais.

De maneira simplificada e com finalidade meramente expositiva, podemos dizer que as reflexões acadêmicas sobre a *prática* jornalística ou o *exercício* do jornalismo, ao longo dos anos, estiveram voltadas: 1) para a arbitrariedade das decisões tomadas pelos jornalistas; 2) para a interferência de fatores externos e organizacionais nessas decisões; 3) e para a importância das rotinas produtivas e dos valores da comunidade jornalística. No primeiro enfoque, estão as abordagens que enfatizam as influências individuais, ocasionais e

ideológicas sobre a prática do jornalismo, ou seja, partilham a convicção de que os jornalistas agem arbitrariamente, direcionados ou não para proveito próprio e para defesa de suas idéias.

No segundo enfoque, estão os estudos sobre os fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e organizacionais (política editorial e relações profissionais) que atuam como condicionantes da prática jornalística. Nesse caso, a tendência é compreendê-la a partir das pressões e imposições que sofre. Esses dois primeiros enfoques teóricos, portanto, ressaltam a conveniência das decisões profissionais e a falta de coerência intelectual dos jornalistas. Já no terceiro aspecto, o olhar sobre o desempenho da atividade está na perspectiva de dentro para fora; há um esforço para buscar na profissão, nos valores e conhecimentos compartilhados pelos jornalistas, elementos que possibilitem a compreensão teórica da prática jornalística.

A nosso ver, essa terceira perspectiva apresentada é mais elucidativa pelo seu caráter auto-referencial, embora as outras duas também sejam importantes. De qualquer forma, não se pode falar de *ausência* de teorias capazes de orientar a prática jornalística, mas sim de persistência de lacunas reflexivas ou desafios teóricos. Além disso, as críticas ao corpo teórico do jornalismo não devem levar à conclusão equivocada de que os jornalistas não possuem conhecimentos específicos para o desempenho da atividade.

Com o aperfeiçoamento profissional da atividade, inevitavelmente os jornalistas desenvolveram um referencial comum de conceitos, técnicas e procedimentos para orientar a prática do jornalismo, padronizar condutas, evitar críticas e facilitar decisões. Esse referencial de conhecimentos específicos não é teórico, mas, forneceu evidências para importantes formulações teóricas. Um exemplo nesse sentido foi a teorização de Ericson, Baranek e Chan⁴, (*apud* TRAQUINA, 2003) sobre os três saberes que fazem parte do processo de

⁴ ERICSON, R.; BARANEK, P. e CHAN, J. *Visualizing deviance: a study of news organization*. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

aculturação dos jornalistas: saber de reconhecimento, de procedimento e de narração. São saberes profissionais imprescindíveis para a construção das informações jornalísticas.

De acordo com os autores, o *saber de reconhecimento* é “a capacidade [dos jornalistas] de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia” (*apud* TRAQUINA, 2003, p. 118) a partir de critérios de noticiabilidade, valores-notícia e do *news judgement*. Segundo Mauro Wolf (1995, p. 170), a noticiabilidade “é constituída pelo conjunto de requisitos [critérios] que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias”.

Então, só é notícia aquilo que atende a esse conjunto de critérios, que são múltiplos e apresentam variações nas diferentes organizações jornalísticas, mas comportam definições minimamente consensuais entre os jornalistas sobre os atributos das notícias. Um componente importante e indicador de noticiabilidade dos fatos são os valores-notícia (*news values*), ou seja, elementos que sugerem aquilo que tem valor (é interessante, significativo e relevante) para se tornar notícia (valor de seleção) e, ao mesmo tempo, aquilo que tem importância na elaboração de cada notícia (valor de construção). Wolf observa que esses valores funcionam de uma forma complementar, pois “são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia, que ‘recomendam’ a seleção de um facto” (1995, p. 175).

Os jornalistas também partilham um senso ou um juízo para o reconhecimento do que é notícia (*news judgement*). Tuchman (In: TRAQUINA (Org.), 1999) considera o *news judgement* um conhecimento sagrado ou uma capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas. A nosso ver, essa é apenas uma habilidade profissional; como tal, está fundamentada em questões importantes para a atividade. Não são habilidades secretas, mas

estão – como todos os procedimentos profissionais – restritas ao domínio do grupo profissional que as criou em resposta às expectativas da sociedade para a atividade.

Além dos aspectos já mencionados, o estabelecimento de critérios profissionais para a identificação do que deve ser noticiado na imprensa também leva em consideração a noção de senso comum. Conforme John Soloski (In: TRAQUINA (Org.), *op. cit.*, p. 97), o discernimento sobre o que é notícia “exige que os jornalistas partilhem as pressuposições acerca do que é normal em sociedade, uma vez que a noticiabilidade de um acontecimento está relacionada com o afastamento daquilo que se considera normal”. De maneira que, mesmo sendo de conhecimento restrito dos jornalistas, sempre deve haver *socioreferencialidade* para a definição desses critérios.

O *saber de procedimento*, segundo Ericson, Baranek e Chan, implica a identificação e verificação dos dados utilizados para a construção dos relatos jornalísticos e o conhecimento das regras que regem a relação entre jornalistas e fontes de informação. Nesse aspecto, o que está em questão é a competência avaliativa e o rigor investigativo do jornalista para lidar com as informações que manuseia no desempenho de seu trabalho. Já a capacidade de organizar essas informações de forma satisfatória, nas condições de tempo e espaço disponíveis, e construir relatos de acordo com a linguagem jornalística – o *jornalês*, segundo Phillips (In: TRAQUINA (Org.), *op. cit.*) – é chamada de *saber de narração*.

Esses conhecimentos específicos dos jornalistas englobam uma enorme gama de procedimentos técnicos, que possuem fundamentação lógica e argumentativa. Eles estão embasados no papel social do jornalismo e nas condições organizacionais em que é exercido pelos profissionais. Também são habilidades fundamentadas na cultura profissional dos jornalistas. Segundo Greenwood (*apud* TRAQUINA, 2004, p. 105), a cultura profissional é o mais importante atributo para a constituição de uma profissão e consiste nos seus valores (“as suas crenças básicas e fundamentais, as premissas inquestionáveis sobre as quais assenta a sua

própria existência”), normas (“os guias para comportamento em situações sociais”) e símbolos (“os seus itens carregados de significação”).

Desse modo, os jornalistas compartilham tanto uma visão prática da profissão, com seus conhecimentos e princípios, quanto uma visão mítica de si mesma (uma ideologia profissional). Ainda que sejam individualmente aceitas de forma não-similar, essas visões identificam o grupo profissional perante a sociedade e a si mesmo. Além disso, o *ethos*⁵ especializado da comunidade jornalística está refletido nas informações que produz, como um resultado da interação entre jornalistas, organizações jornalísticas e sociedade.

Conforme Hughes (*apud* TRAQUINA, 2004, p. 117), “os profissionais professam. Professam conhecer melhor que os outros a natureza de certos assuntos, e saber melhor que os seus clientes o que os preocupa. Isto é a essência do ideal e da reivindicação profissional”. Assim, os jornalistas professam saber produzir as informações jornalísticas e realizar a mediação informativa que a sociedade precisa. Como veremos ao longo deste trabalho, eles professam saber: 1) *o que* mediar (os acontecimentos e questões atuais de interesse público, além do próprio debate público); 2) *como* mediar (com informações verdadeiras produzidas com transparência, independência, equilíbrio e pluralidade); 3) e *para quem* mediar (para o interesse público).

É também em relação a esses saberes profissionais que devemos pensar a qualidade da informação jornalística, pois, para a sociedade, eles se convertem em responsabilidades profissionais: os jornalistas professam saber as implicações *deontológicas* (princípios profissionais) e *cognitivas* (conhecimentos profissionais) para o desempenho da atividade jornalística.

⁵ A palavra *ethos*, de origem grega, significa o costume, a maneira de ser no mundo, os valores e as normas de um povo, um grupo social ou um indivíduo.

1.2.2 O poder de exigir controle sobre a admissão de novos profissionais

O segundo atributo mais polêmico, no caso do jornalismo, para a caracterização da atividade como uma profissão, é o poder da categoria de exigir controle sobre a admissão de novos profissionais. Conforme Greenwood (*apud* TRAQUINA, 2004), esse poder faz parte da ratificação da autoridade dos “agentes especializados” pela comunidade. Em parte, podemos dizer que a sociedade aceita o domínio exercido pelos jornalistas sobre o campo profissional porque a eles delegou o direito (e dever) de exercer a atividade, de acordo com os compromissos institucionalizados. Segundo Dénis Ruellan⁶ (*apud* TRAQUINA, 2005, p. 35):

[...] existe um reconhecimento coletivo das responsabilidades específicas que os jornalistas têm no “espaço público”, responsabilidades julgadas essenciais ao funcionamento de todo o sistema democrático, responsabilidades que constituem elementos importantes de toda uma cultura profissional, responsabilidades que estão associadas a toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos.

De outra parte, a sociedade não tem consenso sobre a restrição do exercício do jornalismo. Existem movimentos nos dois sentidos, aceitação e rejeição, que oscilam dentro da mesma experiência histórica e são impulsionados por forças contraditórias. Isso nos leva a acreditar que é mais adequado, nessa situação, falar de *sociedades* (no plural) e das diversas experiências de controle do acesso à profissão mundo afora. Para ilustrar essa polêmica, citamos alguns aspectos da experiência brasileira, seus recentes impasses e desdobramentos.

No Brasil, a primeira regulamentação da profissão de jornalista data de 1938. O primeiro curso de jornalismo foi criado em 1947, com a fundação da Faculdade Cásper Líbero, e, desde 1969, a legislação brasileira reserva o exercício do jornalismo aos portadores de diploma de ensino superior em Jornalismo. Contudo, a defesa da regulamentação

⁶ RUELLAN, Dénis. *Les 'pro' du journalisme: de l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1997.

profissional e da necessidade de escolas de jornalismo, segundo Beth Costa, ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, é bem anterior a esses marcos e remonta ao primeiro congresso dos jornalistas brasileiros, em 1918 (In: FENAJ (Org.), 2002, p. 30).

Mais de oitenta anos depois das primeiras discussões no País sobre a relação direta entre a reivindicação de formação específica dos jornalistas (na sua própria área de atuação) e a melhoria da qualidade do jornalismo oferecido ao público, foi proposto, em 2001, o fim da exigência do diploma em Jornalismo e a abertura para qualquer pessoa atuar como jornalista. A mudança foi proposta por uma ação⁷ movida pelo Ministério Público Federal, sob o argumento principal de que a restrição à prática jornalística significaria a restrição à liberdade de expressão, direito constitucional garantido a todos os cidadãos brasileiros.

A justificativa para a extinção da exigência de formação específica para o exercício da profissão de jornalista fundamenta-se: 1) no dispensável conteúdo dos cursos de Jornalismo; 2) na natureza inofensiva da atividade para a coletividade; 3) e no ataque à liberdade de expressão que o fechamento do mercado de trabalho jornalístico representaria. Nesse último aspecto, ser jornalista seria a única forma de cada cidadão expressar livremente sua opinião por intermédio dos meios noticiosos. Conforme a decisão judicial (In: FENAJ (Org.), 2002, p. 14):

E nem se levante a objeção, ademais, de que tal pessoa poderia enviar uma carta ao jornal, expressando-se livremente, pois é certo que há enorme diferença em assinar uma matéria como jornalista, expressando suas idéias, e ter uma carta, sintetizada em duas linhas, publicada na seção de leitores, eis que a livre manifestação do pensamento importa em manifestar-se num veículo em que aquele que se expressa seja ouvido.

Ocorre que a decisão fundamenta-se em raciocínios equivocados que demonstram desconhecimento da natureza da atividade jornalística. Primeiro porque, ao contrário do que

⁷ A ação judicial obteve liminar favorável, em primeira instância, na 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo e proporcionou a emissão, em território nacional, de mais de 13 mil registros profissionais para não-diplomados em Jornalismo. Em outubro de 2005, a liminar foi derrubada por decisão unânime do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, atendendo recurso impetrado pela Federação Nacional dos Jornalistas, junto com os Sindicatos da categoria.

afirma a sentença, a profissão de jornalista *requer* qualificações profissionais específicas, indispensáveis à proteção da coletividade: conhecimentos teóricos, técnicos e procedimentos éticos sobre a mediação jornalística. A prática do jornalismo sem essas qualificações pode acarretar em sérios prejuízos à coletividade pela abrangência e influência que tem na sociedade.

O segundo aspecto equivocado foi afirmar que os jornalistas expressam livremente as *suas* opiniões no trabalho que realizam. O trabalho jornalístico é, essencialmente, um trabalho de mediação, no qual a livre expressão é uma faculdade das fontes consultadas e não dos jornalistas, exceto quando atuam na condição de colunistas ou articulistas – condição que também é assegurada aos profissionais de outras áreas sob a alcunha de colaboradores. Já o terceiro erro da argumentação judicial em questão está na correlação que estabelece entre a reserva do campo de trabalho e a restrição ao direito fundamental nas democracias liberais de liberdade de expressão.

O jornalismo e a mídia em geral não são os únicos espaços para expressão do pensamento nas sociedades democráticas; contudo, são os mais importantes pela abrangência de público que possuem. Ainda assim, o fato de nem todos se expressarem por meio do jornalismo não se resolve com o livre acesso ao exercício profissional. Se essa fosse a única maneira de assegurarmos a liberdade de expressão, teríamos que anular a pretensão de igualdade entre os cidadãos já que, inevitavelmente, não haveria espaço para todos trabalharem como jornalistas.

O livre acesso à prática jornalística também não gera a democratização esperada, pois a abertura significa, mais do que tudo, dar ao mercado, e não às instâncias educacionais mantidas pela sociedade, o direito de decidir quem pode ser jornalista, o controle da atividade. De fato, não é necessário que cada cidadão mantenha com as empresas jornalísticas uma relação trabalhista, regida por regras profissionais, para que garanta o seu direito à livre

expressão pelo jornalismo. Essa é uma lógica distorcida, de acordo com a qual todos deveriam ser advogados para ter justiça, deveriam ser médicos para ter acesso à saúde e sucessivamente. Persiste, porém, o problema de nem *todos* falarem por meio do jornalismo.

A nosso ver, a existência de mecanismos de controle de acesso à atividade é uma opção promissora para o seu aperfeiçoamento, porque possibilita exigir dos profissionais os três saberes de mediação que mencionamos (*o que, como e para quem* mediar), o que inclui o compromisso de permitir livre acesso às variadas fontes e informações. Além disso, a liberdade de expressão pelo jornalismo também se conquista pela democratização dos meios de comunicação, questão que não é advogada com a mesma ênfase nem pela Justiça nem pelos proprietários de empresas jornalísticas.

Nelson Traquina (2004), ao falar da experiência portuguesa de profissionalização do jornalismo, menciona um outro fator que não faz parte da realidade brasileira: a tendência dos jornalistas portugueses a uma visão marxista que os coloca na condição de operários e não de profissionais liberais. A forte identificação dos jornalistas brasileiros com as demais profissões liberais, entretanto, não garantiu o consenso, na categoria e na sociedade, sobre a necessidade de controle do acesso à profissão.

Com a exposição da experiência brasileira, pretendemos argumentar que a restrição ou não do campo de atuação profissional no jornalismo depende de uma série de fatores que podem refletir o amadurecimento da categoria profissional e da visão da sociedade sobre a atividade, mas não significar, necessariamente, a inexistência da profissão. Além disso, procuramos mostrar que a dúvida sobre a existência de uma *profissão* de jornalista, em todos os sentidos do termo, não impede que a sociedade reivindique uma postura profissional dos jornalistas – condizente com as responsabilidades compactuadas – em relação à qualidade das informações que produzem.

Por fim, concordamos com Traquina (2004) sobre o equívoco da dicotomia estabelecida pelo questionamento “o jornalismo é ou não uma profissão?”. Segundo o pesquisador, esse impasse deve ser superado pela opção de pensar a atividade jornalística num constante *processo* de profissionalização, que começa no século XIX e se estende até a atualidade.

2 OS PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA

2.1 As concepções de verdade e o conceito de objetividade

A forma como se configurou historicamente a atividade jornalística no Ocidente foi profundamente influenciada pela idéia de objetividade. Equivalente à dimensão da importância desse conceito para o jornalismo, entretanto, é a confusão que tem gerado. Em parte, esses problemas advêm da diversidade de definições que o termo recebeu no universo acadêmico, o que nos faz concordar com a constatação de Jorge Pedro Sousa (2000, p. 82) de que “o conceito de objectividade representa coisas diferentes em consonância com o autor que o utiliza”.

De outra parte, podemos encontrar fundamentos que justificam essa diversidade de definições. A nosso ver, esses fundamentos se encontram na relação estabelecida entre os conceitos de verdade e objetividade no jornalismo. Para avançarmos nessa direção e identificarmos a importância desses conceitos para a discussão sobre a qualidade da informação jornalística, utilizamos parte das reflexões de Marilena Chaui (1995) sobre a verdade e o conhecimento verdadeiro.

Conforme Chaui (1995, p. 99), a idéia de verdade foi construída, ao longo dos séculos, a partir de três concepções diferentes do termo, originadas das línguas grega, latina e hebraica. Na primeira concepção, “em grego, verdade se diz *aletheia*, significando: não-oculto, não-escondido, não-dissimulado”. Nessa visão, a verdade está na própria realidade; ela é a manifestação do que existe tal como é, por isso, o verdadeiro é visível. Na segunda concepção, “em latim, verdade se diz *veritas* e se refere à precisão, ao rigor e à exatidão de

um relato, no qual se diz com detalhes, pormenores e fidelidade o que aconteceu”. Nesse caso, verdade se refere à linguagem, aos enunciados que dizem fielmente como os fatos foram ou correspondem ao que aconteceu. Na terceira concepção, “em hebraico, verdade se diz *emunah* e significa confiança”. Segundo a pesquisadora, “*emunah* é uma palavra de mesma origem que amém, que significa: assim seja”; portanto, a verdade é a confiança e a esperança de que os compromissos pactuados serão cumpridos.

De acordo com Chauí (*ibidem*, p. 100, grifo da autora), dessas três idéias originais de verdade decorrem diferentes concepções filosóficas ou teorias sobre a natureza do conhecimento verdadeiro. Assim, na teoria em que predomina a origem grega, *aletheia*, “uma idéia [ou conhecimento] é verdadeira quando **corresponde** à coisa que é seu conteúdo e que existe fora de nosso espírito ou de nosso pensamento”. Quando predomina a *veritas*, “a verdade [do conhecimento] depende do rigor e da precisão na criação e no uso de regras de linguagem”. Nesse caso, o “critério de verdade é dado pela **coerência interna** ou pela **coerência lógica** das idéias” e dos relatos.

No entanto, “quando predomina *emunah*, considera-se que a verdade depende de um acordo ou de um pacto de confiança”, com convenções universais sobre o conhecimento verdadeiro; “a verdade se funda, portanto, no **consenso** e na confiança recíproca”. A pesquisadora menciona ainda uma quarta teoria da verdade, a “pragmática, para qual um conhecimento é verdadeiro por seus resultados e suas aplicações práticas”. Segundo Chauí, essa última teoria “define o conhecimento verdadeiro por um critério que não é teórico e sim prático”, ou seja, a verdade está na **verificabilidade** dos resultados pela experiência.

A nosso ver, as três concepções de verdade e as quatro teorias sobre o conhecimento verdadeiro, apresentadas por Chauí, são pertinentes para a compreensão dos conceitos de objetividade jornalística pela proximidade de significado que mantêm. A idéia de objetividade no jornalismo e, conseqüentemente, os estudos sobre a objetividade jornalística

estão associados a todos esses aspectos: à manifestação da realidade (fatos), à construção dos relatos lingüísticos (texto), ao respeito aos compromissos pactuados (princípios) e ao alcance de resultados práticos e verificáveis (eficácia).

No primeiro aspecto, estão as abordagens teóricas que tratam do *conhecimento produzido* pela mediação jornalística. Prevalece nessas abordagens a discussão sobre o resultado do trabalho cognitivo de apreensão dos fatos, realizado pelo jornalista: seria um conhecimento especular (objetivo), ideológico (subjetivo) ou decorrente de um processo de construção social (subjetivo-objetivo-intersubjetivo). No segundo aspecto, estão as abordagens voltadas para a *expressão lingüística* desse conhecimento jornalístico, ou seja, para os relatos em si: a construção do texto jornalístico, seus modelos e recursos padronizados, sua coerência interna e capacidade de expor e relacionar os fatos.

No terceiro sentido de objetividade, estão as discussões sobre a *verdade dos princípios* assumidos pela atividade jornalística e pelos jornalistas, ou seja, sobre a existência de intenção e de possibilidade real de agirem conforme os compromissos pactuados com o público. Já na quarta perspectiva, o que está em questão é a *utilidade da mediação* jornalística para cada cidadão e para o público em geral, em outras palavras, o serviço que o jornalismo presta à sociedade.

Os aspectos mais polêmicos do debate acadêmico sobre a objetividade jornalística serão apresentados a seguir, com o uso de parte do referencial teórico existente sobre o assunto. Nosso interesse é permitir uma perspectiva evolutiva da discussão, de forma que possamos, ao final, fazer algumas ponderações sobre o que consideramos relevante nas concepções de objetividade no jornalismo.

2.1.1 A polêmica da objetividade no jornalismo

A idéia de objetividade surge, no campo da ciência, tributária de uma visão positivista, de acordo com a qual o processo de apreensão dos fatos e dados da experiência que baseiam o conhecimento deve se dar sem a interferência da subjetividade humana. Implícita nessa visão está a vinculação entre verdade e realidade. Segundo Chauí (1995, p. 106), a “teoria da verdade como correspondência entre coisa e idéia, fato e idéia, liga-se à concepção realista da razão e do conhecimento, isto é, à prioridade do objeto do conhecimento, ou realidade sobre o sujeito do conhecimento”. Nesse sentido, entende-se que um conhecimento produzido a partir de condutas metodológicas rigorosas, livres dos valores do sujeito pesquisador, seria capaz de apreender a realidade dada de forma isenta (objetiva) e, em consequência, revelar a verdade pela exposição descritiva de seus resultados.

O conceito de objetividade *jornalística* surgiu nos Estados Unidos da América, entre os finais dos anos vinte e meados da década de trinta, do século XX, com o intuito de estender à prática jornalística uma postura científica de rigor investigativo. Essa necessidade de aplicação do método científico e dos princípios do positivismo lógico ao jornalismo nasce como resposta a um sentimento de desconfiança dos fatos, advindo de um contexto de intensificação das estratégias de propaganda durante a Primeira Guerra Mundial e de atuação dos profissionais de relações públicas na área da comunicação (SCHUDSON *apud* SOUSA, 2000, p. 82)⁸. A princípio, portanto, a objetividade jornalística estava relacionada ao desenvolvimento de um “método consistente de testar a informação – um enfoque transparente com as provas disponíveis” – que também fosse capaz de impedir que os

⁸ SCHUDSON, M. *Discovering the News: A Social History of American Newspaper*. New York: Basic Books, 1978.

“preconceitos pessoais ou culturais” dos jornalistas prejudicassem a exatidão do seu trabalho (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 114-115).

Em resposta a esses anseios, diversos procedimentos profissionais foram estabelecidos para: seleção dos fatos (critérios de noticiabilidade); investigação das informações (recorrência a distintas fontes e versões, apresentação de dados verificáveis); construção dos relatos jornalísticos (precisão de detalhes, transparência sobre o trabalho de averiguação realizado, clareza e concisão na exposição das questões, preferência pela linguagem direta e coloquial, uso de verbos na terceira pessoa para sugerir impessoalidade, utilização de aspas para indicar reprodução fiel das declarações das fontes); apresentação do produto jornalístico (separação entre opinião e informação, seriedade e formalidade na exposição dos fatos).

Como fundamento do jornalismo moderno, entretanto, a compreensão do conceito de objetividade não se limitou à questão dos critérios metodológicos do jornalista ao conhecer os novos fatos e reportá-los em seus textos; ele passou a subentender o êxito desse processo, ou seja, a convicção – posteriormente cristalizada em uma ideologia profissional, embora invalidada no campo teórico – de que o jornalismo possui um método que produz conhecimento especular e, portanto, reflete em seus relatos apenas o objeto conhecido (os fatos). A busca pela exatidão e incontestabilidade do conhecimento produzido pelo jornalista resultou ainda na idealização da separação entre fato e juízo de valor no trabalho jornalístico, ficando o segundo (opinião) subjugado às necessidades do primeiro (fato) e remetido a vozes de terceiros, que não o jornalista. Assim, legitimou-se a idéia de que um jornalismo isento de subjetividade e fiel à realidade produziria relatos verdadeiros sobre os fatos.

A concepção realista por trás dessa visão de jornalismo estabelece um critério de verdade baseado na apreensão objetiva dos fatos. Mas, conforme Meditsch (2001, p. 232):

A precariedade do paradigma da objetividade para explicar a realidade e seu conhecimento fica evidente quando se constata que os fatos não são uma realidade exclusivamente objetiva, eles próprios são construções humanas e, como tal, têm um componente subjetivo inseparável.

Para Moretzsohn (In: MOTTA (Org.), 2002, p. 200):

[...] parece clara a impossibilidade de um conhecimento absolutamente objetivo do mundo, dada a importância da subjetividade na apreensão do objeto e mesmo o propósito do conhecimento: Heisenberg dizia que, “na ciência, o objeto de investigação não é a natureza em si mesma, mas a natureza submetida à interrogação dos homens”.

Surge, então, o paradigma ideológico, como uma alternativa ao paradigma realista, compromissado com a constatação de que a subjetividade é inerente às práticas e produções humanas. A vinculação entre verdade e realidade, característica do realismo, é questionada pela prioridade do sujeito do conhecimento ou do pensamento sobre o objeto a ser conhecido; esta última noção liga-se à concepção de verdade como coerência interna e lógica das idéias ou dos conceitos (CHAUI, 1995, p. 106).

Grande parte das pesquisas sobre jornalismo que surgiram a partir desse paradigma associa a sobrevivência do conceito de objetividade na área à ideologia profissional e aos interesses de legitimação da atividade na esfera social. Por trás desse pensamento está a consciência de que o jornalismo em muito se valida na sociedade, adquirindo credibilidade junto ao público, por intitular-se (e parecer ser) objetivo. Para Gaye Tuchman, por exemplo, a objetividade jornalística é um “ritual estratégico” utilizado pelos jornalistas para evitar possíveis críticas ao seu trabalho. Segundo Tuchman (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 75):

Atacados devido a uma controversa apresentação de “factos”, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos.

Tuchman analisa três fatores que influenciam a noção de objetividade dos jornalistas: a forma (atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos e indicam separação entre opinião e informação, jornalista e fonte, realidade e interpretação); as relações interorganizacionais (as experiências dos jornalistas com as organizações jornalísticas); e o conteúdo (as noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas). Para a pesquisadora, os jornalistas lançam mão do uso de certos procedimentos estratégicos – verificação dos fatos, apresentação das possibilidades conflitantes, apresentação de provas auxiliares, uso judiciosos das aspas, estruturação da informação numa seqüência apropriada, separação entre informação e opinião dentro do jornal – que são perceptíveis ao público para atribuir objetividade e legitimidade ao seu trabalho e se protegerem das possíveis reclamações.

Tuchman afirma que o caráter estratégico (interesse em prevenir ataques) e ritualístico desses procedimentos de rotina (que têm adesão freqüentemente obrigatória e pouca relevância para o fim procurado) evidencia a inconsistência da noção de objetividade no jornalismo, pois “existe uma clara discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados, assim como entre os objetivos procurados (objetividade) e os meios utilizados (procedimentos noticiosos)” (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 89). Essa rotinização de técnicas não assegura, na visão da autora, o aumento da credibilidade do público nos textos noticiosos. Nesse ponto de vista, a objetividade, como ritual estratégico, diz mais do desempenho da atividade e da ideologia da profissão do que dos fatos em si e da possibilidade de conhecimento objetivo.

Em parte, a limitação do conceito de objetividade ao campo ideológico da profissão, em Tuchman, decorre da natureza antropológica da abordagem que realiza (GUERRA, 1998). Estudos dessa natureza, segundo Guerra, não tratam o problema do ponto de vista do conhecimento, mas se referem à vigência do conceito no meio profissional e na

sociedade. Os procedimentos jornalísticos citados por Tuchman expressam, portanto, a visão que os jornalistas têm de objetividade e a maneira que criaram para alcançá-la, misturando técnicas com ideologia profissional.

A pesquisa de Tuchman também faz constatações sobre as estratégias discursivas presentes nos relatos jornalísticos para tratar de objetividade – considerações que são mais freqüentes nas análises do discurso. Para Guerra é um equívoco a (in)validação da idéia de objetividade no jornalismo a partir de uma análise mais centrada na forma que ele assume que em seu conteúdo. Segundo o pesquisador, “a objetividade do discurso jornalístico está – ou não – na capacidade efetiva do texto poder *falar* algo real sobre o fato, não necessariamente na *forma* que este texto toma” (GUERRA, *op.cit.*, p. 174, grifo do autor), ou seja, a existência ou não de objetividade é uma questão que remete ao conteúdo expresso pelo discurso jornalístico.

Contudo, se a forma adotada pelo discurso jornalístico não diz tudo sobre a ausência ou presença de objetividade, tampouco podemos considerá-la irrelevante por isso. No caso do uso de aspas, por exemplo, há uma preocupação que não pode ser ignorada de assegurar ao público a preservação das escolhas lexicais das fontes consultadas, que são também escolhas semânticas. Assim, acreditamos que a composição textual e seus recursos (uso de aspas para indicar discurso direto, conjugação verbal na terceira pessoa, ausência de adjetivação, precisão numérica e outras) não são apenas estratégias para invocar veracidade (e credibilidade) à informação jornalística; são também uma maneira de facilitar a comunicação e a compreensão do conteúdo, de dar transparência (clareza textual) ao trabalho realizado e manifestar no texto os compromissos pactuados com o público. Em suma, a forma adotada é expressão lingüística das pretensões do jornalismo.

Analisar o jornalismo pela via da linguagem também é uma maneira de reafirmar a impossibilidade de uma informação *puramente* objetiva, como na concepção realista, já que

a linguagem não é transparente e objetiva, mas é polissêmica (intersubjetiva). Para Robert Hackett (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 124), “o realismo procura ocultar a produtividade da linguagem. Do mesmo modo que o mercado capitalista, o realismo salienta o produto e reprime a sua produção”.

Hackett compartilha do paradigma ideológico, embora questione a adoção dos conceitos de objetividade e parcialidade – que, segundo ele, são geralmente considerados opostos e associados, pela maioria dos cidadãos, ao papel político ou ideológico dos meios noticiosos – como padrões de avaliação do jornalismo. O pesquisador observa que “tem causado alguma confusão o facto de os termos parcialidade e objectividade serem utilizados de modo diverso para caracterizar as atitudes pessoais dos jornalistas, os métodos que os jornalistas empregam ou as notícias que publicam” (In: TRAQUINA (Org.), *op.cit.*, p. 113). O autor faz referência, respectivamente, aos estudos de *gatekeeping*, etnográficos, análises de conteúdo, semióticos e análises estruturais.

A despeito das variações de abordagens e de opções de investigação do paradigma ideológico nos estudos de jornalismo, seus críticos consideram que um problema persiste: a excessiva relativização do conhecimento em função da subjetividade. Desse ponto de vista, o paradigma ideológico acaba por não conseguir “explicar como, apesar de tudo, o conhecimento reflete de alguma forma a realidade objetiva, ao mesmo tempo em que a refrata pela ideologia” (MEDITSCH, 2001, p. 230).

Além do mais, conforme Guerra (1998), o paradigma ideológico ignora que a proposta de um jornalismo informativo se fortaleceu, em detrimento de um jornalismo opinativo ou engajado, em função das expectativas de um público – fundado nos princípios de liberdade, emancipação doutrinária, igualdade, eficiência produtiva e livre mercado – que deseja conhecer os fatos por meio do jornalismo e que parece encontrar nos relatos jornalísticos o que procura. A caracterização da objetividade no jornalismo como uma mera

estratégia de legitimação ou uma ilusão impossível, segundo o pesquisador, não elimina nem as expectativas nem as experiências satisfatórias até então desenvolvidas. Em outras palavras, é o que afirma Francisco José Karam (2004, p. 25): “imputar somente negatividade e manipulação ao jornalismo está tão longe de suas efetivas possibilidades quanto considerar que ele é o espelho real do mundo”.

Karam, ao tratar da importância da objetividade como um dos critérios em que se sustenta a ética e o relato jornalístico, faz menção à necessidade de recuperar a objetividade como *método* – de o jornalista recorrer aos princípios deontológicos constituídos na história da profissão, entre eles exatidão, descrição correta dos fatos, informações com origem conhecida, retificação de erros, confirmação de dados, inclusão das informações essenciais, fidelidade a textos ou documentos – defendida pelo pesquisador Daniel Cornu⁹. Conforme Cornu, citado por Karam (2004, p. 42, grifo do autor):

Apesar de seus inúmeros defeitos, da sua inegável vulnerabilidade, a informação empenhada na procura de uma leitura *verdadeira* da atualidade continua no seu conjunto a oferecer uma representação, no sentido de uma reconstrução e não de uma reprodução, certamente retificável mas, como tal, aceitável no mundo como ele é visto.

Guerra (1998) analisa como essa pretensão de objetividade tem encontrado respaldo na sociedade e porque parece não haver grandes descompassos entre os objetivos e os resultados alcançados pela atividade jornalística. Para o estudioso, “a objetividade no âmbito do jornalismo, em termos muito simples, representa a mesma fidelidade que se espera de um fiel, quando confessa seus pecados ao padre para obter perdão” (*ibidem*, p. 135). Dito de outra forma, representa a capacidade de o relato dar conta dos fatos, de corresponder à realidade.

⁹ CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

Sob esse aspecto, argumenta que o conceito de objetividade é admissível, desde que fundamentado, não na fantasia do conhecimento especular, mas no compromisso *moral* de não falsear a realidade. Guerra acredita ainda que a objetividade se realiza pela adoção de procedimentos interpretativos que possibilitem ao jornalista reportar o fato a partir da interpretação que o mundo comporta. Para o autor, a verdade que o jornalista pode produzir por intermédio de seus relatos está na sua competência de expor um fato recortado da *trama da faticidade*¹⁰ e reconstituir as relações que o configuram nessa trama a partir de interpretações fornecidas pelo mundo¹¹.

Nesse ponto, Guerra aproxima-se das reflexões sobre uma teoria consensual da verdade, de Karl-Otto Apel¹², comentada por Karam. A verdade dos relatos jornalísticos, nessa perspectiva, estaria na “correspondência entre o concreto expresso pela consciência e a linguagem que a expressa” (APEL *apud* KARAM, 2004, p. 43). Nas palavras de Karam (*op. cit.*, p. 43):

Há, portanto, processos lingüísticos de interpretação, mediação, que expressam valores reconhecidos socialmente, os quais se afirmam como patrimônio humano. Há correspondência entre o fato verificável, sua mediação lingüística e seu compartilhamento social, em que a emissão de juízos de valor e a participação dos sujeitos nas escolhas procedem de um mundo passível de discussão, avaliação e interferência.

Adelmo Genro Filho (1996) também se aproxima dessa concepção que vê na subjetividade inerente ao processo de conhecimento não apenas a porta de entrada para interferências pessoais que resultam em distorções dos relatos jornalísticos, mas, o caminho para a atribuição de sentido *histórico* à realidade revelada. “Isso quer dizer que os *fenômenos* são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E

¹⁰ Conceito que o autor foi buscar em Tuchman: é um conjunto de relações e significações sociais objetivadas com as quais os indivíduos lidam na condição de realidade (*apud* GUERRA, 1998, p. 137).

¹¹ Conforme Guerra, “[a interpretação] não é arbitrária, na medida que é conduzida pela rede de significações que o mundo comporta” (*Ibidem*, p. 140).

¹² APEL, Karl-Otto. *Teoría de la verdad y ética del discurso*. Tradução: Norberto Smilg. 2. ed. Barcelona: I.C.E./Paidós, 1995.

como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos” (GENRO FILHO, 1996, II, p. 7, grifo do autor).

Eduardo Meditsch (2001) igualmente propõe uma alternativa ao impasse objetividade-subjetividade no jornalismo. O autor adota o conceito de intersubjetividade – implícito em Guerra (1998), tanto na *teia da faticidade* (adotada de Tuchman) quanto nas significações presentes no mundo; em Karam (2004), nos valores reconhecidos socialmente que se afirmam como patrimônio humano; e em Genro Filho (1996), no significado que emana das relações com a totalidade – como critério de aferição de verdade do conhecimento jornalístico dos fatos: “o parâmetro lógico que estabelece e, ao mesmo tempo, limita a relatividade de todo o conhecimento” (MEDITSCH, *op. cit.*, p. 233), ou seja, que assegura que nem tudo é arbitrário (é subjetivo) nesse processo. A intersubjetividade estaria presente no trabalho jornalístico como referência compartilhada (senso comum) – pela sociedade e pelos jornalistas por serem membros dessa sociedade – para interpretação dos fatos objetivados e construção de seus relatos.

Em todas as alternativas que relacionamos ao paradigma realista e às abordagens ideológicas centradas no subjetivismo, o jornalismo é considerado uma *atividade de mediação de conhecimento fundamentada em compromissos éticos, socialmente institucionalizados, e realizada por meio de uma linguagem específica que reconstrói, com base em significações compartilhadas pela sociedade, os recortes da realidade atual*. Assim, observamos que, na evolução do debate sobre a objetividade jornalística, as três “dimensões” do conceito de verdade, que buscamos em Chauí (1995), persistem sendo importantes para a mediação jornalística: o *conhecimento*, a *linguagem* e o *consenso*.

2.2 Liberdade, universalidade e pluralidade

O jornalismo e a democracia, como já demonstramos, desenvolveram-se sob uma relação de mútuo fortalecimento na história ocidental; e essa relação influenciou tanto o conceito de jornalismo quanto o conceito de democracia. Na prática profissional e nos relatos jornalísticos, os ideais democráticos de liberdade, igualdade e pluralismo se fizeram presentes, principalmente: 1) na concepção do jornalismo como uma ferramenta de emancipação do público, 2) no direito de execução do jornalismo livre de interferências ou censura; 3) na defesa da universalidade de temas e fatos abordados pelo jornalismo; 4) no respeito à pluralidade de opiniões que eles suscitam.

No primeiro aspecto, a relação entre democracia e jornalismo no Ocidente se amparou na idéia de que o público precisa ser bem-informado para tomar as decisões que lhe cabem no sistema democrático, já que todos os cidadãos têm o mesmo direito a participar e votar. A existência de um público esclarecido, capaz de opinar nos processos decisórios e influenciar os rumos da sociedade, é crucial para o pleno funcionamento da democracia. Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental de formar cidadãos intelectualmente preparados para atuar na sociedade e conscientes de seus direitos e deveres.

Já ao jornalismo cabe tarefa semelhante, embora sua responsabilidade não seja necessariamente de ensinar, mas de orientar o público frente aos novos acontecimentos pela informação criteriosa, periódica e atualizada que produz. “O acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir *num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo*” (GENTILLI, 2005, p. 128, grifo do autor). Ignacio Ramonet (1999, p. 38) também aponta para esse potencial do jornalismo de instruir o público e proporcionar o exercício da

cidadania, pois “de uma informação de qualidade depende sua [do público] maior ou menor participação na vida cívica – e conseqüentemente a qualidade da democracia”.

Isto é, dito de outra forma, há o reconhecimento – implícito ou explícito, intuitivo ou claro – de que a atividade jornalística e o profissional de jornalismo permitem à humanidade, *potencialmente*, ou seja, *como possibilidade*, o conhecimento público, enorme, imediato, periódico – em períodos cada vez mais curtos – e planetário das coisas que ela mesma produz, segundo critérios como *interesse público* ou *relevância social* (KARAM, 2004, p. 37, grifo do autor).

Os ideais de liberdade, igualdade e pluralismo também se vinculam ao jornalismo por um segundo aspecto: pelo consenso social, posteriormente ratificado na forma de lei, de que a imprensa tem o direito de desenvolver o seu trabalho sem ingerências ou proibições externas (livre de censura). A preocupação inicial, nesse aspecto, foi o estabelecimento da liberdade de informar, diante dos interesses políticos do Estado e dos governantes, para que o público não fosse prejudicado pela ausência ou distorção de informações. No entanto, a censura ao jornalismo não significa apenas a imposição *política* de interesses e limitações à atividade.

À medida que aumenta a complexidade das relações sociais e a importância do jornalismo nesse processo, a noção de censura à atividade é ampliada para ser capaz de abranger outros mecanismos de intervenção, não apenas políticos, mas também econômicos e culturais, bem como constrangimentos profissionais. Dessa forma, há uma diversidade de tentativas de interferência na atividade jornalística que contrariam o seu direito de informar livremente; são reprimendas oficiais ou veladas que têm a intenção de impedir a publicidade de informações ou impor uma perspectiva de interpretação para os fatos.

Sendo o jornalismo uma atividade que atua na esfera pública social, ela é naturalmente permeada pela disputa de interesses múltiplos e, conseqüentemente, alvo permanente de pressões. Torna-se necessário, então, diferenciar as atitudes legítimas, que intercedem em defesa de seus direitos e concepções, daquelas que intervêm por meio de

medidas repressivas e prejudicam o desempenho do jornalismo. No que se refere às últimas, merecem destaque o poder de censura econômica exercido pelos anunciantes (privados e governamentais) dos meios noticiosos, de censura legal exercida pela Justiça e pelos agentes sociais que dela lançam mão, e de censura moral exercida principalmente pelos representantes religiosos. Já as sanções internas, de dentro das organizações jornalísticas, atuam sob a forma de políticas editoriais, de relações hierárquicas de trabalho e de grupos de influência profissional que geram autocensura por parte dos jornalistas.

Sobre a censura no espaço organizacional, podemos mencionar o estudo de Warren Breed (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 154) que buscou entender “como é mantida a orientação política apesar de muitas vezes transgredir as normas jornalísticas, de, muitas vezes, os jornalistas discordarem dela, e de os executivos não poderem legitimamente ordenar que ela seja seguida”. Segundo Breed, “o processo de aprendizagem da orientação política cristaliza-se num processo de controlo social, no qual se castigam os desvios (geralmente de um modo suave) com reprimendas” (*ibidem*, p. 161).

Breed refere-se tanto às medidas de repressão quanto à interiorização de direitos e obrigações dentro das organizações jornalísticas por meio da qual o jornalista consegue “antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades” (*ibidem*, p. 155). Para o pesquisador, a melhor maneira de assegurar a liberdade de atuação dos jornalistas é aumentar a pressão sobre as empresas jornalísticas, principalmente por parte do público, que se relaciona com o jornalismo como cliente e como cidadão. A nosso ver, também é fundamental que o público pressione aquelas instituições e empresas que procuram restringir a liberdade de imprensa.

Os ideais democráticos de liberdade, igualdade e pluralismo também se fazem presentes no jornalismo de uma terceira forma: pela convicção de que todas as questões e

acontecimentos que têm interesse público e não representam invasão de privacidade¹³ são passíveis de discussão pública, via jornalismo. Sabemos, entretanto, que a seletividade é uma condição da existência do jornalismo, porque seria inviável uma imprensa que divulgasse *todos* os fatos. Desse modo, ainda que esteja livre das ingerências internas e externas às organizações, a universalidade temática no jornalismo sofre a influência de critérios estipulados pela própria profissão.

Os critérios de noticiabilidade, conforme mencionamos, foram instituídos para facilitar as decisões e o desempenho profissional dos jornalistas. São critérios que atuam pela combinação de fatores: uma noção do que é notícia, uma suposição do que o público espera ver noticiado e um reconhecimento das condições organizacionais de atender à essa demanda. Eles implicam restrições ao princípio de universalidade a que nos referimos porque selecionam o tipo (qualidade) e, conseqüentemente, a quantidade de fatos que se tornam notícia. Entretanto, esses critérios são imprecisos e respondem a interesses ocasionais, o que lhes atribui certo embasamento argumentativo e não apenas normativo.

Assim, embora exista uma referência comum de noticiabilidade (e de notícia) – compartilhada pelos jornalistas e meios noticiosos e capaz de assegurar similaridade entre os trabalhos jornalísticos realizados em diferentes localidades e organizações, com variadas linhas editoriais e suportes de difusão –, ela não representa um padrão rigoroso a ser cumprido inevitavelmente. A ausência de rigidez acaba por possibilitar uma diversidade de práticas e, conseqüentemente, de informações fornecidas ao público. Além disso, a diversidade de informações tem origem na própria sociedade que é plural.

No quarto e último aspecto que citamos, os ideais democráticos vinculam-se à atividade jornalística pela responsabilidade que possui de dar visibilidade, teoricamente de maneira *igualitária*, para a multiplicidade de visões existentes na sociedade. Por trás da defesa

¹³ Segundo Gentili (2005), o direito à privacidade é o direito de manter secreto o que não envolve a esfera pública. Contudo, defendemos que o direito à privacidade é questionável quando houver um interesse público incontestável em risco (sujeição individual ao proveito coletivo).

da diversidade está a idéia de que o pluralismo nos aproxima da verdade. Implícitos na tarefa de mediar a pluralidade estão os compromissos de assumir posição independente em relação ao que aborda e não favorecer uma das partes envolvidas no debate. Traduzidos para o campo profissional, esses compromissos representam, respectivamente, os princípios de *independência e imparcialidade* no jornalismo.

Josenildo Guerra (1999) relaciona a idéia de independência jornalística aos conceitos de neutralidade e imparcialidade. Segundo ele, esses conceitos devem ser discutidos à luz da teoria ética e não da teoria do conhecimento, porque não implicam a ausência de subjetividade no trabalho jornalístico (crítica realizada no campo da teoria do conhecimento), mas a deliberação ética de não manifestar posicionamento. Nas palavras do autor (*ibidem*, p. 7):

A independência, a isenção, logo, a neutralidade aqui postulada deve ser estritamente considerada em relação aos atores sociais, ou mais especificamente, aos atores políticos com os quais a imprensa cotidianamente lida. O horizonte teórico, portanto, no qual essa questão se coloca é no ético-político. Ético porque envolve uma reflexão sobre o pluralismo legítimo dos interesses existentes numa sociedade e a melhor forma de equacioná-los; e político porque representa a ação efetiva dos sujeitos no sentido de criar e estabelecer procedimentos – institucionais ou não – de como realizar, em termos práticos, operatórios, as ações que satisfaçam as condições eticamente aceitáveis.

A nosso ver, esse deslocamento da discussão para o campo da ética é realmente mais apropriado. Entretanto, acreditamos que os três conceitos dizem respeito a aspectos diferentes na mediação jornalística: a independência no jornalismo implica ausência de *submissão* do jornalista ou da organização jornalística à determinada visão ou interesse; a neutralidade ou isenção envolve a *não-manifestação de posicionamento*, do jornalista ou da organização jornalística, na informação produzida; e a imparcialidade ou equilíbrio significa a *ausência de tendência*, a favor ou contra determinada visão, na informação jornalística. Dessa forma, concordando com Guerra, a neutralidade não implica inexistência de posicionamento

dos jornalistas e das organizações jornalísticas (ou nulidade); mas, implica *não expressão* dos posicionamentos que possuem nas informações que produzem.

A pluralidade interpretativa ou opinativa como expressão do ponto de vista democrático no jornalismo se manifesta pela constante recorrência às diferentes fontes de informação e de opinião para a construção dos relatos jornalísticos. Partir das declarações das fontes consultadas também é uma maneira de atribuir legitimidade externa ao jornalismo. Certamente, jamais serão abordadas *todas* as perspectivas existentes sobre o fato. Conforme Karam (2004, p. 38, grifo do autor):

Pode-se acrescentar que a multiplicidade e diversidade de fatos, ações, decisões, versões, interpretações não podem jamais ser apresentadas em quantidade e profundidade nas páginas de jornais e revistas e nas emissoras de rádio e TV. Haverá sempre um *déficit informacional*. Por isso, a possibilidade do mundo visível para si mesmo exige uma mediação diversificada na forma, na temática e na propriedade, diferente na linguagem, plural na representação dos diversos atores sociais e na sua interpretação.

Na maior parte das vezes, o jornalista seleciona as perspectivas mais importantes do assunto e consulta as fontes que tenham autoridade, disponibilidade e conhecimento abundante na área; com frequência, esse processo resulta no privilégio de fontes oficiais em detrimento das demais. As desiguais condições de acesso das fontes aos meios noticiosos também representam empecilhos ao desejo de diversidade no jornalismo.

De qualquer forma, podemos dizer que, em essência, o jornalismo tem na exposição do conflito opinativo e interpretativo dos fatos não um equívoco que possa se expurgado, mas um potencial de apreensão dialética da realidade. O jornalismo é, em grande medida, um espaço do contraditório, do embate de visões, de interpretações dos acontecimentos e de interesses. Essa tensão de significações, explicações e enfoques da atualidade pode se dar em diferentes níveis, de acordo com a correlação de forças existentes na sociedade, mas não pode estar ausente do relato jornalístico, sob pena de dogmatizar

opiniões e eliminar seu caráter democrático. Nesse sentido, a pluralidade é imprescindível ao jornalismo, desde que atribuamos a ele um papel não-impositivo.

É importante ressaltar ainda que a concepção hegemônica de jornalismo no Ocidente apresenta conflitos intrínsecos à sua própria natureza historicamente instituída. O fato de ser uma atividade de interesse público e de propriedade privada, de compromissar-se com a coletividade e direcionar-se para um público consumidor, de produzir relatos lingüísticos e almejar objetividade numérica, de lidar com a aparência do mundo e buscar a verdade, de trabalhar sob intensa pressão temporal e ter pretensão de exatidão faz do jornalismo uma instituição absolutamente paradoxal. A nosso ver, entretanto, esse perfil paradoxal legitima o trabalho jornalístico nas sociedades democráticas e pode servir de referência para a construção de critérios avaliativos da qualidade de sua produção.

2.3 Interesse público

Desde o momento em que o jornalismo adquiriu função social, relegando ao passado a representação de interesses exclusivamente particulares (individuais ou de grupos), recebeu da sociedade uma procuração moral, não oficial – embora seus fundamentos tenham sido, com o passar dos anos, legalmente incorporados às Constituições democráticas –, para dar visibilidade (publicidade e transparência) às coisas públicas e de interesse público. Por isso, em tese, “o jornalismo é uma atividade essencial e genuinamente pública, tanto quanto a política e a administração pública” (SILVA. In: MOTTA (Org.), 2002, p. 59).

É esse interesse público que legitima a autoridade com que o jornalismo atua socialmente. Nas palavras de Luiz Martins da Silva (*ibidem*, p. 50), “se [a imprensa] se voltar

contra os interesses do cidadão que, em suma, é o interesse público, também estará descolada de sua principal razão de existir, [...] será apenas um negócio, descolado das suas funções social e pública”; conseqüentemente, perderá sua legitimidade e o poder que lhe foi delegado.

A importância do interesse público no jornalismo moderno, entretanto, não impede a permanência do paradoxo público-privado na atividade jornalística, tanto na configuração de suas organizações produtivas quanto de seus relatos informativos. No primeiro caso, o que ocorre é a coexistência de sua função pública e execução privada, ou seja, a realização do jornalismo por empresas privadas com fins comerciais. No segundo, o conflito público-privado se faz presente no processo de seleção dos fatos, interação com as fontes e construção dos relatos jornalísticos, independentemente da natureza jurídica da organização jornalística.

Esse primeiro aspecto, conforme Silva (*ibidem*, p. 47), faz-nos “atentar para o fato de que os sujeitos individuais e coletivos estão para a imprensa e desde a imprensa em duas condições: a de consumidores de informação e mercadorias e a de cidadãos no exercício dos seus direitos e deveres”, já que a maioria das organizações jornalísticas é de empresas privadas. O segundo, possibilita-nos constatar que “a imprensa exerce a sua mediação dos fatos a partir do social e para o social, mas isso não significa que ela seja inteiramente permeável ao social” (*ibidem*, p. 52), tampouco que seja impermeável ao interesse privado.

O próprio uso do termo público traz implícita essa contradição entre público e privado pelo duplo sentido que sugere: cidadania e clientela. A compreensão do sentido desejado para a palavra, desse modo, fica mais evidente se diferenciarmos *público* (cidadãos) de *audiência* (clientes), conforme Guerra (2003, p. 107).

Assim, se no âmbito das expectativas da audiência são destacados os aspectos particulares que caracterizam um determinado grupo de indivíduos, no âmbito do interesse público deverão ser considerados os aspectos universais relacionados à condição de cidadania da qual todo indivíduo, a despeito de todas as suas particularidades, goza em igualdade de condições com quaisquer outros.

Há ainda uma outra dubiedade que não se refere à dicotomia público-privado, mas ao uso da expressão interesse público como sinônimo de *valor* público ou de *atenção* do público. É o que se pretende indicar, respectivamente, com a diferenciação entre interesse público e interesse *do* público. Essa distinção é fundamental no jornalismo, pois o interesse público é um dos valores-notícia mais importantes, que justifica a mediação jornalística; já o interesse *do* público como valor-notícia tende a privilegiar fatos que despertam a curiosidade do público, nem sempre legítima. Por isso, em último caso, podemos considerar o primeiro como um fator de qualidade da mediação e segundo, de quantidade.

Feitas essas observações, podemos passar para outras implicações do interesse público na atividade jornalística. Se analisado a partir de uma perspectiva complementar à apresentada na seção anterior, o jornalismo tende à diversidade para atender com mais facilidade aos anseios do vasto público a quem se direciona. Desde que passa a ser uma instituição que não apenas fala a um público indiscriminado (coletividade), mas que também toma esse público como referência para a sua atuação (interesse público), o jornalismo caracteriza-se por produzir um conhecimento que preza a comunicabilidade e assemelha-se ao senso comum.

Essas duas características intrinsecamente relacionadas ao referencial público adotado pela atividade são fundamentais para o desempenho da mediação jornalística, porque o trabalho de mediar o conhecimento público acerca dos fatos atuais exige tanto uma habilidade lingüística e comunicativa acessível à coletividade (possibilite falar aos diferentes grupos que compõem o público em seus desiguais níveis de conhecimento) quanto pressupõe uma noção de mundo compartilhada e evidente.

O jornalismo “reflete” os valores de seu tempo porque tem como referência uma perspectiva consensual sobre o mundo. Conforme Traquina (2005, p. 188), ele atua “sobre um pano de fundo – a estrutura profunda (Hall *et al*, 1978) – que projeta um mapa do mundo em

esferas do consenso, da controvérsia e do desvio (Hallin, 1986)”. Uma notícia sobre enriquecimento ilícito, por exemplo, é construída a partir de uma moral compartilhada pelos membros da sociedade que condena o roubo.

Nesse sentido, o subuniverso de significação do jornalismo está mais próximo do núcleo de significação comum que legitima a ordem institucional nas sociedades ocidentais. Além disso, ele contribui para a acomodação da multiplicidade de perspectivas existentes sobre a sociedade. Constatamos, então, que ao mesmo tempo em que o jornalismo é um espaço do contraditório, da exacerbação das diferenças de opinião, ele “desempenha, nas sociedades modernas, este papel estratégico de composição e de conseqüente cimento homogeneizador da vida coletiva” (RODRIGUES. In: MOUILLAUD e PORTO (Org.), 2002, p. 224).

Essa última atribuição dá margem para as abordagens teóricas que consideram o jornalismo como um instrumento de legitimação, naturalização e reprodução das ideologias dominantes, responsáveis pela “manutenção das fronteiras do legítimo e do aceitável numa sociedade” (SHOEMAKER e REESE *apud* SOUSA, 2000, p. 80)¹⁴. Como parte de uma relação de mútua conformação, o jornalismo também é moldado pelos valores do senso comum, como afirma Gaye Tuchman: “os jornalistas não publicarão como fato informações que contradigam o senso comum” (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 87). Para a pesquisadora, os conteúdos são aceitos como fatos à medida que fazem sentido dentro do discernimento comum, ou seja, do senso comum – um tipo de conhecimento e juízo sobre a realidade altamente socializado – que serve de referência para escolha e avaliação da matéria-prima jornalística, os acontecimentos.

No entanto, o fato de o jornalismo “operar no terreno do senso comum” (MEDITSCH, 2001, p. 233) não o equivale ao senso comum: o relato jornalístico, por mais

¹⁴ SHOEMAKER, P.J. *Mediating the Message*. Theories of Influences on Mass Media Content. 2. ed. White Plains: Longman, 1996.

que seja simples e transmita a impressão de naturalidade, é sempre uma elaboração intelectual, uma construção mental não-espontânea. Ele é *similar* ao senso comum, pois lida com a aparência da realidade e com as suas impressões partilhadas, atua em um nível lógico que é pré-teórico e apresenta hipóteses significativas que não se esgotam no texto.

Operar no campo do senso comum, além disso, não é uma característica restrita ao conteúdo jornalístico, mas também remete à forma do discurso jornalístico e à sua capacidade de comunicabilidade lingüística, como mencionamos. Adriano Duarte Rodrigues (In: MOUILLAUD e PORTO (Org.), 2002) discorre sobre a delimitação, a natureza e as funções do discurso *mediático*, mas, a nosso ver, é do discurso *jornalístico* especificamente que trata em suas reflexões, suposição corroborada pelos exemplos de discurso mediático que apresenta: títulos de textos *jornalísticos* extraídos da revista *Veja* e da imprensa em geral.

Segundo Rodrigues (*ibidem*, p. 219), em grande parte, a capacidade de mediação do discurso mediático deve-se à sua “aptidão para contaminar as outras modalidades de discurso e para se deixar por elas contaminar”. Para o pesquisador, essa habilidade relaciona-se à transparência desse discurso universalmente compreensível e à sua função dessacralizadora dos universos simbólicos das demais instituições sociais.

Nesses dois sentidos (forma e conteúdo), Stuart Hall e outros pesquisadores (*apud* GUERRA, 2003, p. 109) afirmam que os jornais desenvolveram um modo de discurso regular e característico que se constitui na própria versão do jornal da linguagem do público, ou seja, em um idioma público. O idioma público, conforme Guerra, caracteriza uma determinada competência de recepção, da parte de um determinado público ou audiência, e a maneira peculiar da qual uma organização jornalística se utiliza para se comunicar com eles.

De fato, o jornalismo depende dessa sintonia com a sociedade proporcionada pelo senso comum, tanto para que possa com ele comunicar-se (a comunicação exige o estabelecimento de um código comum e de noções compartilhadas sobre o mundo) quanto

para que seja capaz de dizer algo sobre os fatos que se apresentam no cotidiano, mesmo sem conhecê-los por completo. É preciso considerar, porém, que nem sempre há manutenção do *status quo* ou reprodução dos consensos no trabalho jornalístico.

Assim, no dia-a-dia, a linguagem dos *media* pode ser um factor de desestabilização de ordens dominantes, chamando para o espaço público elementos de avaliação que permaneciam ocultos e que se constituíam como “nós” no seio do mundo da vida, originando elementos que contribuíam para a sua reificação (CORREIA. In: Revista de Comunicação e Linguagens, 2000, p. 196).

Da mesma forma, é importante ressaltar que a pretensão de excluir completamente os interesses ideológicos ou de natureza *não-pública* do jornalismo e de seus relatos – ambos produtos genuinamente sociais e culturais que estão inseridos nas relações de poder e influenciam no (des)equilíbrio das forças políticas, econômicas e sociais – é tão inviável quanto as propostas metodológicas de excluir o sujeito do processo de conhecimento. O que se espera do jornalismo, portanto, não é o seu isolamento da correlação de forças em que se insere, mas o compromisso de assegurar a prevalência do interesse público em detrimento dos demais existentes.

Em suma, o processo de institucionalização do jornalismo nas sociedades ocidentais vincula a atividade ao papel de mediador. Essa mediação jornalística considera o interesse público de duas maneiras: como *referencial* (para seleção e construção das informações jornalísticas a serem divulgadas) e como *objeto* (o próprio debate público é mediado). Além disso, ela atende ao interesse público tanto pela *forma* das construções lingüísticas que produz (comunicabilidade) quanto pelo *conteúdo* das significações que adota (senso comum). Podemos dizer, portanto, que o interesse público é a finalidade última da mediação jornalística (*para quem* mediar); o que nos leva a afirmar que não há discussão sobre qualidade da informação no jornalismo sem considerar a importância do público e de seus interesses.

3 A NATUREZA DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA

Até o momento, apresentamos aspectos institucionais, profissionais e organizacionais do jornalismo, que nos permitem discutir a qualidade da mediação jornalística a partir do papel social, dos princípios de exercício e das condições de realização da atividade. Para não perdermos de vista algumas especificidades da informação jornalística e finalizarmos o referencial teórico que utilizaremos para interpretação do material empírico, faremos, a seguir, considerações sobre as implicações do imperativo do tempo no jornalismo e o caráter contemporâneo de seus relatos, a apreensão jornalística da realidade e os limites do conhecimento que produz.

Antes de avançarmos, alguns esclarecimentos são necessários. Limitamo-nos, até então, a tratar da informação jornalística na condição de relatos informativos, sem defini-los como notícias ou reportagens. Em parte, optamos por deixar de lado essa questão para enfatizar os aspectos comuns do texto informativo no jornalismo. De outra parte, quisemos evitar a confusão conceitual gerada pelas diferentes aplicações do termo *gênero* na área: ora está associado a uma concepção (ou categoria) de jornalismo, ora está relacionado a uma forma de apresentação do texto jornalístico¹⁵.

Segundo José Marques de Melo (1994) a confluência entre categorias (informativo, opinativo, interpretativo) e gêneros de jornalismo (como a notícia e a reportagem) é uma redução que não pode ser aceita na contemporaneidade. Para o autor, o conceito de gênero no jornalismo está relacionado a estilos ou formas de expressão que, diferentemente da literatura, têm finalidades jornalísticas. É nesse sentido que a notícia tem sido caracterizada como um texto conciso, expositivo, que atribui maior importância ao seu

¹⁵ Também podemos encontrar casos em que o termo gênero é vinculado a áreas de cobertura jornalística, como as denominações de jornalismo econômico, jornalismo político, jornalismo cultural e outras.

conteúdo e tem a finalidade de informar sobre fatos novos e atuais; e a reportagem, um texto mais longo, com referência na atualidade, maior liberdade de criação estilística e de caráter misto: informativo-explicativo.

Nilson Lage (2001, p. 51, grifo do autor) ressalta que “a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando dado *conhecimento* do mundo”. Para Lage (*ibidem*, p. 51, grifo do autor), são duas as razões para a confusão entre notícia e reportagem:

Uma refere-se à polissemia da palavra *reportagem* que, além de designar certo gênero de texto, é nome da seção das redações que produz indistintamente notícias e reportagens. A segunda resulta da importância peculiar que a estrutura da notícia assumiu na indústria da informação: freqüentemente a reportagem da imprensa diária é escrita com critérios de nomeação, ordenação e seleção similares aos da notícia e apresentada com diagramação idêntica.

A diferenciação entre esses dois gêneros jornalísticos, a nosso ver, ainda é imprecisa; mas, as caracterizações resultantes são suficientes para as questões operacionais e conceituais desta pesquisa. Embora a reportagem seja considerada o gênero de excelência do jornalismo informativo (a expressão máxima de suas potencialidades), a notícia é, sem dúvida alguma, o gênero mais representativo do jornalismo atual: é produzido em maior escala e rotineiramente consumido pela sociedade. Assim, é em relação ao texto noticioso (às notícias) – um gênero predominante no jornalismo moderno e decisivo para a discussão sobre a qualidade da informação jornalística – que faremos as próximas considerações. Trata-se de uma opção teórico-metodológica também justificada pelas implicações da *concisão* noticiosa e pela adequação à análise empírica aqui desenvolvida.

Segundo Lage (2005, p. 78), “notícias são, na sua estrutura global, textos expositivos, não narrativos”. O autor afirma que os textos noticiosos não se constroem em forma narrativa porque: falta volume adequado de informação para se construir narrativas

densas e verdadeiras, pois a cobertura diária combina dados parciais de diferentes fontes; falta tempo de amadurecimento do assunto para produção de boas narrativas jornalísticas; é difícil conciliar numa narrativa os discursos contraditórios de várias testemunhas sobre um mesmo fato. O texto noticioso, assim, não se estrutura cronologicamente, pelo tempo da sucessão das experiências humanas, como uma narrativa tradicional com início, meio e fim. A notícia parte de um ponto significativo de um fato específico do presente (um recorte espaço-temporal) e constrói sentido pela exposição de informações que estão interconectadas, mesmo que não tenham ocorrido em ordem sucessiva.

Contudo, sabemos que as notícias não são textos expositivos comuns, mas são socialmente compromissadas com os princípios de correspondência, coerência, confiabilidade, verificabilidade, comunicabilidade, inteligibilidade, pluralidade, interesse público, independência, isenção e equilíbrio da mediação jornalística. Existem, portanto, referências de qualidade específicas para a informação noticiosa. Da mesma forma, não podemos perder de vista suas limitações peculiares. É com a preocupação de avançarmos em direção a essas últimas que desenvolvemos as reflexões a seguir.

3.1 O tempo e a contemporaneidade da informação jornalística

O anseio por informações sobre os acontecimentos atuais é muito anterior ao período moderno. Segundo Nilson Lage (2005, p. 23), já em 69 a.C. o interesse pela informação periódica se fazia notar pelo registro das atas diurnas¹⁶ no Império Romano, quando “Júlio César determinou que os ‘atos do povo e do senado romano’ fossem

¹⁶ Conforme Lage (2005, p. 24, grifo do autor), as “diurnas” (origem da palavra *jornal*, referente à jornada) romanas circularam durante cinco séculos e “reapareceriam no século XVI em Veneza, mas já distribuídas em cópias manuscritas, ao preço de uma *gazeta*, moeda local, do qual veio o nome hoje utilizado [...]”.

diariamente publicados no fórum”. Contudo, foram as condições sociais, políticas, econômicas e tecnológicas da modernidade que permitiram a conformação de um modelo de mediação jornalística centrado na informação atual. Essas mesmas condições atribuíram maior importância à passagem do tempo nas sociedades ocidentais; conseqüentemente, intensificaram a pressão temporal no jornalismo.

Desde o final do século XIX, a atividade jornalística objetiva atender à necessidade de circulação periódica e sistematizada de informações e opiniões sobre questões atuais e de interesse público. Isso implica manter certo grau de contemporaneidade (no sentido de desenvolver-se *na mesma época*) entre conhecer os fatos e divulgar esses conhecimentos sob a forma de relatos informativos. É nesse sentido que Paul H. Weaver (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 295) atenta para a “dupla contemporaneidade” que há no jornalismo: tem o presente como *objeto* (é um discurso sobre o presente) e como *perspectiva* no tempo em que é descrito. Dito de outra forma, ele produz informações contemporâneas aos fatos que aborda, também sujeitas às transformações do presente.

Neste ponto, algumas observações são necessárias. Optamos por adotar a noção de contemporaneidade e não de simultaneidade no jornalismo porque consideramos que o primeiro termo expressa melhor a idéia de *coexistência* dos fatos e relatos informativos no presente. Já os termos simultaneidade e imediatismo, a nosso ver, são mais apropriados para nos referirmos à *velocidade de produção* das informações. É verdade que essas questões estão necessariamente imbricadas na atividade jornalística; porém, a diferenciação nos ajuda a esclarecer o sentido que queremos.

Outra observação, também nessa perspectiva, refere-se à distinção entre atualidade e novidade no jornalismo. Felipe Pena (2005, p. 41) considera que “atualidade refere-se ao tempo de veiculação e não da ocorrência do fato. Ou seja, nem sempre significa um fato novo”. Em parte, concordamos com o autor, embora a diferença entre o atual e o

novo seja mais evidente de outra maneira: atualidade se refere àquilo que persiste como *significativo* na época em que se vive, por exemplo, velhos problemas são atuais à medida que se mantêm relevantes para o público; já a novidade se refere tanto ao *inédito* (o que transgride o esperado) quanto àquilo que estava oculto e *tornou-se visível* no presente. Portanto, todos esses termos – contemporâneo, simultâneo, imediato, atualidade, novidade – são pertinentes para a reflexão sobre a informação jornalística.

Se a informação produzida pelo jornalismo está submetida ao desenrolar dos processos e não a processos acabados, ela exige de quem a produz (jornalista) uma capacidade de leitura da realidade em movimento. Os desafios implícitos nesse trabalho assemelham-se ao que Hobsbawm (1998, p. 252) considera a difícil tarefa do historiador do seu próprio tempo: “estar à mercê de movimentos de prazo relativamente curto do clima histórico”. Entretanto, como veremos, o conhecimento produzido pelo jornalismo não se equivale ao produzido pela história contemporânea. Além disso, é a comparação entre o jornalismo e a história tradicional que nos permite avançar mais.

História e jornalismo aproximam-se tanto na natureza de seu objeto (a realidade) quanto no tipo de trabalho que realizam (produção de relatos fáticos); distanciam-se, porém, em muitos outros aspectos. A realidade que a história tradicional tem como referência é, prioritariamente, a realidade do passado (o historiador vê na realidade o seu valor histórico), ainda que seja um passado mais recente; o relato que produz, mesmo sendo factual, é também um relato analítico, ou seja, “concilia um enfoque temporal e uma relação causal entre os acontecimentos e as estruturas de determinada época” (BENEDETI e SPENTHOF, 2004, p. 4).

Já o jornalista vê na realidade o seu valor momentâneo, ainda que esse valor seja delimitado pelos conhecimentos históricos. O relato jornalístico é condicionado pelas transformações do presente; ele se apresenta ao público, portanto, sem a segurança que a posterioridade possibilita. Essas características conferem ao jornalismo o papel de *narrador*

do presente (expressão que mantém a idéia de contemporaneidade), embora o produto do trabalho jornalístico não seja necessariamente uma narrativa.

Há ainda diferenças de ordem conceitual, técnica e produtiva entre jornalismo e história, que não trataremos no momento. Interessa-nos apenas constatar que o tempo influencia de maneira *específica* a mediação jornalística e seus resultados. Mas, o imperativo temporal no jornalismo também é um reflexo de um sentimento de aceleração do tempo em todas as instâncias da sociedade moderna. Em grande parte, esse sentimento advém da relação de correspondência entre tempo e dinheiro no sistema capitalista. A necessidade social de circulação de informações, portanto, confunde-se com o interesse econômico agregado à atividade jornalística.

Conforme Philip Schlesinger (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 179), a obsessão temporal, difundida nas sociedades ocidentais em geral, intensifica-se no grupo profissional dos jornalistas por causa da natureza de seu trabalho e das exigências produtivas impostas pela competição entre as organizações. O domínio da pressão temporal torna-se para os jornalistas – membros de uma cultura cronometrizada que possuem uma “grande familiaridade com o cálculo abstracto do tempo” – um dever profissional e uma exigência produtiva, ou seja, um meio de expressar profissionalismo e eficiência. Também por razões produtivas, as organizações jornalísticas trabalham dentro de um ciclo temporal – mensal, quinzenal, semanal, diário ou mesmo instantâneo – que limita a perspectiva de interesse e a capacidade de abordagem da realidade em seus relatos.

A relevância da preocupação com o tempo no jornalismo, somada aos interesses econômicos das organizações jornalísticas, reforça a tese de que a concorrência pela oferta de informação pode enfraquecer o caráter público e social da atividade. Sylvia Moretzsohn (2002) faz ponderações nesse sentido. Para a autora, a lógica da “verdade em primeira mão” aumenta os riscos de imprecisão e erro, diminui a qualidade da informação e amplia a

probabilidade de manipulação dos jornalistas pelas fontes, pois “*a verdade*, ao contrário do que afirma o lema, costuma ficar submetida à necessidade da veiculação de notícias *em primeira mão*” (*ibidem*, p. 11, grifo da autora). A pesquisadora (*ibidem*, p. 180) também aponta algumas saídas para esses problemas:

[...] se a matéria-prima do jornalismo é a realidade cotidiana, [...] um discurso não mistificador precisaria ser menos afirmativo, menos conclusivo, menos definitivo; precisaria expor as limitações do trabalho de apuração e aceitar a dúvida como componente desse trabalho. Não a dúvida sobre o fato objetivo [...], mas sobre interpretações sacralizadas desse fato, sobre os consensos estabelecidos.

A nosso ver, o tempo é um fator fundamental para a definição do conteúdo (atualidade, novidade), da linguagem (forma de expressão) e da estrutura de produção da informação jornalística. Entretanto, sua influência deve estar necessariamente submetida à *relevância social* das informações, finalidade última da mediação jornalística, e aos compromissos profissionais estabelecidos para a atividade. Isso significa que a vigilância que o jornalismo exerce sobre o presente só tem sentido se produzir informações, ainda que limitadas pela condição de contemporaneidade, capazes de atender aos anseios da sociedade por uma mediação confiável, plural e correspondente à realidade.

3.2 O conhecimento da realidade pela notícia

Desde longa data, questiona-se o valor do conhecimento gerado pelas notícias com base nas suas limitações de apreensão da realidade. No centro desse questionamento está a comparação entre o conhecimento que as informações jornalísticas oferecem ao público sobre os fatos e os demais conhecimentos humanos, como a sociologia e as ciências exatas. A avaliação da pertinência dessas críticas quando inseridas na discussão sobre a qualidade da

informação jornalística depende do reconhecimento dos aspectos que diferenciam o “conhecimento noticioso” dos demais.

Robert Park foi o primeiro intelectual a caracterizar a notícia como uma forma de conhecimento. Em um artigo de 1940, o sociólogo analisa o tipo de conhecimento proporcionado pelas notícias, com base na sua interpretação da distinção feita por William James entre dois tipos de conhecimento: o *conhecimento de* e o *conhecimento acerca de*. Conforme a interpretação de Park (In: STEINBERG, s/d, p. 169), o *conhecimento de*:

é a espécie de conhecimento que inevitavelmente adquirimos no curso de nossos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia. É o conhecimento que adquirimos mais através do uso e do hábito do que de qualquer espécie de investigação formal ou sistemática.

Em contraste com o “conhecimento de”, o autor menciona o que James descreve como “conhecimento acerca de”. Segundo Park, o *conhecimento acerca de* é formal, racional e sistemático; “é o conhecimento que atingiu certo grau de precisão e exatidão substituindo a realidade concreta por idéias e as coisas por palavras” (*ibidem*, p. 171), ou seja, é o conhecimento científico, analítico e metódico. Park qualifica essas duas formas de conhecimento como *gêneros* diferentes, que têm funções distintas na vida dos indivíduos e da sociedade, e não *graus* de um mesmo conhecimento. Esses dois gêneros de conhecimento constituem “um contínuo dentro do qual encontram lugar todas as espécies e todas as partes do conhecimento” (*ibidem*, p. 174).

Para o pesquisador, a notícia tem localização própria nesse contínuo entre o *conhecimento de* e o *conhecimento acerca de*. Park não afirma qual é exatamente essa localização, mas aponta caminhos para a sua compreensão. Segundo o teórico, a notícia realiza as mesmas funções que a percepção para o indivíduo: tomar conhecimento pela notícia é familiarizar-se com o novo e não observá-lo metodicamente como um objeto de estudo. “A notícia não é um conhecimento sistemático como o das Ciências Físicas. Antes, na medida em

que se refere a acontecimentos, semelha a História” (*ibidem*, p. 174). O autor acredita, entretanto, que a notícia não é história porque “se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los uns aos outros nem como seqüências causais nem como seqüências teleológicas” (*ibidem*, p. 174).

Park atribui ao jornalismo a função de descrever os acontecimentos de forma fragmentada e à história a função de, além de registrar os fatos, buscar as conexões – “a relação entre os incidentes que precedem e os que se seguem” (*ibidem*, p. 174). Para o autor, o relato de uma notícia “é um mero ‘lampejo’ a anunciar que um acontecimento ocorreu” (*ibidem*, p. 175), ou seja, um registro momentâneo dos acontecimentos¹⁷. De acordo com essa perspectiva, “o repórter procura tão-somente registrar cada acontecimento isolado, à proporção que ocorre, e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida em que estes projetam luz sobre o real e o presente” (*ibidem*, p. 174).

Barbara Phillips (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 328), assim como Park, considera que o jornalismo não estabelece relações entre os acontecimentos, pois vê a notícia como uma partícula da realidade. Para Phillips, não só as notícias são um conhecimento intuitivo dos acontecimentos, baseado apenas na familiaridade, como os jornalistas têm uma postura epistemológica que impede que elas sejam mais do que isso. Phillips acredita que os jornalistas partilham uma perspectiva especial acerca da realidade social: “hábitos mentais relacionados com o ofício, como a dependência do ‘instinto’, a lógica do concreto, uma orientação temporal actual, e uma ênfase maior nos acontecimentos contingentes do que nas necessidades estruturais” (In: TRAQUINA (Org.), 1999, p. 331).

Para a autora, essa forma comum de conceber a realidade e lidar com os fatos, que está manifesta nos produtos jornalísticos, faz parte da natureza do jornalismo, dos fundamentos da atividade, das condições em que se desenvolve e do papel social que cumpre.

¹⁷ As críticas às idéias de Park, nesse aspecto, devem considerar que suas reflexões referem-se a um tipo de jornalismo praticado na época e deixam de lado, como Rosa Berganza constata, “formas atuais de jornalismo, como o jornalismo de investigação e outras formas interpretativas” (In: TRAQUINA (Org.), 2000, p. 361).

“Em suma, o jornalês realça o concreto, o particular e o individual em oposição ao estrutural, ao abstracto e ao universal”; “o resultado, tanto nos media noticiosos escritos como nos eletrónicos, é um efeito de mosaico, um caleidoscópio de formas da realidade superficial em contínua mudança” (*ibidem*, p. 328).

Tanto Phillips quanto Park atribuem as limitações cognitivas das notícias às propriedades do jornalismo como forma de conhecimento e atividade social. Em parte, eles estão corretos à medida que os relatos jornalísticos não pretendem abordar a realidade em sua totalidade, como a ciência, mas em seu aspecto singular (o fato). As contribuições de Park, nesse sentido, são pioneiras. Contudo, a diferenciação do jornalismo a partir da ciência seria mais produtiva se passasse da negação do diferente (*do que não é*) para a afirmação do específico (*do que é*).

No entanto, Park, assim como Phillips, diferencia o jornalismo da ciência, mas o equivale ao senso comum. Conforme Elias Machado (In: Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. v.2, n.1, 2005. p. 27):

Ao tentar distinguir o conhecimento típico das ciências, do conhecimento inerente às notícias, Park acentua as diferenças entre ambos tomando como parâmetro o conhecimento científico e, ao final, deixa de caracterizar a especificidade do conhecimento jornalístico, ao considerá-lo similar ao conhecimento do senso comum.

Phillips comete o mesmo equívoco, porém, a autora observa que, apesar de não ser ciência, a notícia faz inferências sobre a realidade, levanta hipóteses explicativas sobre os fatos. Ponderamos que, na maioria das vezes, essas explicações são fornecidas pelas fontes consultadas na notícia, característica que os autores ignoram. Assim, o conhecimento gerado pelo jornalismo é necessariamente intersubjetivo, à medida que o jornalista não o produz sozinho, mas em conjunto com as fontes.

Em consequência disso, consideramos que especificar o conhecimento produzido pelo jornalismo também implica a formulação de critérios próprios para a sua avaliação. Quando se trata de mediação de conhecimento intersubjetivo, os critérios avaliativos devem ser diferentes da elaboração individual de conhecimento. No primeiro caso, eles devem remeter mais às condições e relações de produção do conhecimento e às responsabilidades profissionais do mediador (do jornalista) do que à sua competência pessoal de formulação.

De qualquer maneira, o jornalismo é uma atividade intelectual e exige do jornalista capacidade de compreensão, apuração, classificação e produção sistematizada de informações. Conforme Gentili (2005), a mediação do jornalista é uma mediação ativa, que faz escolhas, filtra e prioriza. O fato de o jornalismo não ser filosofia ou não produzir teoria científica, portanto, é parte da sua caracterização e dos seus objetivos específicos; não é por incompetência do jornalista, mas por comprometimento com um outro tipo de prática e de produto.

Quanto à fragmentação do conhecimento no jornalismo, as idéias de Adelmo Genro Filho (1996) nos parecem mais pertinentes. Segundo Genro Filho, a tese de que o jornalismo não relaciona as informações é falsa, pois “qualquer forma de conhecimento ou expressão conceitual da realidade, desde a mais elementar percepção humana, se dá em bases relacionais. *O que varia é somente o grau de amplitude e profundidade dos relacionamentos percebidos e comunicados*” (1996, X, p. 3, grifo nosso). O teórico (*ibidem*) ainda acrescenta:

Levada às últimas consequências, essa tese [da fragmentação] interditaria não apenas o jornalismo, mas todas as formas de conhecimentos e discurso que não sejam expressamente filosóficos. Afinal, só a filosofia tem como objeto as relações universais da totalidade.

Para Genro Filho, a impressão de fragmentação do conhecimento é forte no jornalismo porque ele apreende a realidade pela singularidade dos fatos; nesse aspecto, o seu conhecimento se diferencia do proporcionado pela ciência. Segundo o pesquisador, o

conhecimento científico, por mais específico que seja o seu objeto, sempre aspira ao universal. Já o jornalismo busca uma forma de conhecimento que não dissolva a sensação da experiência imediata (da novidade ou atualidade em questão), mas que se expresse por meio dela.

Ao contrário de Park, Genro Filho não equivale o conhecimento jornalístico à percepção individual. Para este, o jornalismo apenas *simula*, em sua linguagem, a correspondência com a percepção individual, pois a notícia é fruto de um processo intelectual que transcende a primeira impressão sugerida.

Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica (GENRO FILHO, *op. cit.*, III, p. 3).

Compartilhamos dessa visão do pesquisador sobre a impressão de fragmentação e imediaticidade no conhecimento e na linguagem jornalística, respectivamente. Acrescentamos, em relação ao primeiro item, uma observação sobre a importância da serialidade (seqüência produtiva) no jornalismo. A nosso ver, as notícias produzem um tipo de conhecimento em construção periódica, quando tratam do mesmo assunto periodicamente; esse conhecimento estabelece conexões entre as informações já veiculadas, à medida que a cobertura noticiosa se desenvolve. Dessa forma, a capacidade de associação dos fatos no conhecimento proporcionado pelas notícias pode ser avaliada tanto em relação a cada notícia isoladamente quanto em relação a uma série de notícias sobre o mesmo tema.

Quanto à avaliação de cada notícia isoladamente, ressaltamos que a concordância com Genro Filho sobre a *impressão* de fragmentação no jornalismo não significa ignorar as críticas às notícias mal construídas e incapazes de estabelecer conexões entre o fato focado e o contexto no qual se insere; apenas defendemos que a fragmentação não é uma característica intrínseca à informação noticiosa. Conforme o pesquisador, todo conhecimento

se dá em base relacionais, porém, com variações do grau de amplitude e profundidade dessas relações. Não ser relacional *no mesmo nível* que a filosofia ou a ciência é exatamente uma característica do jornalismo.

Genro Filho utiliza as categorias hegelianas (singular, particular e universal) para entender o jornalismo como uma forma específica de apreensão da realidade e produção de conhecimento social pela singularidade. Segundo o autor, essas três categorias são formas de existência da natureza e da sociedade que mantêm entre si uma relação dialética, ou seja, *cada uma contém e está contida nas demais*; elas expressam diferentes dimensões que compõem a realidade e, por isso, “representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de modalidades históricas do conhecimento segundo as mediações que estabelecem entre si e as suas formas predominantes de cristalização” (*ibidem*, VII, p. 4). Resumidamente, o singular é a instância do *específico*, irrepetível, aparente, fenomênico ou superficial; o particular, a do típico, característico, *contextual* ou conjuntural; e a do universal, a da totalidade, do *profundo* ou verdadeiro.

Genro Filho observa que “as informações que circulam entre os indivíduos na comunicação cotidiana apresentam, normalmente, uma cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade” (1996, VII, p. 4). No caso do jornalismo, as suas informações se cristalizam na singularidade (nos aspectos específicos da realidade), mas contêm as três dimensões mencionadas: o singular é o fenômeno específico, o fato ou a matéria-prima do jornalismo; o particular é o contexto de significação que atribui sentido a esse fenômeno e está manifesto no texto em diferentes amplitudes; e o universal é o conjunto de pressupostos ontológicos e ideológicos que estão insinuados (não manifestos) no texto e influenciam a apreensão da realidade.

Deprendemos, então, que o jornalismo produz uma modalidade de conhecimento que se concentra nos aspectos singulares da realidade (no efêmero, nos fatos), mas que,

necessariamente, contém aspectos particulares e universais, relativos à essa singularidade. Dito de outra forma, apesar de serem construções intelectuais que se concentram no conhecimento da realidade aparente, as notícias também extrapolam essa aparência. No nosso entendimento, essa visão pode servir de base para a compreensão de dois tipos de abordagens noticiosas da realidade, que chamamos de *factual* e *contextual*.

Essas abordagens estão relacionadas não ao caminho ou à forma de apreensão jornalística da realidade (pelo efêmero, pelo singular), mas à *profundidade* ou *amplitude* do conhecimento proporcionado pelas notícias ao público. Nessa perspectiva, argumentamos que o jornalismo sempre apreende a realidade pelo seu aspecto singular, mas o conhecimento que ele produz e fornece ao público pode limitar-se ao *factual* ou avançar em direção do *contextual*. Pretendemos, portanto, estabelecer uma equivalência de sentido entre singular e *factual*, particular e *contextual*. Essa equivalência nos possibilita avaliar, por exemplo, em que situações as notícias limitam-se a abordar a realidade de forma *factual*; permite-nos, principalmente, refletir se determinados assuntos (ou fatos) implicam uma abordagem noticiosa mais contextualizada, ou seja, capaz de expor com mais ênfase as conexões que atribuem significado a fato noticiado.

Assim, concluímos que uma discussão sobre a qualidade da informação jornalística, centrada na análise noticiosa, deve levar em consideração a especificidade do conhecimento proporcionado pelas notícias em seus dois aspectos principais: suas limitações e suas potencialidades. Tanto as primeiras quanto as segundas são fundamentais para avaliarmos em que lugar se encontram, dentro de uma escala de possibilidades, as informações que tomamos como objeto de investigação.

Além disso, uma avaliação sobre a qualidade do conhecimento produzido pelo jornalismo não pode perder de vista a sua importância no dia-a-dia das sociedades ocidentais, independentemente de suas limitações frente a outros tipos de conhecimento. Esse

conhecimento que apenas o jornalismo fornece à sociedade “é essencial para que as pessoas se situem satisfatoriamente diante do cotidiano e da história que criam todos os dias” (KARAM, 2004, p. 37); é uma “possibilidade de contribuição social efetiva do jornalismo para o entendimento imediato do mundo, de que forma, de como nele intervir, de como nele agir” (*ibidem*, p. 47).

PARTE II

**CONSTATAÇÕES EMPÍRICAS SOBRE
A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA**

ANÁLISE DA COBERTURA DA GRANDE IMPRENSA SOBRE OS TRANSGÊNICOS EM 2004

Com a intenção de acrescentar elementos empíricos à discussão sobre a qualidade da informação jornalística, analisaremos e interpretaremos, nesta etapa, dados provenientes de uma pesquisa piloto¹⁸ idealizada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS)¹⁹ da Universidade de Brasília (UnB) e executada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi)²⁰. Essa investigação trata especificamente da cobertura realizada pela grande imprensa, no ano de 2004, sobre a questão dos organismos geneticamente modificados ou *transgênicos*.

Os resultados foram gerados por intermédio da análise de conteúdo de uma amostra representativa da produção de sete grandes jornais brasileiros: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e Valor Econômico. A amostra geral – formada pela técnica de seleção amostral de semana composta – incluiu notícias, artigos, colunas e editoriais publicados sobre o assunto. Nosso interesse de pesquisa, porém, está restrito ao universo das 213 *notícias* analisadas.

O trabalho de investigação sobre os transgênicos na grande imprensa em 2004 viabilizou-se tanto pelo conhecimento dos pesquisadores do CDS sobre os aspectos relacionados com a temática – refletido na elaboração do instrumento de codificação do

¹⁸ A pesquisa forneceu subsídios para o debate sobre a qualidade da abordagem jornalística das questões ambientais. Os resultados foram apresentados num curso de qualificação de jornalistas realizado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, em setembro de 2005, nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. O evento teve o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas e a promoção da Petrobrás e do Ibama.

¹⁹ O Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) é um espaço acadêmico da Universidade de Brasília, criado em 1996, que visa contribuir para a produção e disseminação de conhecimentos sobre as relações entre meio ambiente e desenvolvimento, com base no diálogo interdisciplinar, além de formar recursos humanos qualificados na área e incentivar princípios e valores voltados para a ética da sustentabilidade.

²⁰ A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos. Fundada no Brasil em 1992, a Andi tem o objetivo de contribuir para a construção de uma cultura que priorize a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente nos meios de comunicação. Para tanto, atua em três eixos estratégicos: mobilização da sociedade em torno da defesa dos direitos da infância e adolescência; análise da cobertura da mídia nessa área, alertando para as distorções e problemas de qualidade das informações; qualificação dos profissionais de comunicação para que possam abordar com profundidade as questões que envolvem a infância e a adolescência no País.

material – quanto pela experiência da Andi com análises de coberturas jornalísticas²¹. O levantamento dos dados, por intermédio da aplicação de um questionário com mais de 280 itens, ficou a cargo de uma equipe de pós-graduandos da Universidade de Brasília, da qual fizemos parte. Também participamos, sob a orientação do professor Luiz Gonzaga Motta, da organização e interpretação dos resultados gerais da análise a serem apresentados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A opção que fizemos pela utilização de dados secundários, produzidos em grupo, decorre da oportunidade de trabalharmos com constatações empíricas de maior abrangência sobre a informação jornalística, difíceis de serem alcançadas em curto prazo por uma pesquisa individual. Além disso, consideramos a total pertinência para este trabalho da temática, do objeto de estudo, da técnica de amostragem e do método de análise que foram empregados para a obtenção dos resultados aqui interpretados. Assim sendo, as justificativas que apresentaremos para os procedimentos metodológicos adotados envolvem tanto a investigação empírica na pesquisa de origem dos dados quanto a nossa decisão de tomá-la como referência para discutirmos a qualidade da informação no jornalismo.

²¹ A Andi realizada periodicamente a pesquisa *Infância na Mídia*, que abrange cerca de 60 jornais e 10 revistas.

4 A ESCOLHA DO MÉTODO

Grande parte das preocupações dos pesquisadores iniciantes ao ingressarem no universo científico advém da dificuldade de lidar com o seu complexo caráter de construto. A compreensão de que o trabalho científico possibilita escolhas ao sujeito pesquisador e, ao mesmo tempo, condiciona-se por critérios de validação não-arbitrários, mas nem sempre consensuais, forma-se a duras penas durante a trajetória de pesquisa.

A consciência sobre o processo de construção do conhecimento no campo científico é fruto de um amadurecimento paulatino que se consolida na prática de pesquisa e nos faz tolerantes ao exaustivo “lapidar” teórico-metodológico. Conforme Maria Immacolata V. Lopes (1990, p. 89-90), “é nesse aspecto que a teoria guia, seleciona e recorta o fenômeno ou objeto real para construí-lo em problemas ou objeto de pesquisa”.

Há, portanto, um caráter essencialmente reflexivo na escolha teórico-metodológica, que se justifica pela especificidade de cada objeto e interesse de pesquisa. A opção de utilizar a análise de conteúdo como método de investigação da qualidade da informação jornalística não foi diferente nesse sentido. A seguir, resgatamos elementos fundamentais para a avaliação da pertinência desse método ao estudo proposto; são aspectos que contextualizam o surgimento e desenvolvimento, ao longo dos anos, da análise de conteúdo, bem como evidenciam suas vantagens, seus problemas e perspectivas.

4.1 A gênese da análise de conteúdo

Segundo Marilena Chaui (*apud* OLIVEIRA, 1998, p. 17), “*methodos* significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa; procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado”. Um método de investigação, entretanto, não é apenas um conjunto de técnicas neutras que servem a quaisquer pesquisadores e interesses. Se podemos compará-lo a um caminho seguro rumo ao conhecimento desejado, ele é um caminho que leva a determinados lugares e não a outros, que possui certas regras, embora esteja em constante desenvolvimento. Mais do que isso, é um caminho aberto por sujeitos condicionados pela história, pelas questões de seu tempo e pela própria transformação do conceito de ciência. Conhecer um pouco dessa história e desses sujeitos, portanto, faz-nos mais conscientes dos limites e das possibilidades desse percurso para investigações atuais.

Desde o surgimento da análise de conteúdo²², seu *status* enquanto método de pesquisa passou por períodos cíclicos de grande reconhecimento e de desqualificação (FONSECA JR. In: DUARTE e BARROS (Org.), 2005, p. 281). Nas últimas décadas do século XIX, a análise de conteúdo consolidou-se nos Estados Unidos da América como uma reação à excessiva subjetividade nas análises de texto. Os analistas debruçavam-se principalmente sobre textos jornalísticos, com destaque para o trabalho de pesquisa das primeiras escolas norte-americanas de jornalismo sobre o viés sensacionalista dos jornais da época. A medida – quantificação do espaço impresso – e a contagem da frequência de aparição de determinadas características eram os principais instrumentos utilizados para

²² Os primeiros registros de uso da análise de conteúdo datam do século XVII. Um exemplo de aplicação prematura do método foi realizado na Suécia, por volta de 1640, com o objetivo de investigar noventa hinos religiosos, por meio da análise dos seus temas, valores, tendências e complexidade estilística. A intenção era saber se os hinos poderiam produzir efeitos nefastos nos luteranos (BARDIN, 1977, p. 14-15).

assegurar o rigor científico da análise. Conforme Bardin (1977, p. 15), havia “um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página)”.

Harold Lasswell é o primeiro nome que ilustra a história da análise de conteúdo no século XX (Bardin afirma que o pesquisador iniciou suas análises em 1915) e pode ser considerado um dos pais do método. Junto com outros pesquisadores, Lasswell realizou os primeiros estudos sobre a sociedade de massa²³, principalmente estudos quantitativos de jornais e de propaganda, e constituiu no campo da comunicação a chamada teoria hipodérmica. De acordo com a teoria hipodérmica, cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa, por isso, analisar os conteúdos das mensagens tornou-se tão importante²⁴.

Essas primeiras aplicações do método no século XX, nos Estados Unidos, revelam uma perspectiva *behaviorista* (comportamental) da sociedade de massa, que estabelece uma relação direta entre a exposição às mensagens e o comportamento²⁵ do indivíduo (principalmente os efeitos de manipulação). Há também um forte viés positivista nas pesquisas que iniciaram a adoção regular da análise de conteúdo. O método, dessa forma, nasce tributário de uma corrente de pensamento que valoriza as ciências exatas como paradigma de cientificidade e estende às ciências sociais critérios de rigidez, linearidade e verificabilidade no trabalho de pesquisa.

²³ Em 1922, Walter Lippman publicou *Public opinion*, a principal obra de referência da época sobre a questão da opinião pública. Em 1927, Harold D. Lasswell publicou o livro *Propaganda technique in the World War*, no qual analisa as propagandas veiculadas durante a Primeira Guerra Mundial (DUARTE e BARROS, 2005, p. 282).

²⁴ O modelo comunicativo lasswelliano representou uma sistematização da teoria hipodérmica. De acordo com esse modelo, o ato de comunicação é descrito pela resposta às perguntas: “*Quem? Diz o quê? Através de que canal? Com que efeito?*”.

²⁵ Segundo Mauro Wolf (1995, p. 24), “o comportamento – objeto de toda a psicologia – representava a adaptação do organismo ao ambiente; os comportamentos complexos manifestados pelo homem, e observáveis de uma forma científica, podiam ser decompostos em seqüências de unidades precisas: o estímulo (que dizia respeito ao impacto do ambiente sobre o indivíduo), a resposta (ou seja, a reação ao ambiente), o reforço (os efeitos da ação capazes de modificar as reações seguintes ao ambiente)”.

Até meados do século passado, a preocupação com o fenômeno das comunicações de massa e com a relação entre esse fenômeno e as experiências totalitárias direcionou a utilização da análise de conteúdo para a área de comunicação social, embora o método também estivesse a serviço de outros campos do conhecimento, como psicologia, literatura e sociologia. O clima de tensão da Segunda Guerra Mundial estimulou os departamentos de ciências políticas nos Estados Unidos a desenvolverem análises com o objetivo de identificar as tendências políticas dos jornais. Essa intensificação do uso do método foi acompanhada pelo aumento de investigadores especializados no procedimento, pela diversificação de suas aplicações e pela sistematização das regras de análise.

Berelson, auxiliado por Lazarsfeld, foi responsável pela elaboração de critérios que marcaram, do ponto de vista metodológico, a evolução da análise de conteúdo. Para Berelson (*apud* BARDIN, 1977, p. 19), “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Anos depois, a concepção e as condições normativas estabelecidas por Berelson viriam a ser questionadas em diversos aspectos, mas persistiriam como importante registro das preocupações envolvidas na consolidação do método.

O período posterior à Segunda Guerra é caracterizado pelo desinteresse e desilusão dos pesquisadores com a análise de conteúdo, inclusive de Lasswell e Berelson. Esse último chega a conclusão de que “a análise de conteúdo como método não possui qualidades mágicas” e que, “no fim das contas, nada há que substitua as idéias brilhantes” (*apud* BARDIN, *op. cit.*, p. 20). De fato, a busca por um procedimento de análise de textos que pudesse assegurar a fidedignidade e a validade de seus resultados havia levado à quantificação excessiva das características do conteúdo e à realização de pesquisas meramente descritivas e superficiais.

Em 1955, segundo Laurence Bardin (1977), a crise do método foi reavaliada em um congresso da *Social Science Research Council's Committee on Linguistics and Psychology*. No encontro, os pesquisadores constataram interesses de diversas áreas de conhecimento na análise de conteúdo, além da sociologia, psicologia, ciência política e comunicação. Novas perspectivas metodológicas e epistemológicas abriram caminho para a solução dos problemas que levaram à desilusão com o procedimento de pesquisa.

No plano epistemológico, duas concepções confrontaram-se: o modelo instrumental (para o qual o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela diz do seu contexto e das suas circunstâncias) e o modelo representacional (que defende que algo na mensagem permite indicadores válidos para a análise, sem que as circunstâncias sejam consideradas) (BARDIN, *op. cit.*, p. 20-21). No plano metodológico, conforme Bardin, houve uma intensificação da disputa entre abordagem quantitativa e abordagem qualitativa. Na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo analisado. Na segunda, é a presença ou a ausência de uma determinada característica que é tomada em consideração.

Todavia, foi principalmente a conscientização sobre o papel da inferência nas pesquisas de conteúdo que atuou como atenuante das críticas recorrentes ao método. Inferir, nesse caso, é uma operação lógica destinada a extrair conhecimento sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. A consideração da inferência como etapa importante da investigação contribuiu para amenizar o impacto da herança positivista na análise de conteúdo (FONSECA JR. In: DUARTE e BARROS (Org.), 2005, p. 284). Além disso, a inserção de aspectos qualitativos dotou de um caráter híbrido (qualitativo e quantitativo) as pesquisas de conteúdo realizadas a partir dos anos 1960.

Outros três fatores afetaram a prática das análises de conteúdo na segunda metade do século XX, de acordo com Bardin: a evolução tecnológica que possibilitou a utilização de

programas de análise em computador²⁶; o florescimento dos estudos da comunicação não-verbal (semiologia); o confronto com a lingüística. Como parte desse período histórico, Fonseca Jr. (In: DUARTE e BARROS (Org.), 2005) também menciona o processo de desqualificação das análises de conteúdo na década de 1970 pelos pesquisadores marxistas, sob o argumento de que o método não permitia uma visão crítica do material investigado.

Nos anos 1990, o interesse pela análise de conteúdo nos diversos campos de conhecimento foi renovado, segundo Bauer (2002), pela facilidade de acesso a arquivos *on-line* de textos, áudio e vídeo (por intermédio da *World Wide Web*). Outro aspecto importante no fim do século XX foi a freqüente utilização da análise de conteúdo em parceria com outras técnicas de investigação (como entrevista, etnografia e grupo focal). Além disso, houve uma forte tendência ao uso da análise de conteúdo na esfera do ativismo político, principalmente como um instrumento de pesquisa da produção midiática, para evidenciar distorções e problemas de qualidade da informação (FONSECA JR. In: DUARTE e BARROS (Org.), 2005, p. 285).

4.2 Características do método

Para Laurence Bardin (1977, p. 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” que utiliza procedimentos investigativos (quantitativos e qualitativos) de descrição do conteúdo das mensagens, de inferências de conhecimentos relativos às condições de produção e consumo dessas mensagens e de interpretação dos resultados obtidos. Para Martin W. Bauer (2004, p. 190), “a análise de conteúdo é apenas um

²⁶ Os *softwares* de computador são usados para o tratamento de dados, com o objetivo de automatizar tarefas mecânicas envolvidas na análise (BAUER e GASKELL (ed.), 2004, p. 492).

método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas” de caráter híbrido: quantitativo e qualitativo. É “uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” que deve ser “julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa” (*ibidem*, p. 191). Na visão de Krippendorff²⁷ (*apud* FONSECA JR. In: DUARTE e BARROS (Org.), 2005, p. 286), a análise de conteúdo possui atualmente três características fundamentais: orientação fundamentalmente empírica, exploratória; transcendência das noções normais de conteúdo, envolvendo as idéias de mensagem, canal, comunicação e sistema; metodologia própria.

Certamente, não há nenhuma referência à análise de conteúdo que não enfatize seus procedimentos quantitativos de investigação, embora as definições atuais mencionem o fato de que “considerável atenção está sendo dada aos ‘tipos’, ‘qualidades’, e ‘distinções’ no texto, antes que qualquer quantificação seja feita” (BAUER. In: BAUER e GASKELL (Ed.), 2004, p. 190). Parte desse caráter qualitativo agregado às investigações, entretanto, não surge como mérito exclusivo do processo de transformação das análises de conteúdo ao longo dos anos. Surge como fruto de um reconhecimento nas pesquisas em ciências sociais em geral de que *não há quantificação sem qualificação, tampouco há análise numérica que não exija interpretação* (*ibidem*, p. 24). As pesquisas de conteúdo, portanto, são inseridas nessa visão indissociável entre quantidade e qualidade nas ciências humanas.

No que se refere à prática e desenvolvimento do método, podemos dizer que os analistas de conteúdo buscam conciliar três momentos cruciais de pesquisa: 1) construção do *corpus* ou seleção da amostragem a ser pesquisada; 2) codificação dos dados e categorização do material; 3) interpretação dos resultados. Martin W. Bauer e Bas Aarts (2004) defendem

²⁷ KRIPPENDORFF, Klaus. *Metodologia de análisis de contenido*. Barcelona: Paidós, 1990.

que a amostragem e a construção de um *corpus* são dois procedimentos de seleção de dados diversos que servem a diferentes situações de pesquisa. Segundo eles (*ibidem*, p. 39), a “amostragem estatística aleatória” garante eficiência na busca de um referencial representativo do universo de dados em questão na pesquisa. Já a construção de um *corpus* “significa escolha sistemática de algum racional alternativo” adequado para as pesquisas em que a amostra representativa não se aplica.

O segundo momento crucial na análise de conteúdo é o de codificação e categorização dos dados. A codificação “é o processo de transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado” (FONSECA JR. In: DUARTE e BARROS (Org.), 2005, p. 294). Essa é uma tarefa de construção, que exige o casamento entre a teoria do pesquisador e o seu material de pesquisa (BAUER. In: BAUER e GASKELL (Ed.), 2004, p. 199). Em geral, os analistas de conteúdo elaboram formulários ou questionários que os auxiliam na codificação dos dados brutos.

A categorização consiste no reagrupamento das unidades de registro (um texto, por exemplo, pode ser considerado uma unidade de registro) de acordo com algumas categorias, ou seja, é uma operação de classificação de elementos por diferenciação e agrupamento. Segundo Bardin (1977), o critério de categorização pode ser semântico, sintático, léxico e expressivo. Como características de uma boa categorização, podemos citar a exclusão mútua (cada elemento inclui-se em apenas uma categoria), a homogeneidade (cada categoria corresponde a uma mesma natureza de material), a pertinência (as categorias devem refletir as intenções da pesquisa), a fidelidade (os procedimentos devem ser objetivos) e a produtividade (as categorias devem gerar resultados férteis) (FONSECA JR. In: DUARTE e BARROS (Org.), 2005, p. 298).

O dilema entre a seleção dos dados e a sua codificação, conforme Bauer (2004), está na busca do equilíbrio entre a dimensão do material analisado e a complexidade dos procedimentos de codificação em função do tempo e das condições de trabalho do pesquisador. De acordo com o autor, os analistas de conteúdo irão, muitas vezes, preferir amostras referentes a um longo período de tempo (análises longitudinais) a procedimentos complexos de codificação.

O terceiro momento que ressaltamos no processo de análise de conteúdo é a interpretação. Trata-se da etapa em que o pesquisador efetivamente busca compreender os resultados obtidos à luz do referencial teórico adotado. A tarefa de interpretar, no caso da análise de conteúdo, está relacionada à capacidade de fazer inferências sobre aspectos não aparentes (ou deduzir a partir de indícios sistemáticos), as quais podem ser específicas (vinculadas à situação específica do problema investigado) e gerais (que extrapolam o problema analisado).

No que se refere à qualidade das análises de conteúdo, Bauer resalta que o êxito do desenvolvimento do método depende de critérios de fidedignidade e validade que devem permear todos os momentos da investigação aqui apresentados. Como estão implicados julgamentos humanos nas análises, entretanto, o autor resalta que o que se pode esperar é um nível aceitável de fidedignidade, acompanhado por coerência teórica, transparência nos procedimentos de investigação, clareza metodológica e consciência de que a ciência opera no espaço público e deve, portanto, estar aberta ao escrutínio público.

4.3 Problemas e méritos da análise de conteúdo

Desde a criação do método de análise de conteúdo, seus problemas foram mais freqüentemente lembrados do que seus méritos, principalmente por aqueles que insistem em desconsiderar o seu aprimoramento. Grande parte dessas críticas foi direcionada à sua origem positivista e enfatizou a suposta impossibilidade de as análises de conteúdo produzirem um conhecimento crítico sobre a realidade. O potencial crítico de uma pesquisa, entretanto, não se define apenas pelo método e pelas técnicas de investigação que ela emprega, ou mesmo pela priorização de aspectos quantitativos ou qualitativos durante as análises. A superação dessa perspectiva está na constatação de que o potencial libertador do conhecimento científico não advém dos modos de pesquisa, mas principalmente, como propõe Habermas²⁸, citado por Bauer, Gaskell e Allum (In: BAUER e GASKELL (Ed.), 2004), de um interesse emancipatório do pesquisador e de um processo de auto-reflexão no trabalho científico.

Habermas tem uma concepção dialógica (comunicativa) da razão e propõe à verdade um caráter processual; isso significa que razão e verdade não têm, para o pesquisador, um valor absoluto, mas são construídas consensualmente por meio do debate, da reflexão. Para Habermas, uma ciência, seja ela de qualquer espécie, pode ser uma ciência libertadora, desde que efetivamente fundamentada na aplicação da razão (dialógica e não-instrumental). Com essas considerações, queremos observar que as opiniões que condicionam o uso do método de análise de conteúdo à adoção de uma visão acrítica da sociedade não se sustentam.

Podemos citar, como exemplo de utilização da análise de conteúdo a partir de um enfoque crítico da realidade, as pesquisas *quanti-qualitativas*²⁹ realizadas periodicamente pela

²⁸ HABERMAS, J. *Knowledge and Human Interests*. Cambridge: Polity Press, 1987.

²⁹ Denominação adotada pela própria Andi.

Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) para diagnosticar as características e problemas da cobertura jornalística sobre a infância e adolescência no Brasil. Com base nos resultados alcançados, a entidade infere correlações e aponta caminhos para uma maior qualificação do trabalho da imprensa. A experiência da Andi com o método de análise de conteúdo, portanto, passa ao largo de uma noção positivista e acrítica da sociedade; pelo contrário, fundamenta-se em uma visão reflexiva do conhecimento e da realidade.

No caso daquelas críticas que promoveram o aprimoramento da análise de conteúdo com o passar do tempo, podemos destacar as referentes à tendência das análises em: focalizar as frequências com que surgem certas características do conteúdo e ignorar a presença (e principalmente a ausência) de uma dada característica; abordar superficialmente e de forma meramente descritiva as questões; não assegurar o acesso aos dados brutos para realização de análises secundárias e verificação dos resultados; limitar o trabalho de pesquisa à classificação e quantificação do conteúdo, ignorando a importância da inferência no processo de conhecimento. A nosso ver, essas são críticas bastante oportunas, desde que não remetam ao método problemas que são típicos da sua prática recorrente, ou seja, desde que consigam diferenciar o método da sua aplicação.

Já as críticas à análise de conteúdo que consideramos como incabíveis são aquelas que ignoram a incapacidade de um único método atender a todos os questionamentos e interesses de conhecimento, ou seja, os limites intrínsecos a uma opção de pesquisa em detrimento de outras. Nesse caso, podemos destacar as reprovações dos lingüistas às pesquisas de conteúdo sem atentar para os diferentes objetivos de análise que possuem. Segundo Bardin (1977, p. 44, grifo da autora), a aparente coincidência de objeto de análise (a linguagem) entre a lingüística e a análise de conteúdo não é real: “a lingüística é um estudo *da* língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades *através* das mensagens”. Isso significa que são propostas diferentes e só podem ser comparadas em função da pertinência de

uma ou de outra para os fins que se pretende, já que um método é sempre *um* caminho e não *o* caminho para o conhecimento.

A conveniência ou não da análise de conteúdo é condicionada, assim, pela sua capacidade de analisar de maneira sistemática as significações (os conteúdos) das mensagens frente ao interesse do pesquisador. Lidar com grandes quantidades de dados, oferecer procedimentos bem documentados, prestar-se a dados históricos e atender a vários enfoques de pesquisa são vantagens que também pesam na escolha por esse procedimento. Somam-se a esses fatores dois recentes avanços das investigações de conteúdo: a constatação sobre a indissociável relação entre quantificação e qualificação e as crescentes inclusões de aspectos qualitativos na análise.

4.4 A pertinência do método para a pesquisa proposta

Segundo Luiz Gonzaga Motta (In: Estudos em Jornalismo e Mídia, v.1, n.2, 2004, p. 130), “além de informar, os relatos das notícias confirmam a confiança de quem ouve em quem fala, legitimam papéis, realizam outros atos simultâneos desencadeados por efeitos de sentido não necessariamente lingüísticos”. Motta atenta para a dimensão subjetiva e simbólica do jornalismo, pois o “ato de transmitir notícias, enquanto experiência criadora libera as determinações e produz fenômenos dinâmicos de interpretações cognitivas e simbólicas onde intervêm processos intersubjetivos de natureza lingüística e extralingüística” (*ibidem*, p. 119).

O pesquisador baseia-se na constatação de que a comunicação jornalística traz elementos de dois níveis do processo comunicativo: o nível da transmissão do explícito e o nível da transmissão do implícito. O primeiro “se refere ao ato de informar, de repassar

informações específicas e concretas”, ou seja, ao conteúdo manifesto; o segundo se refere “ao processo de comunicação propriamente dito”³⁰ (*ibidem*, p. 120).

A opção que fazemos pelo primeiro nível (explícito) certamente deixa lacunas na perspectiva do segundo nível (implícito). Todavia, cientes de que o jornalismo é um ato comunicativo que extrapola a informação apresentada no texto (MOTTA, *op. cit.*) – embora nem todo ato comunicativo, evidentemente, seja jornalismo –, não ignoramos as limitações dessa escolha, tampouco pretendemos usá-las como justificativa para conclusões irrelevantes. Tomamos a informação noticiosa, proporcionada pelo conteúdo manifesto no jornalismo impresso, como objeto de estudo porque acreditamos na sua importância social, na possibilidade de superação dos enfoques “conteudistas” e na relevância da discussão de um referencial de qualidade para as notícias.

A pertinência da escolha da análise de conteúdo diante dos interesses mencionados, portanto, é evidente. Acreditamos que esse método nos permite: 1) quantificar as características e tendências das notícias analisadas; 2) apontar suas implicações qualitativas; 3) fazer inferências sobre um referencial de qualidade da informação ancorado nos valores e princípios da atividade jornalística (passagem dos aspectos dos textos para o contexto em que se inserem). A nosso ver, desde que associada a um referencial teórico consistente, a ênfase na sistematização – de fontes, atores, conseqüências, posicionamentos, enfoques, enquadramentos e outros aspectos – é uma forma de trazer à luz da análise aquilo que não se percebe de imediato, de dar transparência à informação noticiosa.

³⁰ Motta observa que a separação de níveis que, na prática, são interdependentes e superpostos só se justifica com fins analíticos.

5 O MATERIAL EMPÍRICO

5.1 A escolha da temática

A proposta do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) de realizar uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os organismos geneticamente modificados surgiu a partir da constatação da baixa qualidade das abordagens jornalísticas sobre meio ambiente. A escolha do CDS pelo tema *transgênicos* se deu em função de uma junção de elementos que podem ser resumidos em dois aspectos: a natureza do assunto e a oportunidade do momento.

No primeiro aspecto, o recorte temático adotado caracteriza-se pelo estímulo à polêmica, pela mobilização de posições e interesses divergentes e pelo envolvimento de variados atores sociais. São fatores que poderiam estar ausentes em outros assuntos da área de meio ambiente, como no caso dos acidentes ecológicos, que são circunstanciais e não geram tamanha pluralidade de opiniões. No segundo aspecto, a opção pela temática *transgênicos* foi motivada pela oportunidade de acompanhar, por intermédio de uma amostra representativa, a evolução da cobertura da grande imprensa em um período de tempo significativo.

A seleção do ano de 2004 como referência temporal para a amostra justifica-se pela importância atribuída aos *transgênicos* nesse período, verificável nos noticiários. A intensificação da cobertura da grande imprensa sobre essa questão – motivada pela votação no Congresso Nacional do projeto de Lei de Biossegurança e pela pressão dos agricultores e produtores de sementes geneticamente modificadas para a liberação do plantio de soja

transgênica no País – proporcionou uma maior quantidade e diversidade de textos e, conseqüentemente, maior representatividade da amostra analisada.

Há ainda um terceiro aspecto que foi determinante para a *nossa* decisão de trabalhar com os dados relativos à temática dos transgênicos: a importância que o assunto impôs à relação imprensa-sociedade. O pouco conhecimento que a sociedade possuía sobre os organismos geneticamente modificados – conseqüência da novidade do assunto para o público em geral –, as diversas questões envolvidas na sua discussão e a falta de consenso entre os atores sociais (empresas, instituições, organizações não-governamentais e outros) para a construção de um marco legal sobre o tema contribuíram para enfatizar o papel da mediação jornalística.

De fato, podemos dizer que a responsabilidade jornalística de mediar o debate social e informar o público com independência, diversidade e profundidade, a fim de constituir opiniões qualificadas, não está restrita à temática dos *transgênicos*. Contudo, esse assunto acentuou essas responsabilidades. A especificidade do papel do jornalismo impresso nessa tarefa de bem informar está no compromisso assumido (mesmo pela imprensa diária) de tratamento qualificado dos temas e acontecimentos da atualidade. Essa é uma característica (de profundidade da informação) que o jornalismo impresso tem adquirido frente à superficialidade do jornalismo em tempo real. É também um atributo amplamente divulgado para a conquista de novos leitores e manutenção daqueles que ameaçam ceder às facilidades dos meios noticiosos *on-line*, audiovisuais e radiofônicos.

5.2 O universo de pesquisa

Com o interesse inicial de identificar as características gerais da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004, foram selecionados cinco grandes jornais brasileiros – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense – e dois jornais de circulação nacional sobre negócios/economia – Gazeta Mercantil e Valor Econômico – para serem analisados³¹ por intermédio de uma amostra representativa. A técnica de seleção amostral adotada foi a de semana composta: a composição de uma semana representativa para cada um dos 12 meses do ano, por meio de sorteio dos dias³², totalizando 12 semanas ou 84 dias (23% de todos os dias do ano). A aplicação do procedimento forneceu um universo de pesquisa aleatoriamente escolhido e proporcionalmente distribuído no período investigado, portanto, capaz de representar toda a cobertura de 2004.

Após a escolha dos dias a serem analisados, foram definidas as palavras-chave – transgênico(s); transgenia; organismo(s) geneticamente modificado(s); alimento(s) geneticamente modificado(s); Lei de Biossegurança – para a busca eletrônica dos textos na versão *on-line* dos sete jornais impressos pesquisados. A triagem do material, para que a seleção fosse composta por textos que tratassem do assunto com certa intensidade, resultou em uma amostra final de 244 documentos, dos quais: 87,3% são notícias; 5,7%, artigos; 2,5%, editoriais; e 4,1%, colunas³³. Pelo fato de os interesses da presente pesquisa se limitarem às questões relativas ao *texto noticioso*, utilizamos neste trabalho somente os dados referentes às

³¹ A escolha dos veículos levou em consideração a abrangência: dos dois maiores jornais de São Paulo, dos dois maiores do Rio de Janeiro, do maior jornal da Capital Federal e dos dois maiores jornais sobre negócios/economia do País.

³² De acordo com a Andi, “os dias deveriam, na medida do possível, estar igualmente distribuídos pelas semanas reais componentes do referido mês. Assim, essa semana artificialmente construída deveria possuir os mesmos *dias* de uma semana real (uma segunda, uma terça, uma quarta, uma quinta, um sábado e um domingo)”.

³³ Esses números não somam 100% porque foram arredondados.

213 *notícias* selecionadas da cobertura. Isso significa que excluimos desta análise os resultados sobre os textos argumentativos/opinativos (artigos, editoriais e colunas).

Ainda sobre o universo de pesquisa, é necessário observar que o termo *reportagem* foi utilizado no processo de classificação do material, porém, apenas como forma de distinção dos textos noticiosos (expositivos/informativos) dos demais (argumentativos/opinativos). De acordo com essa classificação, considerou-se reportagem aqueles textos que reportaram jornalisticamente as informações ao público. Não houve, portanto, a intenção de se referir a um gênero jornalístico distinto de notícia.

5.3 A codificação das notícias

Conforme mencionamos, a codificação é o processo de sistematização dos dados brutos para facilitar o reconhecimento das características do material selecionado. A amostra representativa em questão (213 notícias) foi codificada por intermédio da aplicação de um instrumento de análise³⁴ elaborado com o intuito de identificar o perfil da cobertura da grande imprensa sobre os *transgênicos* em 2004. O questionário – com 15 questões que, ao todo, somaram mais de 280 opções de resposta – foi estruturado em seis grandes divisões:

- 1) *Foco central* (principal assunto discutido pelo texto, por exemplo: a Lei de Biossegurança, o direito do consumidor, as empresas produtoras de sementes transgênicas);

³⁴ O questionário foi formulado a partir de uma pré-análise da cobertura e da definição de questões importantes para a avaliação de qualidade das informações selecionadas. Ver o Anexo 1 (página 160).

- 2) *Enquadramento institucional do foco* (principal perspectiva institucional adotada para o tema: do setor público, da sociedade civil, do setor privado, dos organismos internacionais ou temático/conceitual);
- 3) *Enquadramento temático do foco* (principal enfoque do tema: político, científico, econômico/financeiro, agrícola, jurídico, sociocultural, de saúde pública, religioso e/ou ideológico);
- 4) *Questões transversais* (menção de orçamento e/ou montante de recursos, associação do tema à política governamental mais ampla, menção de outros governos ou macro-regiões, definição de transgênicos, menção dos direitos do consumidor, posicionamento em relação ao assunto e outros);
- 5) *Qualidade do texto ou contextualização da questão* (atores envolvidos, menção de legislação, referências bibliográficas, contextualização histórica, citação de estatísticas e outros aspectos);
- 6) *Questões jornalísticas* (responsáveis pelo texto, principais fontes citadas, diversidade e equilíbrio de opiniões, nível de abordagem do assunto).

Depois da codificação do material, as informações foram transferidas para um processador estatístico (*software* de gerenciamento de dados). O auxílio do computador nessa etapa facilitou o processo analítico por intermédio da geração de tabelas e estatísticas com os resultados alcançados. Os indícios sistemáticos constatados por meio da análise de conteúdo permitiram identificar as características e tendências do trabalho jornalístico realizado, como as principais fontes ouvidas, o nível de aprofundamento do tema, a diversidade de opiniões apresentada, a presença ou ausência de questões de interesse público, entre outros aspectos que serão tratados a seguir. Essas características, avaliadas à luz do referencial teórico adotado, possibilitaram conclusões e inferências sobre a qualidade da cobertura jornalística analisada.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

6.1 Algumas consideração contextuais

Uma análise da cobertura jornalística de 2004 sobre a questão dos organismos geneticamente modificados não pode desconsiderar o contexto em que se insere a temática no Brasil. Como veremos, grande parte das características e dos problemas constatados na cobertura tem associação com: o impasse entre favoráveis e contrários à transgenia; a correlação de forças políticas e econômicas estabelecida, que favoreceu a liberação do plantio e da comercialização de grãos transgênicos; a relevância do agronegócio (principalmente da soja) para o equilíbrio da balança comercial brasileira; e com a expectativa da sociedade civil organizada, em especial, dos movimentos e organizações ambientalistas envolvidos nesse debate, em relação ao primeiro governo de centro-esquerda eleito no País.

Acrescentam-se a esses elementos o enorme interesse das empresas produtoras de sementes geneticamente modificadas no mercado consumidor brasileiro; o desrespeito à legislação nacional por parte dos agricultores, principalmente, do Rio Grande do Sul, que não hesitaram em plantar grãos transgênicos antes da decisão legal; e as transgressões de normas vigentes no País, como o Código de Defesa do Consumidor, o Decreto de Rotulagem e a Lei Ambiental. Esses últimos fatores nos dão a impressão de que a legislação brasileira não teve importância efetiva no episódio e na cobertura jornalística em questão. Contraditoriamente, foi em razão da elaboração de uma nova Lei de Biossegurança Nacional que todos esses agentes e interesses se mobilizaram em 2004.

Em outubro de 2003, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional um novo projeto de Lei de Biossegurança. A nova lei tinha o objetivo de reformular o sistema nacional de biossegurança em engenharia genética e solucionar vícios jurídicos da Lei 8.974, que regulava a manipulação e o uso de organismos geneticamente modificados desde 1995³⁵. Antes, porém, duas medidas provisórias foram editadas sobre o assunto, em março e setembro de 2003, para autorizar a comercialização da soja transgênica produzida em território nacional e permitir o plantio de sementes geneticamente modificadas de soja na safra 2003/2004, respectivamente. Disposto a não prejudicar o calendário agrícola, o governo pretendia assegurar a aprovação do projeto de lei até outubro de 2004, período em que se reiniciaria o plantio de soja no País³⁶.

Em março de 2004, o projeto de Lei de Biossegurança foi votado na Câmara dos Deputados. No mês de outubro do mesmo ano, o texto foi alterado e aprovado pelo Senado Federal. Ainda em outubro, a terceira medida provisória sobre o assunto foi editada, liberando novamente o plantio e a comercialização da soja transgênica. As três medidas provisórias, portanto, apontavam para uma tendência favorável do governo brasileiro aos transgênicos, em especial, à soja *Roundup Ready*³⁷, desenvolvida pela empresa multinacional Monsanto³⁸. Em março de 2005, a versão do projeto modificada pelo Senado foi à votação na Câmara Federal e a nova Lei de Biossegurança foi aprovada³⁹.

³⁵ A Lei 8.974 permitiu que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autorizasse, em 1998, a comercialização, o plantio, a reprodução e o uso de soja transgênica em alimentos no Brasil. Entretanto, a autorização foi suspensa por uma ação cautelar movida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e pelo Greenpeace, que questionavam o poder da CTNBio de decidir sobre os transgênicos e apontavam vícios de origem da Comissão. A ação judicial só foi julgada em setembro de 2004, quando a Justiça restabeleceu a autoridade da CTNBio nessa questão.

³⁶ Ver o calendário simplificado sobre o assunto no Anexo 2 (página 165).

³⁷ A soja *Roundup Ready* é o carro-chefe do setor de biotecnologia da empresa Monsanto. A semente foi desenvolvida na década de 1980 e é tolerante ao herbicida glifosato (principal produto comercializado pela empresa, com o nome de *Roundup*). O glifosato é conhecido por sua eficiência na eliminação de ervas daninhas na produção agrícola.

³⁸ Ver o mapa sobre a presença da Monsanto no mundo e no Brasil no Anexo 3 (página 167).

³⁹ A nova Lei de Biossegurança (nº 11.105), entre outras medidas, disciplina em território nacional a venda, o plantio e a comercialização de organismos geneticamente modificados e a pesquisa com células-tronco embrionárias. A presença desse último assunto na lei intensificou o debate sobre as questões éticas envolvidas na

6.2 A composição da amostra analisada

Das 213 notícias representativas da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Gazeta Mercantil* foram os que apresentaram o maior percentual de matérias (23,9% e 23%, respectivamente). Em terceiro lugar, com 16,9% das notícias, está o jornal *Valor Econômico*. A *Folha de S. Paulo* vem em quarto lugar, com 13,6%. O *Correio Braziliense* representa 9,4% da amostra, o *Jornal do Brasil*, 7%, e *O Globo*, por último, representa 6,1% das notícias. Somados os percentuais dos dois jornais sobre negócios/economia (*Gazeta Mercantil* e *Valor Econômico*) e de *O Estado de S. Paulo*, observamos que 63,8% da cobertura noticiosa analisada foi produzida por organizações jornalísticas de notório interesse nas questões do *agrobusiness* brasileiro, voltadas para um público que compartilha essa preocupação. Esse dado nos ajudará a compreender as características majoritárias das notícias.

Outro elemento importante para esta análise é a constatação de que, durante o ano de 2004, houve um aumento do número de notícias veiculadas sobre os transgênicos nos meses de setembro (14,6% das notícias) e outubro (18,3% do total), justamente o período de maior discussão do projeto de Lei de Biossegurança no Senado Federal (a votação na Casa ocorreu em outubro). Também em outubro foi editada a terceira medida provisória sobre a soja transgênica. Esses acontecimentos vão influenciar o perfil do material pesquisado, como veremos a seguir.

TABELA 1
Distribuição da amostra analisada nos meses de 2004

Meses	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
1	7	3,3	3,3
2	19	8,9	12,2
3	18	8,5	20,7
4	10	4,7	25,4
5	21	9,9	35,2
6	19	8,9	44,1
7	14	6,6	50,7
8	6	2,8	53,5
9	31	14,6	68,1
10	39	18,3	86,4
11	17	8,0	94,4
12	12	5,6	100,0
Total	213	100,0	—

6.3 Uma disputa política pautada pela economia

A concentração da produção noticiosa sobre os transgênicos nos meses de setembro e outubro de 2004 contribuiu para que a discussão da nova Lei de Biossegurança no Congresso Nacional tivesse importância crucial na análise. Essa constatação se fortalece pelo fato de cerca de um quarto das matérias analisadas (25,8%) ter foco central no texto, tramitação e debate da nova lei. Além disso, 31,6% das notícias citaram a nova Lei de Biossegurança em seus textos (5,5% mencionaram a Lei de Biossegurança 8.974, de 1995).

As matérias com foco central na liberação dos transgênicos (ou autorização legal da comercialização, do plantio e do uso em alimentos de grãos geneticamente modificados) vêm em segundo lugar, com 17,4%. Aliás, a cobertura noticiosa teve aproximadamente 12

vezes mais notícias com foco central na liberação (17,4%) do que na proibição (1,4%) de transgênicos. O foco na pesquisa científica, assim como o foco na agricultura, vem em terceiro lugar, ambos com 7%. O restante do porcentual pulverizou-se entre as diversas alternativas de classificação existentes.

TABELA 2
Foco central da discussão dos transgênicos nas notícias

Assunto	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Lei de Biossegurança (texto, tramitação, discussão)	55	25,8	25,8
Legislação do Governo Paranaense	6	2,8	28,6
Outras questões de legislação	5	2,3	31,0
Transgênicos em geral (Organismos, alimentos)	14	6,6	37,6
Liberação de transgênicos	37	17,4	54,9
Proibição de transgênicos	3	1,4	56,3
Transporte de transgênicos	5	2,3	58,7
Conseqüências (positivas e negativas) dos transgênicos	3	1,4	60,1
Rotulagem	6	2,8	62,9
CTNBio	6	2,8	65,7
Fiscalização do plantio de transgênicos	7	3,3	69,0
Pesquisa científica sobre transgênicos	15	7,0	76,1
Agricultura	15	7,0	83,1
Comércio exterior	7	3,3	86,4
Questões sociais (ex.: fome)	2	0,9	87,3
Questões internacionais (não envolve Brasil)	4	1,9	89,2

TABELA 2
Foco central da discussão dos transgênicos nas notícias
(Continua)

Assunto	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Campanhas a favor dos transgênicos	1	0,5	89,7
Campanhas contra os transgênicos	4	1,9	91,5
Empresas produtoras de sementes transgênicas	5	2,3	93,9
Patenteamento e/ou pagamentos de royalties pelo uso de sementes trans.	4	1,9	95,8
Outros	9	4,2	100,0
Total	213	100,0	—

De fato, a cobertura esteve centrada no impasse entre os que defendiam a liberação ou um marco legal que facilitasse a comercialização e o plantio de transgênicos no País e os que defendiam a proibição ou um maior rigor das normas relativas à questão. Esse impasse foi enfocado majoritariamente sob a perspectiva política, mais especificamente, de representação política. A ênfase no embate travado entre os congressistas durante a tramitação da Lei de Biossegurança e nas disputas internas do Congresso fez com que o enquadramento⁴⁰ político da temática transgênicos prevalecesse em quase metade das notícias analisadas (48,8%).

Em segundo lugar, ocupando praticamente o mesmo peso na cobertura, estão as notícias que prioritariamente abordaram os transgênicos sob o viés (ou enquadramento)

⁴⁰ Segundo Mauro P. Porto (2002), apesar do crescente uso do termo, não existe uma definição consensual sobre o que sejam os enquadramentos da mídia. Para o pesquisador, é possível, todavia, identificar seus aspectos principais nos estudos já realizados: o termo enquadramento é relacionado quase sempre à escolha dos aspectos interpretativos da realidade que serão salientados de forma a influenciar na recepção e compreensão dos fatos.

econômico/financeiro (11,7%), agrícola (12,7%) e jurídico (12,7%). Já o enquadramento do tema sob o ângulo de saúde pública – que seria de se esperar de uma cobertura jornalística que aborda um assunto polêmico como esse e diretamente relacionado a possibilidades, não consensuais no campo científico, de riscos e benefícios para a saúde humana – foi insignificante (apenas 1,4%).

TABELA 3
Enquadramento temático majoritário nas notícias

Enquadramento	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Político	104	48,8	48,8
Científico	21	9,9	58,7
Econômico/financeiro	25	11,7	70,4
Agrícola	27	12,7	83,1
Jurídico	27	12,7	95,8
Sociocultural	5	2,3	98,1
De saúde pública	3	1,4	99,5
Religioso e/ou ideológico	1	0,5	100,0
Total	213	100,0	—

Apesar de o enquadramento político prevalecer na cobertura, a preocupação de fundo do noticiário foi, evidentemente, de caráter econômico/financeiro, motivada pela importância da agricultura para a economia brasileira. Mesmo no Congresso Nacional a discussão foi feita com base no calendário agrícola, nos investimentos na agricultura e no carro-chefe da produção nacional: a *soja*. A soja é citada como produto geneticamente modificado em 56,8% das notícias (em 24,4% não há menção de produtos transgênicos). Isso

significa que, das 161 notícias que mencionam produtos geneticamente modificados, 121 se referem majoritariamente à soja (75,15% desse universo).

TABELA 4

Produto majoritária e especificamente mencionado pela cobertura como geneticamente modificado ou passível de ser modificado

Produto	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Soja	121	56,8	56,8
Milho	10	4,7	61,5
Algodão	9	4,2	65,7
Feijão	9	4,2	70,0
Outro	12	5,6	75,6
Não há menção	52	24,4	100,0
Total	213	100,0	—

É interessante observar, porém, que em 72,8% da amostra *nenhuma* empresa produtora de sementes transgênicas é citada, característica que vai de encontro à expectativa de uma abordagem mais aprofundada dos interesses econômicos/financeiros envolvidos na questão. Quando aparecem nas notícias, em mais da metade dos casos (65,5%) prevalece a referência à Monsanto, empresa que desenvolveu a soja *Roundup Ready*, o mais importante grão transgênico cultivado no Brasil. A Monsanto atuou com forte *lobby* no Congresso Nacional pela liberação do uso de organismos geneticamente modificados e promoveu campanhas publicitárias sobre o assunto, veiculadas em horário nobre na principal emissora de televisão brasileira.

TABELA 5
 Empresa majoritária e especificamente citada pelas notícias

Empresa	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Monsanto	38	17,8	17,8
Syngenta	2	0,9	18,8
Basf	2	0,9	19,7
Outra	16	7,5	27,2
Nenhuma empresa é mencionada	155	72,8	100,0
Total	213	100,0	—

Observa-se ainda um outro indicador de descompasso entre o interesse econômico nacional nos transgênicos e as informações fornecidas ao público sobre esse assunto: os termos como *patente*, *propriedade intelectual* e *royalties* – diretamente relacionados ao debate sobre as consequências econômicas para agricultores e consumidores brasileiros da liberação dos organismos geneticamente modificados – foram muito pouco mencionados nas notícias (ver tabela a seguir), embora o termo *agrobusiness* apareça em 14,1% das matérias.

TABELA 6
Termos e expressões mencionados na cobertura jornalística*

Termos	Casos	% do total de casos	% do total de notícias
Rotulagem	17	6,4	8,0
Rastreabilidade	4	1,5	1,9
Segurança Ambiental	9	3,4	4,2
Testes de produtos transgênicos	8	3,0	3,8
Pesquisa científica	51	19,2	23,9
Impacto Ambiental	17	6,4	8,0
Agrobusiness	30	11,3	14,1
Fundamentalismo	3	1,1	1,4
Patente	6	2,3	2,8
Propriedade Intelectual	1	0,4	0,5
Royalties	11	4,2	5,2
Agricultura familiar	5	1,9	2,3
Política Nacional de Biossegurança	5	1,9	2,3
Nenhuma destas expressões é mencionada	98	37,0	46,0
Total	265	100,0	124,4
Válidas 213 notícias			
* Permitidas múltiplas respostas			

Na mesma linha de raciocínio, verifica-se que 76,5% das matérias não mencionaram a questão dos transgênicos em outros países ou macro-regiões do mundo, informação que seria importante para o público-leitor por dois motivos: porque permitiria a formação de uma opinião sobre o tema a partir das experiências vividas em outros países; porque liberar ou não o plantio e a comercialização de transgênicos no Brasil era uma decisão que também dependia da aceitação ou rejeição dos organismos geneticamente modificados pelo mercado externo, consumidor da produção brasileira.

Mesmo dentro do território nacional, constatamos que 64,8% dos textos não focalizaram a discussão nas especificidades dos Estados da Federação, 11,7% enfocaram a questão dos transgênicos no Paraná e 9,4%, no Rio Grande do Sul. O primeiro Estado ganhou

visibilidade pela atuação de seu governador, Roberto Requião, em defesa da demarcação do Paraná como área livre de transgênicos e o segundo, devido à pressão dos agricultores pela liberação de transgênicos.

TABELA 7

Estado específico da federação em que a temática se focaliza

Estado	Freqüência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Não há Estado focalizado	138	64,8	64,8
Acre	1	0,5	65,3
Ceará	1	0,5	65,7
Distrito Federal	9	4,2	70,0
Goiás	6	2,8	72,8
Mato Grosso	8	3,8	76,5
Minas Gerais	1	0,5	77,0
Paraná	25	11,7	88,7
Paraná e São Paulo	1	0,5	89,2
Rio de Janeiro	2	1,0	90,2
Rio Grande do Sul	20	9,4	99,5
São Paulo e Minas Gerais	1	0,5	100,0
Total	213	100,0	—

6.4 Falando aos pares

Ao contrário do que se poderia esperar, a demanda pública por informação esclarecedora não determinou o perfil da cobertura noticiosa. Mesmo diante de um evidente desconhecimento público de questões fundamentais sobre a temática dos transgênicos, causado pela novidade e complexidade do assunto, 93,4% das notícias não trouxeram uma contextualização histórica da discussão.

A propósito, quanto à abrangência ou nível de abordagem do assunto, verificamos que 36,6% das notícias são *factual* e 54,9% são consideradas *contextual simples*. Nesse ponto, divergimos das opções apresentadas pelo instrumento de codificação. A nosso ver, o que foi denominado como contextual simples é equivalente a uma noção de abordagem factual no jornalismo, pois, em se tratando de notícia, existe um mínimo de informação a ser produzido que naturalmente atinge essa classificação⁴¹. Consideramos que a diferenciação entre esses dois níveis, portanto, é desnecessária. De qualquer forma, podemos dizer que 91,5% das matérias não passaram de uma abordagem simples do tema.

TABELA 8
Abrangência ou nível de abordagem do assunto

Abordagem	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Factual	78	36,6	36,6
Contextual simples	117	54,9	91,5
Contextual explicativa	10	4,7	96,2
Avaliativo	5	2,3	98,6
Propositivo	3	1,4	100,0
Total	213	100,0	—

⁴¹ Ver as definições de cada classificação no Anexo 1 (página 164).

Os resultados da análise são ainda mais reveladores quanto à qualidade do tratamento dispensado à temática, se considerarmos que 91,5% da cobertura analisada não definiu claramente o que são os transgênicos contra 8,5% que fizeram essa definição. Baseando-se na baixa presença desse conteúdo no conjunto das notícias, podemos dizer que majoritariamente não houve a preocupação jornalística de fornecer ao leitor uma informação básica para o entendimento do assunto: *afinal, do que estamos falando?*

Ainda sobre a carência de um tratamento mais abrangente da temática, observamos que 86,4% da cobertura não associou os transgênicos a uma política governamental mais ampla, como a política ambiental, agrícola ou de comércio exterior.

TABELA 9

Associação da discussão a uma política governamental mais ampla

Política	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Política Ambiental	8	3,8	27,6	27,6
Política Agrícola	8	3,8	27,6	55,2
Política de Comércio Exterior	6	2,8	20,7	75,9
Política Social	3	1,4	10,3	86,2
Política Científica	4	1,9	13,8	100,0
Soma das que associam	29	13,6	100,0	—
Não mencionam nenhuma política	184	86,4	—	—
Total	213	100,0	—	—

Em 81,7% das matérias não foram apresentadas informações sobre orçamento e/ou montante de recursos envolvidos no debate e 60,1% das notícias não forneceram aos leitores estatísticas⁴² sobre o tema. A nosso ver, esses dados fizeram falta ao público. Por mais que a crítica à ênfase excessiva do jornalismo na quantificação da realidade possa ser pertinente, sobretudo quando há uma banalização dos números como se não exigissem uma leitura apropriada, é inegável que a representação numérica possibilita ao público o estabelecimento de comparações elucidativas, como a comparação entre os recursos aplicados em pesquisa no Brasil e o montante investido na mesma área nos Estados Unidos.

Um dado surpreendente, diante dos demonstrados até então, é o fato de 61% das matérias terem apresentado causas e 46,5% apresentado soluções para as questões que levantaram. O apontamento das motivações que sustentaram o debate sobre transgênicos (e os distintos posicionamentos em conflito) e a divulgação das saídas que existiam para os impasses eram parte do papel do jornalismo de mediador da esfera pública e das discussões de seu interesse. Observa-se, entretanto, que os dados mencionados não tratam da autoria das soluções apresentadas, ou seja, não indicam se os jornalistas noticiaram propostas elaboradas pelas fontes consultadas ou se eles mesmos propuseram soluções para os problemas enfrentados.

6.5 Uma tendência ao desequilíbrio

Outro elemento central para a caracterização da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004 é a identificação da tendência majoritária das notícias em

⁴² Também em 98,1% da cobertura não há menção a referências bibliográficas ou sites na internet como fonte de informação.

relação à liberação ou proibição dos organismos geneticamente modificados no País. Nesse sentido, a pesquisa procurou mapear como as matérias posicionaram-se (contra, a favor, equilibradamente, com deslocamento⁴³ para o contra, com deslocamento para o a favor, sem posicionamento ou não foi identificado) e quem foi responsável pelo posicionamento oferecido (as fontes, o repórter ou não foi identificado).

TABELA 10

Posicionamento assumido pela notícia em relação ao debate central dos transgênicos

Posicionamento	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Contra	16	7,5	7,5
A favor	60	28,2	35,7
Há pontos contra e pontos a favor na mesma proporção	7	3,3	39,0
Há pontos contra e a favor, porém há claro deslocamento para o contra	6	2,8	41,8
Há pontos contra e a favor, porém há claro deslocamento para o a favor	26	12,2	54,0
Não há posicionamento em relação aos transgênicos	66	31,0	85,0
Não foi possível identificar de forma clara	32	15,0	100,0
Total	213	100,0	—

Observa-se uma tendência favorável da cobertura jornalística aos organismos geneticamente modificados, haja vista que as notícias favoráveis e as que tiveram um claro

⁴³ O termo *deslocamento* é utilizado para indicar uma tendência majoritária de posicionamento nos textos que apresentaram posições divergentes.

deslocamento para o a favor somaram 40,4%. Já as matérias que foram contra e as que tiveram um claro deslocamento para o contra somaram 10,3%. O percentual de notícias denominadas a favor (28,2%) foi quase quatro vezes maior do que o percentual de notícias contra (7,5%).

Além disso, das 213 matérias analisadas, em 66 casos (31%) não há *nenhum* posicionamento em relação à temática, um dado curioso em razão da controvérsia que o assunto instigou nos diversos setores da sociedade. Isso significa que 31% da cobertura não abordou nenhuma posição sobre os transgênicos (deve liberar ou proibir, faz bem ou faz mal, é vantajoso ou não é, é arriscado ou seguro) sob nenhuma perspectiva (por exemplo, legal, econômica/financeira, agrícola ou social). Somente 18,3% da amostra – percentual obtido pela soma das notícias com posicionamentos contra e a favor na mesma proporção e em proporções desiguais – abordou a polêmica associada à temática transgênicos porque mencionou posições conflitantes (35,7% apresentaram apenas uma visão do assunto).

Realmente preocupante foi o percentual de notícias que apresentaram pontos contra e a favor na mesma proporção: apenas 3,3%. Isso quer dizer que somente sete, das 115 matérias que noticiaram *claramente* posicionamentos sobre os transgênicos (total que exclui as notícias em que foi impossível identificar posicionamento e as sem posicionamento), deram um tratamento equilibrado para a temática, um dos princípios básicos da atividade jornalística. Em 15% da cobertura, não foi possível identificar posicionamento de forma clara. Como é de se esperar, 87% das notícias que apresentaram claramente posicionamentos em relação aos transgênicos atribuíram essa posição às fontes de informação consultadas. Em 11,3% dos textos, os posicionamentos foram oferecidos pelo próprio jornalista. Não foi possível identificar a origem dos posicionamentos apresentados em 1,7% dos casos.

Constatamos ainda que, apesar de 40,4% das notícias terem apresentado tendência favorável aos transgênicos, 72,8% não ofereceram ao público conseqüências positivas da

utilização dos organismos geneticamente modificados, o que pode ser considerado um contra-senso, já que o posicionamento favorável só se justifica pelas vantagens que produz. Nas 58 matérias que apresentaram conseqüências positivas (que representam 27,2% do total), houve um predomínio dos *argumentos agrícolas*: 27,6% desse subuniverso foram sobre a maior resistência dos organismos transgênicos a pragas; em segundo lugar, com iguais 13,8%, foram mencionadas como conseqüências positivas a redução dos custos da produção agrícola e a redução do uso de agrotóxicos.

TABELA 11
Conseqüências positivas apresentadas na cobertura

Conseqüência	Freqüência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Redução do uso de agrotóxicos	8	3,8	13,8	13,8
Maior resistência a pragas	16	7,5	27,6	41,4
Redução dos custos da produção agrícola	8	3,8	13,8	55,2
Redução dos riscos de quebra de safras	1	0,5	1,7	56,9
Aumento da produção de alimentos	6	2,8	10,3	67,2
Possibilidades de ampliar cultivos para diferentes regiões	2	0,9	3,4	70,7
Fortalecimento da balança comercial	3	1,4	5,2	75,9
Evitar o atraso tecnológico nacional	5	2,3	8,6	84,5
Criação de alimentos mais nutritivos	3	1,4	5,2	89,7
Outros	6	2,8	10,3	100,0

TABELA 11
Conseqüências positivas apresentadas na cobertura
(Continua)

Conseqüência	Freqüência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Soma das que apresentaram cons. positivas	58	27,2	100,0	—
Não apresentam conseqüências positivas	155	72,8	—	—
Total	213	100,0	—	—

Também a menção às conseqüências negativas foi pequena na cobertura noticiosa, presente em apenas 15% das matérias. Das 32 notícias que apresentaram conseqüências negativas da utilização de organismos geneticamente modificados, 12 (ou 37,5% desse subuniverso) foram sobre os riscos para a saúde humana e 7 (21,9%) sobre os riscos para o meio ambiente. Nos aspectos negativos, portanto, as questões que envolvem diretamente a *coletividade* foram mais lembradas do que nos aspectos positivos.

TABELA 12
Conseqüências negativas apresentadas na cobertura

Conseqüência	Freqüência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Hibridização das plantações convencionais	4	1,9	12,5	12,5
Riscos para a saúde humana	12	5,6	37,5	50,0
Riscos para o meio-ambiente	7	3,3	21,9	71,9

TABELA 12
Conseqüências negativas apresentadas na cobertura
(Continua)

Conseqüência	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Maior dependência dos produtores das empresas produtoras de sementes trans.	3	1,4	9,4	81,3
Aumento do uso de agrotóxicos	1	0,5	3,1	84,4
Riscos à biodiversidade	1	0,5	3,1	87,5
Riscos à economia do país	3	1,4	9,4	96,9
Enganação dos consumidores (por falta de rotulagem)	1	0,5	3,1	100,0
Soma das que apresentaram cons. negativas	32	15,0	100,0	—
Não apresentam conseqüências negativas	181	85,0	—	—
Total	213	100,0	—	—

6.6 O oficial é notícia

A análise da amostra representativa também produziu resultados significativos sobre o tratamento que a grande imprensa dispensou à temática dos transgênicos em 2004 no que se refere à origem das informações divulgadas e aos critérios de noticiabilidade que prevaleceram na cobertura. O primeiro dado nesse sentido nos diz sobre como se deu a inclusão do assunto na pauta jornalística. Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores buscaram, na própria informação noticiada, elementos que indicassem o que/quem mobilizou

o trabalho jornalístico (qual fato relacionado a que agente social acionou a imprensa para a cobertura da temática transgênicos em cada notícia).

Observou-se, assim, que em 22,1% das notícias os transgênicos foram incluídos na pauta jornalística devido ao anúncio oficial de novas medidas; em 16%, foi a cobertura dos debates no Congresso Nacional que motivou os jornalistas; 7,5% das notícias originaram de respostas do poder público a demandas prévias de outros atores; 2,3% são consequência do anúncio oficial de resultado de medidas que começaram a ser implantadas no passado. Isso significa que quase 50% da cobertura respondeu à demanda oficial de divulgação de informação ou noticiou decisões, explicações, posicionamentos, divergências e ações de autoridades legalmente constituídas.

As notícias que indicaram inserção da temática transgênicos na pauta por demanda do setor agrícola representaram 6,6%, o mesmo percentual das que corresponderam à demanda da comunidade científica. Em 2,8% dos casos, a grande imprensa respondeu à demanda dos movimentos ambientalistas para noticiar a questão dos transgênicos e em apenas 0,5%, à demanda de outros movimentos sociais organizados. Não foi possível fazer a aferição da forma de inclusão na pauta em 12,7% das matérias.

TABELA 13
Forma de inclusão da temática na pauta jornalística

Forma	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Anúncio oficial de novas medidas, solenidade de lançamento de projetos	47	22,1	22,1
Anúncio oficial de resultados de medidas que começaram a ser implantadas no passado	5	2,3	24,4

TABELA 13
 Forma de inclusão da temática na pauta jornalística
 (Continua)

Forma	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Cobertura de debates travados no Congresso Nacional	34	16,0	40,4
Resposta do poder público a demandas prévias de outros atores	16	7,5	47,9
Divulgação de resultados e dados produzidos pelo governo	8	3,8	51,6
Demanda do setor agrícola	14	6,6	58,2
Demanda do setor exportador	4	1,9	60,1
Demanda da comunidade científica	14	6,6	66,7
Demanda dos movimentos ambientalistas	6	2,8	69,5
Demanda de outros movimentos sociais organizados	1	0,5	70,0
Demandas dos organismos internacionais	8	3,8	73,7
Repercussão de eventos específicos ligados à área (congressos, prêmios)	12	5,6	79,3
Repercussão de pesquisas do setor privado	2	0,9	80,3
Repercussão de pesquisas da Embrapa	2	0,9	81,2
Repercussão de outras pesquisas	1	0,5	81,7
Repercussão de notícias veiculadas por outros veículos de mídia	2	0,9	82,6
Campanhas	1	0,5	83,1
Por iniciativa da própria imprensa (matéria investigativa)	9	4,2	87,3
Não foi possível fazer a aferição	27	12,7	100,0
Total	213	100,0	—

Outro dado importante sobre a origem das informações divulgadas diz respeito às fontes consultadas pelo repórter no processo de construção das notícias. Em 19,2% das matérias, a principal fonte é o Legislativo Federal (o Legislativo Estadual ou Distrital foi a principal fonte em 1,4%). Em segundo lugar, com 7%, está o Ministério da Agricultura. O Executivo Federal e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estão juntos, em terceiro lugar, com 5,6% cada. Já o Ministério do Meio Ambiente foi a principal fonte ouvida em apenas 2,3% das notícias, percentual menor do que o do Judiciário (2,8%), da organização não-governamental Greenpeace (3,8%), das empresas produtoras de transgênicos (4,7%), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação⁴⁴ (3,3%), dos agricultores usuários de sementes transgênicas (2,8%) e das cooperativas e associações de produtores agrícolas (2,8%).

TABELA 14
Principal fonte ouvida pela matéria

Fonte	Freqüência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Executivo Federal	12	5,6	5,6
Ministério do Meio Ambiente	5	2,3	8,0
Ministério da Ciência e Tecnologia	4	1,9	9,9
CNTBio	5	2,3	12,2
Ministério da Agricultura	15	7,0	19,2
Embrapa	12	5,6	24,9
Casa Civil	1	0,5	25,4
IBGE/IPEA/Fundação João Pinheiro	1	0,5	25,8
Executivo Estadual	14	6,6	32,4
Judiciário	6	2,8	35,2

⁴⁴ Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

TABELA 14
Principal fonte ouvida pela matéria
(Continua)

Fonte	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Legislativo Federal	41	19,2	54,5
Legislativo Estadual ou Distrital	3	1,4	55,9
Greenpeace	8	3,8	59,6
Outras ONGs ambientais	2	0,9	60,6
Outras ONGs	1	0,5	61,0
Empresas produtoras de sementes transgênicas e/ou defensivos	10	4,7	65,7
Empresas intermediadoras da venda da produção agrícola	1	0,5	66,2
Associações setoriais	3	1,4	67,6
Órgãos de defesa do consumidor	1	0,5	68,1
FAO	7	3,3	71,4
UE	2	0,9	72,3
Universidades	5	2,3	74,6
SBPC e outras associações científicas	4	1,9	76,5
Especialistas/Técnicos	2	0,9	77,5
Agricultores usuários de sementes transgênicas	6	2,8	80,3
Cooperativas e associações de produtores agrícolas	6	2,8	83,1
Sindicatos/Federações de Trabalhadores e Patronais	10	4,7	87,8
Outros	5	2,3	90,1
Não foi possível identificar as fontes consultadas	21	9,9	100,0
Total	213	100,0	—

A análise desses resultados nos revela que, em 47,3% das matérias, a principal fonte ouvida é o poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário) federal ou estadual, ou seja, em quase metade das matérias pesquisadas a fonte de informação priorizada é oficial. Essa estatística encontra respaldo nos dados já apresentados sobre a forma de inclusão na

pauta (47,9% da cobertura respondeu à demanda oficial) e o enquadramento temático priorizado (48,8% têm enquadramento político).

Os outros 52,7% se dividem entre as seguintes fontes agrupadas por afinidade: órgãos técnicos e de pesquisa (CTNBio, Embrapa, IBGE/IPEA/Fundação João Pinheiro) vinculados ao Executivo (8,4%); organizações não-governamentais, ambientalistas e órgãos de defesa do consumidor somam 5,7%; produtores de sementes transgênicas, agricultores, associações e representações do setor agrícola (total de 16,9%); pesquisadores e especialistas (5,1%); organismos internacionais (4,2%); e outros (2,3%). Em 9,9% das matérias não foi possível identificar as fontes consultadas.

Quanto à diversidade de origem da informação, verificamos que em 58,2% da cobertura (124 notícias) mais de uma fonte foi consultada. No entanto, apenas 36,2% das notícias (77 casos) apresentaram fontes com opiniões divergentes sobre os aspectos envolvidos na temática dos organismos geneticamente modificados. Esses resultados nos levam a concluir que, em 47 matérias (22% da amostra geral), mais de uma fonte foi ouvida para defender a mesma opinião.

O nível de pluralidade da cobertura jornalística também pode ser avaliado pela variedade de atores mencionados nas notícias, já que a discussão sobre transgênicos envolveu diversos agentes da sociedade. Nesse ponto, constatamos que o Legislativo foi o principal ator mencionado (apareceu em 103 matérias), seguido pelo Ministério da Agricultura (citado em 69 textos), pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (a CTNBio foi mencionada em 58 matérias) e pelo Ministério do Meio Ambiente (51 notícias). Verifica-se, assim, que os principais atores da cobertura noticiosa foram instituições de caráter oficial.

TABELA 15
Atores mencionados na cobertura jornalística*

Atores	Casos	% do total de casos	% do total de notícias
Judiciário	23	2,9	10,8
Ministério Público	3	0,4	1,4
Legislativo	103	12,9	48,4
Ministério do Meio Ambiente	51	6,4	23,9
Ibama	26	3,3	12,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	13	1,6	6,1
CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Bi	58	7,3	27,2
Conselho Nacional de Biossegurança	22	2,8	10,3
Ministério da Agricultura	69	8,6	32,4
Embrapa	30	3,8	14,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria	1	0,1	0,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4	0,5	1,9
Ministério da Saúde	18	2,3	8,5
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância	17	2,1	8,0
Casa Civil da Presidência da República	8	1,0	3,8
Outros órgãos do Executivo Federal	44	5,5	20,7
Governos Estaduais	36	4,5	16,9
Greenpeace	20	2,5	9,4
Outras ONGs ambientais	9	1,1	4,2
Outras ONGs	8	1,0	3,8
Empresas produtoras de sementes transg.	47	5,9	22,1
Associações setoriais	17	2,1	8,0
Órgãos de defesa do consumidor	13	1,6	6,1
OMC	4	0,5	1,9
FAO	9	1,1	4,2
UE	11	1,4	5,2
Outros organismos internacionais	9	1,1	4,2
Universidades	16	2,0	7,5
SBPC e outras associações científicas	13	1,6	6,1
Agricultores usuários de sementes transg.	50	6,3	23,5
Agricultores não-usuários de sementes tr	12	1,5	5,6
Cooperativas e associações de produtores	19	2,4	8,9
Sindicatos/Federações de Trabalhadores e	14	1,8	6,6
Nenhum destes atores é mencionado	3	0,4	1,4
Total	800	100,0	375,6

Válidas 213 notícias

* Permitidas múltiplas respostas

Em relação à tabela acima, observamos que o dado sobre a menção de empresas produtoras de sementes transgênicas não confere com o fornecido na página 105, também sobre o mesmo assunto. O dado acima revela que a menção a empresas produtoras de sementes transgênicas foi realizada em 47 notícias. Já no levantamento apresentado anteriormente, foram 58 notícias. Adotamos como correto o resultado maior (58) que foi obtido por intermédio de uma questão que trata *exclusivamente* da menção de empresas produtoras de produto transgênico na cobertura noticiosa.

Um dado relevante nesse quadro é o fato de o Greenpeace, organização não-governamental (ONG) que atua internacionalmente em defesa do meio ambiente, ter sido mencionado quase na mesma proporção que o Ministério da Saúde, citados em 20 e 18 matérias, respectivamente. Nos dois casos, consideramos o número de referências pequeno. No primeiro, porque o Greenpeace atuou intensamente no debate da liberação/proibição dos transgênicos e da formulação de um marco legal sobre o assunto. Além disso, a ONG ambientalista – que utiliza critérios jornalísticos para o planejamento estratégico de suas ações, com a intenção de conquistar visibilidade para suas causas na mídia – foi uma das poucas entidades que realizou manifestações e campanhas contrárias aos transgênicos junto à população. No segundo caso, do Ministério da Saúde, a incidência é considerada baixa porque a discussão sobre os organismos geneticamente modificados certamente envolvia questões de saúde pública.

6.7 A sociedade não é notícia

Sobre o tratamento que a grande imprensa dispensou à sociedade civil durante a cobertura, a pesquisa produziu resultados preocupantes. Das 213 matérias analisadas, apenas 4,7%

adotaram um enquadramento da temática transgênicos pelo ângulo da sociedade civil, o menor percentual nessa categoria, atrás inclusive do enquadramento relativo aos organismos internacionais. O número de notícias que enquadraram o debate pela perspectiva do setor privado foi quatro vezes maior (18,8%) do que o da sociedade civil. Em 63,8% das matérias prevaleceu a visão do setor público como enquadramento institucional do assunto.

TABELA 16
Enquadramento institucional majoritário nas notícias

Enquadramento	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Setor público	136	63,8	63,8
Setor privado	40	18,8	82,6
Sociedade civil/terceiro setor/sindicatos	10	4,7	87,3
Organismos internacionais	12	5,6	93,0
Temático/conceitual	15	7,0	100,0
Total	213	100,0	—

Também se observa que questões cruciais para a discussão, desde uma perspectiva da sociedade, não estiveram presentes nas notícias de forma significativa. Por exemplo, 93% das matérias não discutiram a necessidade de se autorizar a venda dos alimentos geneticamente modificados apenas após a comprovação de que não oferecem risco, uma preocupação inconteste da sociedade. Já o direito do consumidor de saber a origem transgênica dos alimentos que consome não foi mencionado em 96,7% da cobertura.

Se considerarmos que 17,4% da cobertura tem foco central na liberação dos transgênicos (segundo maior percentual verificado) e que a grande maioria das matérias está permeada por essa questão, parece ainda mais problemático o fato de apenas 3,3% das notícias discutirem o direito do consumidor de saber a origem transgênica dos alimentos e somente 7% tratarem da necessidade de se comprovar a segurança dos alimentos geneticamente modificados antes de sua comercialização. Em outras palavras, tratou-se muito da liberação/proibição dos organismos geneticamente modificados sem tratar quase nada das condições prévias para essa decisão relativas ao direito do consumidor/cidadão. Somente 13 notícias mencionaram os órgãos de defesa do consumidor em seus textos e *não houve* na cobertura referências à Lei Ambiental e ao Código de Defesa do Consumidor.

TABELA 17
Legislação citada na cobertura jornalística*

Legislação citada	Casos	% do total de casos	% do total de notícias
Constituição Federal	3	1,0	1,4
Lei de Biossegurança (8.974/95)	16	5,5	7,6
Lei de Biossegurança no Congresso	92	31,6	43,6
Lei Estadual 14.162/03 (Paraná)	5	1,7	2,4
MPs	58	19,9	27,5
Outras leis	18	6,2	8,5
Outros projetos de lei	5	1,7	2,4
Protocolo de Biossegurança de Cartagena	1	0,3	0,5
Outros tratados e convenções internacionais	1	0,3	0,5
Decisões judiciais	18	6,2	8,5
Decisões da CTNBio	8	2,7	3,8
Decisões do Ibama	2	0,7	0,9
Não cita legislação	64	22,0	30,3
Total	291	100,0	137,9

Válidas 211 notícias

* Permitidas múltiplas respostas

Já a menção à rotulagem dos produtos transgênicos, um direito à informação importante para a sociedade, esteve presente em 17 matérias (8%). Esse percentual é pequeno se levarmos em consideração o fato de a legislação específica sobre o assunto não ter sido cumprida durante grande parte do período da cobertura. O decreto de rotulagem, que determina o uso de embalagens diferenciadas nos produtos com percentual acima de 1% de transgênicos em sua composição, é de março de 2004.

7 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS:

Um descompasso entre os fundamentos conceituais e a prática

Antes de confrontarmos as principais constatações empíricas obtidas com o referencial teórico adotado, é preciso apresentar algumas ressalvas quanto às inferências que faremos a partir de indícios sistemáticos verificados na análise de conteúdo. Primeiro, esclarecemos que a investigação realizada não nos permite inferir sobre como o público reagiu à cobertura jornalística analisada; avaliações dessa natureza dependeriam fundamentalmente de um estudo de recepção, com leitores dos jornais pesquisados.

Em segundo lugar, observamos que os resultados empíricos alcançados estão condicionados a um determinado assunto, meio e período: aos transgênicos na grande imprensa em 2004. Dessa forma, não podemos deduzir que todas as coberturas realizadas pela grande imprensa, nessa época ou na atualidade, compartilham esse perfil. Esse cuidado no processo de interpretação, entretanto, não nos impede de afirmar que algumas conclusões sobre a qualidade da informação jornalística extrapolam as condições ocasionais da pesquisa realizada.

Uma pesquisa empírica como esta, com significativa quantidade de material (213 notícias), diversidade amostral (sete jornais importantes no País), abrangência temporal (de um ano) e rigor investigativo (mais de 280 itens compõem o instrumento de pesquisa), pode indicar características comuns à prática jornalística. As ênfases e omissões do trabalho realizado ao longo da cobertura analisada levantam hipóteses sobre os vícios e méritos do jornalismo atual, que pretendemos abordar aqui.

A mais importante conclusão que podemos inferir dos resultados empíricos apresentados é a existência de um *descompasso* entre os fundamentos conceituais da atividade jornalística nas sociedades ocidentais e a experiência prática considerada. As características

majoritárias das notícias investigadas, a nosso ver, não satisfazem à expectativa da sociedade por informações de qualidade sobre o tema, assim como não condizem com o que a própria atividade diz oferecer a seu público.

O primeiro aspecto que destacamos da análise empírica é o tratamento majoritariamente *factual* do tema transgênicos. A discussão da nova Lei de Biossegurança no Congresso Nacional teve importância crucial na cobertura (25,8% tiveram foco central na lei e 17,4% na liberação dos transgênicos) o que contribuiu para que o enfoque temático político prevalecesse em 48,8%. O enquadramento do assunto a partir da visão do setor governamental (das esferas de governo) foi majoritário, predominando em 63,8% da cobertura. No entanto, 86,4% das notícias não relacionaram os transgênicos a uma política governamental mais ampla.

Se associarmos esses últimos dados ao predomínio de fontes oficiais na cobertura (fonte priorizada em 47,3%) e à principal forma de inclusão na pauta jornalística (pela via oficial, em 47,9%), chegamos à conclusão de que a perspectiva política adotada pelas matérias foi relativa à *ação dos representantes políticos* no debate sobre os transgênicos. As grandes questões políticas envolvidas no tema, portanto, diluíram-se nos detalhes sobre os bastidores da luta política travada, principalmente, no Congresso Nacional durante a tramitação da nova Lei de Biossegurança.

É bem verdade que o acompanhamento das ações do poder público faz parte das atribuições centrais da imprensa (fiscalizar por intermédio da visibilidade pública), mas dar inteligibilidade à atualidade também é uma atribuição essencial do jornalismo. Entretanto, 91,5% das matérias não passaram de um *nível de abordagem simplificado* da temática⁴⁵ e 93,4% não apresentaram contextualização histórica do debate que culminou com o impasse entre favoráveis e contrários aos transgênicos. A cobertura da grande imprensa não inseriu os

⁴⁵ Esse percentual refere-se à soma das categorias “factual” e “contextual simples”, aplicadas na análise das notícias e consideradas equivalentes neste trabalho, devido à proximidade que apresentam.

fatos noticiados em uma dimensão contextual mais ampla, fundamental para que o público compreendesse a trajetória do tema no País e os interesses (econômicos, jurídicos, políticos, ambientais, sociais, públicos e privados) mobilizados nesse processo.

Desde o surgimento do paradigma da mediação no jornalismo, a sociedade espera conhecer os aspectos específicos e relevantes do tempo presente, por intermédio das informações jornalísticas. É pela competência de informar o público sobre os fatos sensíveis à percepção humana – inéditos (novos) ou significativos (atuais) –, com precisão de detalhes e compromisso de correspondência à realidade, que “o jornalismo incumbe-se de atualizar o nível de informação da população com velocidade impossível de alcançar por outro meio” (LAGE, 2005, p. 82). Portanto, faz parte da natureza do jornalismo produzir informações cristalizadas na dimensão fenomênica da realidade (GENRO FILHO, 1996); tratar da factualidade é a característica mais marcante do jornalismo como forma de conhecimento.

Contudo, essa forma de apreensão da realidade (pelo efêmero, pelo singular), não limita o conteúdo jornalístico aos fatos singulares. As notícias também são capazes de manifestar os contextos particulares que atribuem significado aos fatos, além de insinuar explicações totalizantes (universais) para esses fenômenos, as quais não se desenvolvem explicitamente nos textos. Essa capacidade de extrapolar o factual e expressar o contextual em seus relatos possibilita aos jornalistas escolherem a amplitude da abordagem da realidade que pretendem desenvolver em suas notícias, sem abrir mão dos fatos. Isso significa que a *factualidade ou singularidade é imperativa* no jornalismo, mas o quanto os jornalistas vão se empenhar para *reconstituir em seus textos as conexões do factual com o contextual* é uma decisão profissional.

Essa escolha, entretanto, depende de alguns fatores: do *perfil editorial* das organizações jornalísticas (se priorizam a quantidade ou a profundidade das notícias); das *condições* de tempo para produção e de espaço para publicação das informações; da *demand*

pública em relação ao assunto. Há, portanto, uma espécie de “arbitrio condicionado” no jornalismo no que se refere à escolha entre os dois níveis de abordagem da realidade: concentrado no factual ou também contextual. É um arbitrio profissional porque nem a linguagem nem a forma de conhecimento do jornalismo determinam essa decisão, já que *não* está em questão a ausência de factualidade nas notícias (pois, os fatos são a matéria-prima do jornalismo) ou a completa ausência de particularidade (pois, o singular contém e está contido nas dimensões do típico e do universal, necessariamente). Escolhe-se, apenas, a dimensão da *exposição* do contextual no texto.

De outra parte, esse arbitrio é condicionado pelas limitações reais de desempenho da atividade (linha editorial, tempo e espaço) e pela demanda de contextualização que o fato e a sociedade apresentam. A primeira condição remete à esfera organizacional do jornalismo (à sua prática em cada empresa jornalística) e a segunda, à esfera institucional da atividade (à sua concepção socialmente instituída). Nesta última, o arbitrio profissional é influenciado pela expectativa da sociedade em relação à atuação da atividade. A demanda de contextualização de um fato⁴⁶ depende do que ele representa para a sociedade: um fato relevante, complexo, desconhecido, polêmico, conflituoso, confuso ou determinante vai demandar, por parte do público, um tratamento jornalístico mais contextualizado.

No caso das notícias sobre transgênicos, a abordagem majoritariamente factual teve origem na ênfase dada à tramitação da Lei de Biossegurança no Congresso Nacional. Em parte, os conteúdos das notícias são determinados pelos espaços enfocados e pelas fontes consultadas para a construção da informação, ou seja, os representantes políticos e o ambiente do parlamento estimularam o destaque de aspectos pontuais do tema, quase sempre, personalizados e partidarizados. Todavia, sabemos que os mesmos espaços e as mesmas

⁴⁶ Definimos como fato um recorte espaço-temporal específico do presente, que pode ser um acontecimento (uma ação) ou uma questão (uma situação problemática) da realidade.

fontes alimentam as informações jornalísticas de formas distintas, já que a mediação dos jornalistas é uma mediação *ativa* que prioriza, seleciona e investiga (GENTILLI, 2005).

Podemos, então, levantar hipóteses explicativas para a “atitude de mediação” dos jornalistas, dos sete jornais pesquisados, que priorizaram na cobertura noticiosa, quase que absolutamente, o tratamento factual da temática: a falta de tempo para contextualizar as questões e o excesso de acontecimentos no Congresso Nacional são hipóteses razoáveis. Entretanto, quaisquer que sejam as explicações reais, elas não amenizam o fato de as notícias praticamente não terem apresentado à sociedade, ao longo de um ano de cobertura, informações contextualizadas sobre um assunto relevante, complexo, polêmico, desconhecido e abrangente como esse. Assim, no que se refere ao público que teve acesso em 2004 às notícias da grande imprensa, a constituição de uma visão qualificada sobre os transgênicos foi prejudicada, não pela *natureza da informação* jornalística, mas, pelas *escolhas profissionais* e pelas *condições organizacionais* que restringiram as potencialidades do jornalismo.

Ainda sobre o papel de tornar a atualidade inteligível ao público, observamos que informações básicas estiveram ausentes da cobertura: 91,5% das notícias analisadas não definiram claramente o que são os transgênicos, mesmo sendo um termo relativamente novo e confuso para o grande público; 81,7% não apresentaram informações sobre orçamento e/ou montante de recursos envolvidos no debate, apesar de o assunto ter forte apelo econômico; 60,1% não forneceram estatísticas ao público, que seriam parâmetros fundamentais para julgar a dimensão da questão (por exemplo, em relação às plantações, exportações, pesquisas científicas, políticas públicas); e 72,8% não mencionaram as conseqüências positivas da utilização dos organismos geneticamente modificados, apesar de 40,4% terem apresentado tendência favorável aos transgênicos.

Nesse caso, não estamos mais falando de aspectos específicos do jornalismo, mas de falhas elementares de informação que independem dos compromissos institucionais da

atividade jornalística. A clareza, a exatidão, a redução das ambigüidades e a coerência são características pertinentes a toda comunicação humana para que seja compreensível; elas tornam-se exigências comuns aos textos informativos justamente por facilitarem o entendimento do que se pretende expressar. As idéias do filósofo inglês H. Paul Grice (*apud* MOTTA. In: Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 1, n. 2, 2004) são elucidativas nesse sentido.

Conforme Luiz Gonzaga Motta, Grice afirma que todo ato comunicativo orienta-se por algumas máximas de eficácia, que não são prescritivas, mas princípios de cooperação entre os seus participantes. “Essas máximas podem ser de quantidade (ao comunicar, seja informativo e conciso), de qualidade (diga verdades, não diga algo sem provas), de relação (seja relevante) e de modalidade (seja claro, ordenado, não seja ambíguo)” (MOTTA, *op. cit.*, p. 123). Esses princípios acentuam-se no jornalismo devido ao seu objetivo de “intercambiar as informações com os leitores, ouvintes ou telespectadores de forma radicalmente efetiva e econômica (no sentido lingüístico dos termos)” (*ibidem*, p. 127). Além disso, a heterogeneidade de público do jornalismo demanda que a informação produzida seja acessível (TRAQUINA, 2005). Dessa forma, Motta conclui que as máximas cooperativas de Grice foram convencionadas na comunicação jornalística, entre jornalistas e leitores:

É sobre estes pressupostos griceanos que as máximas profissionais do texto jornalístico foram estruturadas, ainda que, historicamente, ao que se sabe, em nenhum momento tenha havido um diálogo entre as redações e os princípios da filosofia da linguagem (*op. cit.*, p. 127).

Nilson Lage (2005, p. 84) também considera que as máximas de Grice encontram equivalência no texto jornalístico:

[...] a informação deve ser suficiente para os fins do veículo e não excedente; ser verdadeira ou, no mínimo, verossímil (nesse caso, formulada como hipótese); ser relevante, não-ambígua, concisa, estruturar-se segundo preceitos lógicos e com a clareza necessária para ser compreendida pelos(s) destinatários(s).

No entanto, acreditamos que esses princípios cooperativos tornam-se *normativos* na comunicação jornalística, já que as notícias são comunicações que priorizam o seu conteúdo (a informação manifesta) e têm a função social de bem-informar um público indiscriminado. Tal ponderação, aplicada à investigação empírica realizada, leva-nos a questionar o peso dessas normas profissionais no dia-a-dia dos jornalistas e a eficácia comunicativa da cobertura noticiosa analisada, com base nas falhas informativas mencionadas.

É evidente, porém, que as restrições temporais do jornalismo contribuem para o aparecimento de lacunas ou equívocos na informação. Com frequência, a “dupla contemporaneidade”⁴⁷ a qual a atividade está submetida – produzir relatos contemporâneos aos fatos que aborda – limita a compreensão do jornalista sobre a realidade. Atuar como narrador do tempo presente, portanto, é um empecilho para a qualidade informativa. Além disso, a pressão dos horários de fechamento das edições dos jornais e a concorrência entre as empresas jornalísticas contribuem para que a lógica da informação em primeira mão (MORETZSOHN, 2002) se transforme na *lógica da primeira informação à mão*, ou seja, de pouca elaboração dos textos e checagem das informações.

Ocorre que não cabe ao público pressupor, mas ao jornalismo expor, com clareza e responsabilidade, as limitações do trabalho que realiza. Essa transparência na conduta profissional tem fundamentação na noção de objetividade como método investigativo do jornalismo. Segundo Daniel Cornu, citado por Karam (2004, p. 42), é preciso recuperar os compromissos metodológicos, constituídos na história da profissão jornalística, pois, se “despedida sem cerimônia, a objetividade deixa a via livre ao ‘vale-tudo’. A um jornalismo da aproximação e de preguiça”.

⁴⁷ Expressão de Paul H. Weaver (In: TRAQUINA (Org.), 1999).

No caso da cobertura dos transgênicos, faltou rigor investigativo para a inclusão de informações essenciais ao público – por exemplo, os dados sobre o montante de recursos envolvidos no debate – bem como faltou abertura profissional para trazer ao conhecimento público os empecilhos encontrados nesse processo. De qualquer forma, nem todas as explicações podem ser aceitas pelo público. A credibilidade moral, historicamente conquistada pelo jornalismo (GUERRA, 1998), está relacionada à realização de uma mediação cognitiva criteriosa e à competência dos jornalistas para exercê-la.

Se considerarmos as concepções de verdade mencionadas por Chauí (1995), o jornalismo é visto como um conhecimento verdadeiro e necessário à sociedade justamente por ser capaz de superar as adversidades e fornecer informações de qualidade em suas construções lingüísticas: correspondentes à realidade, coerentes internamente, confiáveis e com resultados verificáveis. Já os jornalistas são considerados os “agentes especializados” (GREENWOOD *apud* TRAQUINA, 2004) do jornalismo porque professam saber lidar com as implicações *deontológicas e cognitivas* da atividade jornalística.

Em outras palavras, é em nome dessa competência de bem-informar em condições adversas de tempo que a sua credibilidade (e autoridade) social existe. A ampliação do poder da atividade jornalística na sociedade, portanto, impõe-lhe exigências de qualidade cada vez maiores, de forma que as dificuldades peculiares da atividade e as restrições criadas pelos interesses financeiros no jornalismo (pela concorrência) não servem de justificativas absolutas para as suas deficiências.

Além da competência de *expor* um recorte da realidade, a tarefa de produzir relatos verdadeiros também implica a capacidade de *reconstituir* as relações que o configuram na sociedade (GUERRA, 1998). No caso analisado, significa que as notícias não poderiam deixar de abordar a temática transgênicos na forma como ela se configurou na sociedade:

como uma polêmica que instigou posições diferentes. Contudo, somente 18,3% da cobertura⁴⁸ mencionou posicionamentos conflitantes sobre o tema (contra e a favor dos transgênicos).

A menção à controvérsia gerada na sociedade pelo assunto poderia ser feita, principalmente, por intermédio da recorrência a diferentes fontes de informação e de opinião. A importância das fontes no perfil da cobertura investigada pode ser avaliada pelo fato de 87% das notícias que apresentaram posicionamentos claros em relação aos transgênicos terem atribuído essas posições às fontes consultadas. Tal resultado indica o evidente: pelo menos em tese, são apenas as fontes que emitem juízos no jornalismo, além de fornecerem dados e credibilidade às notícias.

Confirmando a idéia de que a cobertura concentrou-se no acompanhamento da tramitação da Lei de Biossegurança no Congresso Nacional, observamos que o Legislativo Federal foi a principal fonte ouvida em 19,2% das matérias (o Legislativo Estadual ou Distrital, em 1,4%). Em segundo lugar, com 7%, está o Ministério da Agricultura. O Executivo Federal e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estão juntos, em terceiro lugar, com 5,6% cada. O Legislativo também foi o principal ator mencionado (apareceu em 103 matérias), seguido pelo Ministério da Agricultura (citado em 69 textos), pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (mencionada em 58 matérias) e pelo Ministério do Meio Ambiente (51 notícias).

A análise das fontes consultadas nos revela que, em quase metade das notícias pesquisadas, a principal fonte de informação foi oficial (47,3% priorizaram o poder público federal ou estadual como fonte de informação). Por um lado, esse dado é coerente com o fato de 47,9% das matérias terem tratado do anúncio oficial de novas medidas, da discussão da Lei de Biossegurança no Congresso Nacional e da divulgação oficial de respostas e resultados

⁴⁸ Porcentual obtido pela soma das notícias que apresentaram posicionamentos contra e a favor, na mesma proporção e em proporções desiguais.

sobre o tema. A ênfase atribuída às fontes oficiais, portanto, seria justificada pela principal forma de inclusão da temática transgênicos na pauta jornalística: pela via oficial.

Por outro lado, a priorização de pautas centradas nas instituições e nos representantes oficiais foi uma escolha jornalística e não uma resposta espontânea à demanda existente. Primeiro porque as demandas de outros setores da sociedade não foram atendidas com a mesma prioridade (a demanda dos movimentos ambientalistas, por exemplo, mobilizou a cobertura jornalística em apenas 2,8% dos casos). Segundo porque a forma de inclusão do assunto na pauta jornalística não tem necessariamente que coincidir com a *principal* fonte de informação da matéria; uma nova medida anunciada pelo governo, por exemplo, pode ser avaliada prioritariamente por uma fonte não-oficial.

Na realidade, os jornalistas e as organizações jornalísticas se relacionam de forma diferenciada com as fontes de informação. Podemos citar alguns fatores – mapeados nos estudos da área e mencionados por Jorge Pedro Sousa (2000) – que interferem nessa relação: a facilidade de acesso dos jornalistas às fontes que estão organizadas para atendê-los com a prontidão; as conveniências dos posicionamentos de determinadas fontes para as organizações jornalísticas (Gans); a adequação aos critérios de noticiabilidade e convenções jornalísticas (Schlesinger); a credibilidade e autoridade das fontes institucionais (Blumler e Gurevitch); e a tendência à personalização das notícias nos indivíduos de maior projeção social (Curran).

Se utilizados para a interpretação dos resultados da pesquisa empírica, esses fatores levantam algumas hipóteses para a priorização das fontes oficiais na cobertura: foram mais acessíveis, mais convenientes e mais credíveis aos jornalistas e aos jornais. Contudo, não são somente esses aspectos que influenciaram na priorização das fontes oficiais ao longo da cobertura. É preciso ponderar que “a produção da visibilidade do poder, ou a publicização do governo é a razão de ser da imprensa” (GENTILLI, 2005, p. 138), ou melhor, é *uma das principais razões* de existência da atividade jornalística. Portanto, a visibilidade dos

representantes de instituições oficiais faz parte dos compromissos democráticos do jornalismo, pois a autoridade que emana desses representantes é delegada pela sociedade e deve ser controlada por ela. Segundo Gentili (2005, p. 121, grifo do autor):

A esfera pública passou a se constituir no princípio organizador da sociedade moderna, na medida em que *os debates parlamentares, os processos judiciais e as administrações executivas requerem publicidade para que se estabelecessem conexões entre estrutura de poder e cidadãos, e, para que fossem controlados*. O caráter de “emanação do poder do povo” está vinculado a um acesso de todos ao poder [...].

Ocorre que as fontes consultadas também podem influenciar o conteúdo das notícias, promover ou impedir a publicidade de determinadas informações e definir o sentido dos assuntos noticiados (Sigal; Molotch e Lester; Hall et al. *apud* SOUSA, 2000), além de apresentar interpretações para os fatos (PORTO, 2001) e informar o que o público precisa saber. Desse ponto de vista, priorizar fontes oficiais é correr o risco de priorizar o interesse de governo ao invés do interesse público, ou seja, de distanciar-se da sociedade enfocando apenas os seus representantes políticos. Além disso, a representação político-partidária não é a única representação legítima nas sociedades democráticas. Existem outras, como os movimentos sociais, associações de trabalhadores, organizações não-governamentais.

Ao delegar à atividade jornalística a tarefa de mediar o debate público e a relação do público com os fatos atuais, a sociedade atribuiu-lhe o papel de expor as visões dos diferentes grupos que a compõem. A diversidade de fontes na informação jornalística, portanto, é uma condição para a pluralidade de conhecimentos, interpretações e posições em relação aos fatos. No entanto, pouco mais da metade das notícias analisadas (58,2%) consultou mais de uma fonte; só 36,2% apresentaram fontes com opiniões divergentes⁴⁹ e 22% ouviram mais de uma fonte para defender a mesma opinião. Um reflexo dessa

⁴⁹ Observa-se que o percentual de notícias com posicionamentos conflitantes em relação aos transgênicos (18,3%) não é igual ao percentual de matérias que apresentaram fontes com opiniões divergentes (36,2%), porque as opiniões nem sempre se referiram à posição favorável ou contrária aos transgênicos.

insuficiência de diversidade de fontes é o fato de 35,7% das notícias terem apresentado apenas uma posição sobre o assunto (7,5% contra os transgênicos e 28,2% a favor).

A autoridade do jornalismo de decidir quem vai se expressar publicamente pelas notícias também implica a responsabilidade de mediar o debate público com isenção (não-manifestação de posicionamento), independência (não-subordinação) e equilíbrio (ausência de tendências). Entretanto, a falta de pluralidade na escolha das fontes durante a cobertura jornalística favoreceu uma visão tendenciosa do debate sobre os transgênicos, já que as mesmas fontes costumam manter as mesmas posições.

A relação verificada foi de 1:4, ou seja, para cada notícia contrária ou com claro deslocamento para o contra houve quatro notícias favoráveis ou com claro deslocamento a favor. É interessante observar que o que está em questão nesse ponto não é a capacidade de equilíbrio das posições conflitantes em uma mesma notícia, mas ainda a incapacidade de a grande imprensa dar tratamento quantitativamente igualitário aos dois principais posicionamentos em relação ao tema, contra ou a favor, ao longo da cobertura.

Apenas 3,3% das notícias apresentaram pontos contra e a favor dos transgênicos na mesma proporção. Esse porcentual ínfimo de notícias equilibradas faz a discussão sobre a ausência de tendenciosidade na mediação jornalística parecer pura abstração ou mera ideologia profissional. Essa má impressão, no entanto, não advém da dificuldade de agir com imparcialidade no jornalismo, como poderiam esperar aqueles que crêem que é *impossível* mediar sem manifestar favoritismo (argumento que, em última instância, também invalida qualquer possibilidade de justiça, embora a mediação jurídica implique sempre julgamento e a mediação jornalística, não); ela advém da verificação de que pouquíssimas notícias (3,3%) foram equilibradas, ou seja, não privilegiaram *explicitamente* em seu conteúdo um dos dois principais posicionamentos relacionados à temática (contrário ou favorável ao plantio e à comercialização dos organismos geneticamente modificados no País).

É certo que o comprometimento com a pluralidade de perspectivas não deve ser reduzido na prática jornalística à essa abordagem maniqueísta da realidade: à polarização dos pontos de vista em *contra* e *a favor*. Vícios de mediação como esse contribuem para o empobrecimento das informações pelo excesso de simplificação da realidade. No entanto, pelo menos no que se refere aos “dois lados da questão”, facilmente identificados na discussão sobre os transgênicos, a busca de um equilíbrio na exposição dos julgamentos era evidentemente salutar para o público.

Algumas reflexões desenvolvidas por Mauro P. Porto (2001), em seus estudos sobre o papel político da televisão⁵⁰, parecem-nos pertinentes para avaliação dos dados mencionados, embora o interesse de pesquisa do autor seja diferente do nosso. O pesquisador argumenta que a televisão apresenta enquadramentos que oferecem interpretações específicas e relativamente simples sobre as causas, o significado, as conseqüências e soluções dos temas e eventos políticos. No jornalismo, segundo Porto, esses enquadramentos interpretativos seriam oferecidos, principalmente, pelas *fontes* consultadas, exceto quando os jornalistas operam na “esfera do consenso” e na “esfera dos desviantes”, ou seja, no campo do senso dominante e do ilegítimo. Nessas duas situações de exceção, os próprios jornalistas tenderiam a apresentar os enquadramentos interpretativos.

Com base nessas considerações, Porto modifica a tipologia desenvolvida por Schlesinger e seus colegas (1983)⁵¹ para “classificar o ‘formato’ dos segmentos⁵² de conteúdo da mídia de acordo com as seguintes categorias: 1. Restrito: quando apenas uma interpretação do fato/evento/ação ou tema é apresentada; 2. Plural-Fechado: quando mais de uma interpretação do fato/evento/ação ou tema são apresentadas, mas são organizadas em uma hierarquia de forma a que uma das interpretações é preferida sobre as demais e apresentada

⁵⁰ Todos os trechos que serão apresentados da tese de Porto foram traduzidos pelo próprio autor.

⁵¹ SCHLESINGER, Philip; MURDOCK, Graham; ELLIOT, Philip. *Televising 'Terrorism': Political Violence in Popular Culture*, London: Comedia, 1983.

⁵² Segundo o pesquisador, o segmento é “a unidade de análise da classificação do formato e varia de gênero para gênero. No caso dos telejornais, a notícia será considerada um segmento” (2001, p. 145).

como superior ou mais correta; 3. Plural-Aberto: quando mais de uma interpretação do fato/evento/ação ou tema são apresentadas, mas são tratadas de forma mais indeterminada, de forma a que nenhuma interpretação é apresentada como superior ou mais correta; 4. Episódico: quando nenhuma interpretação é apresentada na notícia que se limita a relatar algum fato/evento/ação ou tema)” (PORTO, *op. cit.*, p. 145-146).

O pesquisador avalia que “os conteúdos com formato plural-aberto ampliam o leque de entendimentos que os cidadãos desenvolvem sobre os temas e eventos políticos”, levando a um processo de deliberação política mais democrático (*ibidem*, p. 155). Trazendo essas idéias para a investigação empírica aqui interpretada, podemos fazer uma adaptação apenas *experimental* dos dados obtidos às classificações de Porto, já que estas não foram previamente utilizadas na codificação das 213 notícias que analisamos. Apesar de as quatro categorias terem sido desenvolvidas a partir de estudos de televisão, pensamos que são adequadas também para pesquisas de mídia impressa.

Vamos considerar que, devido à natureza polêmica do tema dos transgênicos, as interpretações dos fatos noticiados sejam fornecidas apenas pelas *fontes* citadas e não pelos jornalistas. Dessa forma, o percentual da cobertura que não apresentou mais de uma fonte seria composto por notícias no formato *restrito* e/ou no formato *episódico*. Assim concluímos por não sabermos se as fontes consultadas realmente apresentaram uma interpretação para o fato noticiado, mas sabemos que a tendência no jornalismo é de que cada fonte apresente a *sua* visão interpretativa, sem mencionar as demais. Desse modo, avaliamos que 41,8% da cobertura apresentou somente *uma* ou *nenhuma* interpretação capaz de dar sentido aos fatos noticiados, percentual bastante alto para a natureza polêmica do tema.

Os quase 60% restantes poderiam ser classificados entre as categorias de restrito, plural-fechado e plural-aberto, já que a consulta a mais de uma fonte não é garantia de existência de mais de uma interpretação do fato/evento/ação ou tema na notícia, mas é uma

tendência à presença de, ao menos, uma interpretação. Considerando o perfil da cobertura noticiosa até então demonstrado, principalmente a tendência favorável aos organismos geneticamente modificados, acreditamos que a quantidade de notícias com um formato plural-aberto – com mais de uma interpretação ou uma visão explicativa para os fatos envolvidos na polêmica dos transgênicos e sem nenhuma predominante – foi inferior ao necessário para ampliar o entendimento dos cidadãos e levar a decisões mais democráticas sobre o assunto.

Sendo o direito à informação um direito-meio, um pressuposto para que o direito político se realize efetivamente (GENTILLI, 2005), concluímos que a participação política desses cidadãos nas instâncias democráticas envolvidas no debate, como o parlamento, foi limitada pela ausência de pluralidade interpretativa e opinativa nas notícias da grande imprensa. O problema parece-nos ainda maior se ponderarmos que o fato de o jornalismo ter se firmado em oposição ao campo publicitário resulta tanto do compromisso que assumiu de não falsear suas informações (GUERRA, 1998) quanto de não ocultar o que está manifesto na realidade. Em outras palavras, mais do que estarem meramente *acessíveis* à diversidade de fontes e visões, os jornalistas deveriam estar *empenhados* em expressar nas notícias a pluralidade de interpretações e opiniões que existiam na sociedade e disputavam a hegemonia sobre o tema.

Se a atividade jornalística, assim como as democracias ocidentais (NEMO, 2005), vincula a idéia de verdade ao pluralismo crítico (pluralidade), no sentido de não-dogmatismo, não há como aceitar que a cobertura jornalística não dê visibilidade às múltiplas visões, provenientes do envolvimento no debate de agricultores, pesquisadores, legisladores, juristas, governantes, movimentos sociais, órgãos de defesa do consumidor, ambientalistas, organizações internacionais, empresas e associações setoriais. Se a noção de verdade no jornalismo também está associada à realidade (objetividade) e ao conhecimento do que é

aparente e evidente, também não se justifica a baixa visibilidade dos agentes reais do debate público e de suas opiniões.

Nessas duas perspectivas, que coexistem na atividade jornalística, portanto, o perfil da cobertura analisada não condiz com o de uma informação verdadeira. Contudo, se é possível estabelecer uma escala de gravidade dos problemas de qualidade da informação verificados na cobertura da grande imprensa sobre a discussão dos transgênicos em 2004, sem dúvida alguma, a pouca importância dada ao interesse público foi o mais grave.

Como vimos, o interesse público é a razão de ser de todos os saberes profissionais, os compromissos institucionais e as conquistas organizacionais do jornalismo, ou seja, é a finalidade última da mediação jornalística (*para quem* mediar). Também demonstramos que, conforme se institucionalizou nas sociedades democráticas, a atividade considera o interesse público de duas maneiras: como *referencial* (para produzir suas informações) e como *objeto* (o próprio debate público é mediado).

Essa separação entre objeto e referencial foi apenas uma maneira que encontramos de demonstrar que o público é início (esfera pública como objeto), meio (referência para produção de conhecimento) e fim (divulgação pública das informações) da mediação jornalística. Portanto, considerar a expectativa pública em relação aos transgênicos era fundamental para a produção de informações de qualidade sobre a temática. O que observamos, porém, é que tanto as *questões de interesse público* envolvidas na discussão dos organismos geneticamente modificados quanto as *visões da sociedade civil* sobre a polêmica ocuparam pouca importância ao longo da cobertura.

No primeiro aspecto, avaliamos que as principais questões envolvidas eram sobre os riscos ou benefícios à saúde pública e ao meio ambiente, as vantagens ou desvantagens econômicas para os consumidores e os direitos dos cidadãos de serem informados sobre quais são os produtos transgênicos. Sobre esses pontos, constatamos que: somente 1,4% da

cobertura adotou enquadramento do tema sob o ângulo de saúde pública, apenas 3,3% das notícias discutiram o direito do consumidor de saber a origem transgênica dos alimentos e 7% trataram da necessidade de se comprovar a segurança dos alimentos geneticamente modificados antes da sua comercialização.

Das 213 notícias analisadas, somente 13 mencionaram os órgãos de defesa do consumidor e *nenhuma* fez referência à Lei Ambiental e ao Código de Defesa do Consumidor. Em 27,2% da cobertura foram apresentadas conseqüências positivas da utilização de transgênicos; em 15%, os leitores puderam saber das conseqüências negativas. Apenas 2,8% das matérias foram incluídas na pauta jornalística por demanda dos movimentos ambientalistas e 0,5% por demanda dos movimentos sociais organizados.

Esses dados demonstram que questões cruciais, desde uma perspectiva do interesse público, não estiveram presentes nas notícias de forma significativa e confirmam a idéia de que “a imprensa exerce a sua mediação dos fatos a partir do social e para o social, mas isso não significa que ela seja inteiramente permeável ao social” (SILVA. In: MOTTA (Org.), 2002, p. 52). A baixa permeabilidade da grande imprensa ao social também pôde ser avaliada pela sua pouca abertura às opiniões e perspectivas da sociedade civil.

A noção de sociedade civil que adotamos aqui envolve entidades e movimentos de caráter não-governamental, não-mercantil, não-corporativo e não-partidário. Segundo Liszt Vieira (1997, p. 63), a partir da década de 1970, a noção de sociedade civil “passa a ser compreendida em oposição não apenas ao Estado, mas também ao mercado. Agora representa uma terceira dimensão da vida pública, diferente do governo e do mercado”. O autor (*ibidem*) esclarece que:

Não se trata mais de um sinônimo de sociedade, mas de uma maneira de pensá-la, de uma perspectiva ligada à noção de igualdade de direitos, autonomia, participação, enfim, os direitos civis, políticos e sociais da cidadania. Em virtude disso, a sociedade civil tem que ser “organizada”.

Essa idéia de cidadania presente na noção de sociedade civil é a mesma que legitima a autoridade social do jornalismo nas democracias ocidentais por ele ser uma forma de expressão do direito dos cidadãos à informação (GENTILLI, 2005). Subentende-se, assim, que dar visibilidade à sociedade civil organizada, constituída em representações autônomas, faça parte da função social do jornalismo. Contudo, apenas 4,7% das notícias adotaram um enquadramento da temática transgênicos pelo ângulo da sociedade civil; esse foi o menor percentual nessa categoria, quatro vezes inferior ao número de notícias que enquadraram o debate pela perspectiva do setor privado (18,8%) e menor até que o enquadramento a partir do ponto de vista dos organismos internacionais (5,6%), como a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Em 5,2% da cobertura as organizações não-governamentais foram a principal fonte ouvida. Esse percentual é igual ao de matérias que tiveram como fonte principal as empresas produtoras e intermediadoras da venda de transgênicos e representa metade das matérias que ouviram, prioritariamente, organizações corporativas ligadas à agricultura (cooperativas, associações, sindicatos e federações). Os critérios de seleção das fontes, portanto, valorizaram mais os interesses particulares (corporativos e empresariais) do que as visões da sociedade civil organizada sobre os transgênicos e suas implicações, reforçando a conclusão de que houve baixa permeabilidade ao social na cobertura noticiosa.

Por último, queremos relembrar o que dissemos anteriormente sobre o fato de não podermos deduzir que todas as notícias da grande imprensa compartilham as características constatadas na cobertura noticiosa dos transgênicos em 2004. Essa impossibilidade não é apenas pela ausência de elementos empíricos sobre outras notícias, mas também pela consciência de que a imprensa produz, em inúmeros momentos, informações de qualidade.

A inconstância da grande imprensa, que ora produz notícias de qualidade, ora não, é a mais importante justificativa que temos para persistir na idéia de que não existem

empecilhos intransponíveis para a produção de informações de qualidade no jornalismo diário impresso. Apesar do descompasso verificado entre os fundamentos conceituais da atividade jornalística nas sociedades ocidentais e a experiência empírica analisada, acreditamos que é possível superar esses problemas dentro da própria noção de jornalismo que constituímos ao longo dos anos.

CONCLUSÃO

Toda discussão sobre *qualidade*, seja ela em qualquer área de conhecimento, diz respeito a dois aspectos essenciais: a *natureza* daquilo que se discute (*a sua* qualidade ou categoria) e a *avaliação* desse mesmo objeto de interesse dentro de uma escala de valores que lhe permite aceitação ou recusa (saber se *é de* qualidade ou não). Portanto, implica tanto o conhecimento dos atributos específicos do que se qualifica (das condições e propriedades que o distinguem dos demais) quanto o seu julgamento a partir de um parâmetro de aceitação (um referencial de qualidade). O primeiro aspecto define os limites e potencialidades daquilo que se qualifica; o segundo demonstra quanto determinado objeto, quando avaliado, distancia-se ou aproxima-se da própria referência de ideal que possui.

A discussão sobre *a qualidade da informação jornalística*, que tomamos como objeto na presente pesquisa, orientou-se por esses dois aspectos essenciais: as *especificidades* (características, limites e potencialidades) da informação produzida pelo jornalismo e a sua *avaliação* de qualidade. Esses aspectos estiveram presentes nos dois momentos de pesquisa que desenvolvemos: um conceitual (baseado nos princípios da atividade jornalística) e outro empírico (baseado na análise de notícias selecionadas da realidade).

Nosso interesse inicial foi demonstrar que o compromisso com uma informação de qualidade faz parte dos fundamentos conceituais e históricos da atividade jornalística, ou seja, que o jornalismo institucionalizou-se e adquiriu importância na sociedade pela competência que disse possuir e comprovou ter para bem-informar os cidadãos. Assim, tanto a natureza (as qualidades) quanto o parâmetro de avaliação (de qualidade) do jornalismo – o *ser* e o *dever-ser* da informação jornalística – foram gerados pela interação da atividade com a

sociedade. Tal afirmação, todavia, é relativa a um determinado modelo de sociedade e de jornalismo: às sociedades democráticas ocidentais e ao jornalismo de mediação.

Como dissemos, as sociedades ocidentais caracterizam-se “pelo estado de direito, a democracia, as liberdades intelectuais, a racionalidade crítica, a ciência e uma economia de liberdade fundada na propriedade privada” (NEMO, 2005, p. 11). Essas características influenciaram profundamente a atividade jornalística, principalmente, a idéia de jornalismo como uma ferramenta de emancipação do público – direito à informação como um *direito-meio*, que permite a realização de outros direitos (GENTILLI, 2005) –, livre de censura, inserida nas relações de mercado, voltada para o interesse público e compromissada em expressar a pluralidade existente na sociedade democrática.

A cultura ocidental foi o berço do paradigma informativo no jornalismo e, ao mesmo tempo, do modelo de mediação da informação e do debate público (jornalismo como mediador do conhecimento público e da própria esfera pública). Abordamos esse modelo, caracterizado pelo papel social do jornalismo nas sociedades democráticas, a partir de uma sucessão de tríades explicativas que retomaremos aqui resumidamente: os três sentidos de *mediação*, os três *saberes profissionais* dos jornalistas, os três sentidos de *verdade* e as três *dimensões da mediação* jornalística.

Na primeira tríade, destacamos três sentidos do termo mediação que ganharam equivalência profissional ao serem transformados em princípios da atividade jornalística: 1) mediar no sentido de *distar* ou de assumir posição independente do que aborda (independência profissional); 2) no sentido de *repartir* em partes iguais ou de não favorecer uma das partes (imparcialidade profissional); e no sentido de *transcorrer* por dois momentos ou de passar (reportar) o acontecimento para o conhecimento público (objetividade profissional).

A segunda tríade explicativa que desenvolvemos para compreender esse modelo de mediação se refere especificamente à esfera profissional do jornalismo. São os três saberes que os jornalistas professam possuir e que os distinguem socialmente como mediadores competentes: 1) saber *o que* mediar (os acontecimentos e questões atuais de interesse público, além do próprio debate público); 2) *como* mediar (com informações verdadeiras produzidas com transparência, independência, equilíbrio e pluralidade); e 3) *para quem* mediar (para o interesse público).

É em relação a esses saberes de mediador ativo e responsável que a competência profissional do jornalista deve ser avaliada: pela sua habilidade para selecionar os fatos de interesse público, filtrar as informações verdadeiras, investigar os dados com independência, recorrer àqueles que são capazes de interpretá-los em suas diferentes perspectivas e construir relatos lingüísticos coerentes, equilibrados, plurais, inteligíveis e com transparência sobre os métodos utilizados nesse processo. Portanto, o jornalista não pode ser julgado pela sua capacidade ou incapacidade de reflexão aprofundada sobre todos os fatos da atualidade que noticia – exigência, aliás, que não se faz a nenhum intelectual de outra área – mas, pela sua competência de mediador.

A terceira tríade mencionada focalizou a mediação jornalística com base em três concepções de verdade (CHAUI,1995), de diferentes origens: *aletheia* (grega), *veritas* (latina) e *emunah* (hebraica). Delas advêm diferentes teorias sobre a natureza do conhecimento verdadeiro, respectivamente: a verdade está na correspondência à realidade (fatos), está na coerência lógica das idéias (texto) e na confiança nos compromissos pactuados (princípios). Há ainda uma quarta noção de conhecimento verdadeiro (CHAUI, *op. cit*): a visão da pragmática, que define o conhecimento verdadeiro pela verificabilidade e pela aplicação prática de seus resultados (comprovação e eficácia).

Relacionamos essas quatro teorias do conhecimento verdadeiro às diversas definições de objetividade existentes nos estudos de jornalismo. Consideramos, assim, que a confusão teórica que esse conceito tem gerado na área tem origem nas diferentes maneiras como foi associado às noções de verdade. De fato, todas essas noções influenciam a discussão sobre a qualidade da informação jornalística, pois, o que o público espera do jornalismo é que suas informações sejam fiéis à realidade (correspondência), coerentes (lógica), credíveis (respeito ao pactuado) e proveitosas (utilidade comprovada).

A última tríade que utilizamos para compreender o jornalismo moderno é composta pelas três dimensões da mediação jornalística: o conhecimento, a linguagem e o consenso. Essas três dimensões estão presentes na definição de jornalismo que formulamos após uma revisão teórica do impasse entre os paradigmas realista e idealista: *o jornalismo é uma atividade de mediação de conhecimento fundamentada em compromissos éticos, socialmente institucionalizados, e realizada por meio de uma linguagem específica que reconstrói, com base em significações compartilhadas pela sociedade, os recortes da realidade atual.*

Essa concepção de jornalismo possui conflitos intrínsecos à sua natureza historicamente instituída: é uma atividade de interesse público (serviço) e, quase sempre, de execução privada (negócio); é uma instituição social e se concretiza por meio de organizações empresariais; relaciona-se com a sociedade na condição de cidadãos (público) e de consumidores (audiência); produz relatos lingüísticos e almeja a transparência; lida com a aparência do mundo e busca a verdade; trabalha sob intensa pressão temporal e tem pretensão de exatidão; opera no senso comum e expõe o dissenso.

A esse perfil paradoxal da atividade jornalística no Ocidente creditamos a sua legitimidade de atuação nas sociedades democráticas, pois a democracia é conflito tanto quanto cooperação, é contradição e consenso, direitos e deveres, pluralidade e singularidade,

igualdade e diferença, individualidade e coletividade. Como mediador desse universo democrático, o jornalismo é parte e reflexo de seus avanços e dilemas: ele é um espaço de conflito, do contraditório, do embate de visões, de interpretações dos fatos e de interesses, mas, também é um espaço de acomodação da multiplicidade de perspectivas existentes e de formação do consenso; ele promove, assim, tanto a renovação (instabilidade) quanto a manutenção (estabilidade) da vida em sociedade.

O caráter democrático do jornalismo, que resulta na qualidade de sua informação, está em não dogmatizar visões e possibilitar, pela confrontação das idéias existentes na sociedade (pluralismo crítico), o aparecimento de saídas para os impasses que se apresentam na atualidade. Portanto, o que se espera da atividade jornalística, bem como das informações jornalísticas de qualidade, não é o seu isolamento da correlação de forças em que se insere na esfera pública, mas o seu compromisso profissional de assegurar – assim como, em tese, também assegura o regime democrático –, a prevalência da liberdade sobre o autoritarismo, do interesse público sobre os demais interesses. De outra forma, descomprometer-se com o interesse público (SILVA In: MOTTA, 2002) e dogmatizar os anseios de livre pensamento desse público seria perder a sua legitimidade social de mediador.

Assim, o público é início (esfera pública como objeto), meio (referência para produção das informações) e fim (divulgação pública) da mediação jornalística. O interesse público serve de guia para a realização do trabalho jornalístico, para definição das noções de normalidade, novidade e relevância que delimitam os fatos a serem noticiados. A demanda pública também é referência para a decisão profissional dos jornalistas – influenciada pelas condições de produção e pela política editorial de cada organização jornalística – sobre o quanto vão se empenhar em reconstituir as conexões do factual com o contextual nas notícias para assegurar inteligibilidade e profundidade às informações.

Ao longo deste trabalho, não ignoramos as dificuldades de se produzir informações de qualidade no jornalismo. Destacaremos aqui apenas três empecilhos principais dentre os apresentados: a dificuldade de as organizações jornalísticas (e seus profissionais) serem independentes ou não-submissas às diversas tentativas de interferência que sofrem, de os jornalistas serem livres da imposição dos interesses particulares das próprias organizações em que trabalham e de lidarem com a forte pressão temporal à qual a atividade está submetida, quer seja pela sua dupla contemporaneidade – tem o presente como objeto e perspectiva no tempo em que se desenvolve (WEAVER. In: TRAQUINA (Org.), 1999) –, quer seja pela lógica da informação em primeira mão (MORETZSOHN, 2002).

No entanto, ponderamos que esse é, desde o princípio, o *hábitat* natural do jornalismo informativo. É pela capacidade de superar esses empecilhos para informar o público sobre os fatos do presente, com qualidade e em quantidade, que o jornalismo teve e continua tendo importância social. Portanto, as dificuldades não são justificativas plausíveis para todas as deficiências informativas. Além disso, não é só de ideal, mas de experiências reais que se constrói a convicção de que a prática de um jornalismo de qualidade é exequível. Isso porque também há qualidade de informação na realidade da imprensa, o que significa que não existem barreiras intransponíveis, inerentes ao modelo de mediação, para bem-informar o público.

Essa inconstância na satisfação de critérios de qualidade no jornalismo resulta numa situação aparentemente paradoxal: a manutenção da credibilidade jornalística, mesmo diante das inúmeras críticas que recebe. Esse paradoxo, a nosso ver, é apenas aparente porque as críticas são justamente fundamentadas no valor da informação jornalística para a sociedade e na constatação de que a qualidade é possível. Num contexto mais amplo, essa situação é coerente com busca de melhoria da qualidade de todas as instâncias e instrumentos democráticos.

Contudo, algumas coisas podem e devem ser feitas para avançarmos mais rapidamente nesse processo. Acreditamos que a existência de um referencial de qualidade para orientar a prática jornalística e a produção das informações jornalísticas seja um fator crucial nessa perspectiva. Sobre esse aspecto, é a academia que tem deixado a desejar por não oferecer à atividade e, em última instância, à sociedade a sistematização desse referencial. Independentemente de todas as críticas que faz ao jornalismo ou precisamente por isso, a academia deve debruçar-se na organização de suas idéias para iluminar o trabalho profissional. Entretanto, teoria e prática se distanciam à medida que as formulações teóricas não retornam à prática para aperfeiçoá-la. Em outras palavras, falta a síntese da antítese que a reflexão acadêmica contrapõe à tese de que a informação jornalística não tem o que melhorar.

Nesta pesquisa, tentamos contribuir nesse sentido. Resgatamos os fundamentos históricos e conceituais do jornalismo informativo (ou de mediação), a fim de argumentar que as especificidades e os princípios institucionais da atividade jornalística podem (e devem) servir de guia para a prática e para a construção de critérios avaliativos da qualidade de sua produção, para além das distintas organizações existentes. Há, portanto, uma noção *de qualidade* que transcende os diferentes veículos de imprensa, pois tem origem nas características (*na qualidade*) do jornalismo e na sua relação com a sociedade.

Para testar tal afirmação, interpretamos os principais resultados empíricos alcançados pela análise de conteúdo da cobertura noticiosa da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004 com base nos fundamentos que regem a atividade jornalística nas sociedades democráticas ocidentais. Esse caminho foi proveitoso para a discussão sobre a qualidade da informação jornalística e nos possibilitou a elaboração de um “esboço” de referencial de qualidade para posteriores investigações.

Curiosamente, esse referencial em muito se aproxima das exigências fundamentais da busca de um conhecimento verdadeiro que, segundo Chauí (1995, p. 107), são conservadas em todas as concepções que compuseram nossa idéia de verdade ao longo dos séculos. Conforme a pesquisadora, o conhecimento verdadeiro deve separar preconceitos e a atitude para o conhecimento; explicitar com detalhes os procedimentos empregados; ter liberdade de pensamento para investigar; ter comunicabilidade, ou seja, seus resultados devem poder ser conhecidos e compreendidos por todos; ter transmissibilidade, isto é, o processo deve poder ser ensinado e discutido em público; ter veracidade, ou seja, o conhecimento não pode ser ideologia ou dissimulação; e sua verdade deve ser objetiva para que seja compreendida e aceita universalmente, embora o sujeito do conhecimento esteja necessariamente envolvido nesse processo.

A confrontação dessas exigências do conhecimento verdadeiro com o corpo teórico do jornalismo e a pesquisa empírica que apresentamos resultou na identificação de importantes *elementos de qualidade da informação jornalística*, são eles: **veracidade** (correspondência à realidade, coerência lógica, confiabilidade, verificabilidade e aplicabilidade); **comunicabilidade** (competência lingüística e expositiva); **pluralidade** (equilíbrio democrático e imparcialidade); **liberdade** (independência e universalidade); **socioreferencialidade** (interesse público); **inteligibilidade** (possibilitar a compreensão do sentido); **transmissibilidade** (transparência do método e rigor investigativo).

Esses elementos são atributos da informação de qualidade que, evidentemente, podem se desdobrar em muitos outros, porém, a princípio, servem de ponto de partida para o esboço de um referencial de qualidade. Na condição de guia, essa referência pode orientar e motivar a reflexão dos profissionais, embora não possa determinar a prática jornalística que também está condicionada por outros fatores, inclusive pela especificidade de cada meio jornalístico. A pretensão de qualidade, entretanto, não está além da capacidade e da

competência jornalísticas, assim como não representa a transformação do jornalismo em outro gênero de conhecimento, sem as características de singularidade e efemeridade que possui. Significa, antes de tudo, reconhecer a dimensão do potencial das informações jornalísticas que enfatizamos ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ellis Regina e SOUZA, Elizete Cristina de. *Obras jornalísticas: uma síntese*. 2. ed. Brasília: Vesticon, 2004.

ARBEX JR., José. *Showrnlalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENEDETI, Carina A. e SPENTHOF, Edson L. *Algumas considerações sobre o tempo e a narrativa factual*. Trabalho apresentado à disciplina de Narratologia da Pós-graduação da Faculdade de Comunicação/UnB. Brasília: 2004.

BERGANZA, Rosa. *O contributo da Escola de Chicago para o jornalismo contemporâneo: as reflexões de Robert E. Park sobre a notícia*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Revista Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 27, 2000.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 90-108.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CORREIA, João C. *O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público*. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*. n. 27. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

DEMO, Pedro. *Certeza da incerteza: ambivalência do conhecimento e da vida*. Brasília: Plano, 2000.

DINES, Alberto. *O papel do jornal, uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – Fenaj (Org.). *Formação Superior em Jornalismo: Uma exigência que interessa à sociedade*. Florianópolis: UFSC, 2002.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

FRANÇA, Júnia Lessa e VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Colaboração: Maria Helena de Andrade Magalhães e Stella Maris Borges. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

FRANÇA, Vera Veiga, HOHLFELDT, Antonio e MARTINO, Luiz C. (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. In: Revista da Federação Nacional dos Jornalistas. Ano I, n. 1. Brasília: Fenaj, 1996.

GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker Editores e Edusp, 2000.

GUERRA, Josenildo Luiz. *O percurso interpretativo na produção da notícia*. 183 p. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2003.

_____. *Neutralidade e imparcialidade no jornalismo: da teoria do conhecimento à teoria ética*. 17p. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom 99, 1999.

_____. *A objetividade no jornalismo*. 183p. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HANSEN, Anders, COTTLE, Simon, NEGRINE, Ralph e NEWBOLD, Chris. *Mass Communication Research Methods*. New York: New York University Press, 1998.

INSTITUIÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 364.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. *Normas da ABNT*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

KARAM, Francisco José. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Tradução: Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*: Norte e Sul. Tradução: Rafael Varela Jr. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular/UFSC, 2001.

_____. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MACHADO, Elias. *O pioneirismo de Robert Park na pesquisa em Jornalismo*. In: *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. v. 2. n. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.

MATIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MEDIAR. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 424.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

_____. *O rádio na era da informação*. Florianópolis: Insular/UFSC, 2001.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em “tempo real”*: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga F. *Notícias do fantástico: jogos de linguagem e efeitos de sentido na comunicação jornalística*. Verso e Reverso, Unisinos, Rio Grande do Sul, v. 42, n. 2005, 2005.

_____. *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2004.

_____. *O trabalho simbólico da notícia*. In: XII Reunião Anual da Compós. Recife, 2003.

_____. *Crise no paradigma do jornalismo: mas qual paradigma?* In: Revista de Jornalismo Pauta Geral. n. 5. Bahia: Calandra, 2003.

_____(Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NEMO, Philippe. *O que é o Ocidente?* Lisboa: Edições 70, 2005.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Editora Hucitec/UNESP, 1998.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2003.

PARK, Robert E. *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento*. In: STEINBERG, Charles (Org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, s/d. p. 168-185.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTO, Mauro Pereira. *Media framing and citizen competence: Television and audiences interpretations of politics in Brazil*. 391 f. Tese de doutorado. Departamento de Comunicação, Universidade da Califórnia, San Diego, 2001.

_____. *Enquadramentos da mídia e política*. In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 2002.

PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Luiz Martins da. *Jornalismo Público: o social como valor-notícia*. Brasília: Casa das Musas, 2004.

_____. *Teorias da Comunicação*. Série textos em comunicação. n. 1. Brasília: Casa das Musas, 2003.

SILVEIRA, Paulo Fernando. *Rádios comunitárias*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra, Portugal: Minerva Coimbra, 2000.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. v. 2. *A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular/UFSC, 2005.

_____. *Teorias do jornalismo*. v. 1. *Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular/UFSC, 2004.

_____. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra, Portugal: Minerva, 2000.

_____(Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Portugal: Vega, 1999.

VÉLEZ, Maria Margarida Londoño. *As folhas do diário: um estudo dos gêneros jornalísticos e das mudanças na Folha de S. Paulo*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes). Universidade de São Paulo. São Paulo: 1985.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIVARTA, Veet (Coord.). *Que país é este?: pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano & social no foco da imprensa brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Portugal: Presença, 1995.

ANEXO 1

Instrumento de codificação das notícias

ANEXO 2

Marcos da discussão dos transgênicos no Brasil

2003

DATA	ACONTECIMENTOS	DETALHES
Janeiro de 1995	Criada a Lei 8.974	Estabelece normas de biossegurança para regular todos os aspectos da manipulação e uso de organismos geneticamente modificados no Brasil.
Em 1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso assina decreto 1752/95 que cria CTNBio	Decreto regulamenta a Lei 8.974 e dispõe sobre a vinculação, competência e composição da CTNBio, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.
Em 1997	A semente de soja transgênica chega ao Rio Grande do Sul por meios ilegais	As primeiras safras de soja transgênicas no Brasil foram cultivadas com sementes contrabandeadas da Argentina, onde é permitido o plantio de soja transgênica. ⁵³
Em 1998	CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) liberou a comercialização, o plantio, a reprodução e o uso em alimentos de soja transgênica.	A autorização foi suspensa por uma ação cautelar movida pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e pelo Greenpeace, a qual questionava a autoridade da CTNBio para liberar os transgênicos. Na mesma época, as entidades entraram com liminar pedindo suspensão do comunicado 54/98 da CTNBio que liberava a soja <i>Roundup Ready</i> , da Monsanto.
Início da colheita da safra 2002/2003	Agricultores de soja transgênica pressionam governo para que a comercialização do produto seja regulamentada	Difundida entre os agricultores e protegida pela falta de fiscalização, a soja transgênica conquista uma área de plantio significativa.
Março de 2003	1ª Medida Provisória sobre soja transgênica: MP 113 convertida na Lei 10.688 de 13/06/2003	Autoriza a comercialização de grãos transgênicos de soja cultivados na safra de 2002/2003.
Setembro de 2003	2ª Medida Provisória sobre soja transgênica: MP 131 convertida na Lei 10.814 de 15/12/2003	Libera o plantio de soja transgênica na safra de 2003/2004.
Safra 2003/04	Cerca de 80% da soja plantada no Rio grande do Sul é transgênica	Esta seria a sétima safra com soja transgênica na contabilidade dos produtores.
Outubro de 2003	Projeto de Lei de Biossegurança é enviado ao Congresso	Intenção do governo é aprovar a nova Lei de Biossegurança até outubro de 2004, quando começa o plantio de soja no País, a fim de não prejudicar o calendário agrícola.
Dezembro de 2003	Mensagem de Veto 741	Inocenta a empresa Monsanto que criou e disseminou a tecnologia <i>Roundup Ready</i> de todos os danos que essa tecnologia possa causar (responsabilidade prevista na lei 10.814).

⁵³ Fonte: www.greenpeace.org.br

2004

DATA	ACONTECIMENTO	DETALHES
Dia 5 de fevereiro de 2004	(1ª) votação do projeto de lei na Câmara dos Deputados	Aprovada versão do projeto de lei que retira da CTNBio o poder deliberativo final para liberação dos transgênicos e limita-o à autorização de pesquisas de OGMs, com possibilidade de seus pareceres serem questionados por outros órgãos, como Anvisa e Ibama.
Março de 2004	Governo baixa Decreto de Rotulagem	Os produtos com percentual acima de 1% de transgênicos em sua composição devem ter embalagens diferenciadas pela impressão de um triângulo amarelo com um T no centro.
Dia 6 de outubro de 2004	Votação do projeto de lei no Senado Federal	Por 53 votos contra 2, além de 3 abstenções, o projeto de lei que libera definitivamente o cultivo de soja transgênica e amplia o poder da CTNBio é aprovado no Senado.
1º de setembro de 2004	Justiça reconhece autoridade da CTNBio	Publicada a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que reconhece a autoridade da CTNBio para decidir sobre a liberação dos transgênicos.
Dia 15 de outubro de 2004	3ª Medida Provisória sobre soja transgênica: MP 223	Publicada a MP que autoriza o plantio e a comercialização de soja transgênica para a safra de 2004/2005.

2005

DATA	ACONTECIMENTOS	DETALHES
Janeiro de 2005	Diretoria da Embrapa é demitida	O ministro Roberto Rodrigues (da Agricultura) demite toda a diretoria da Embrapa com a intenção de priorizar projetos ligados ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar.
Dia 2 de março de 2005	(2ª) votação do projeto na Câmara dos Deputados	Por 352 votos a favor, 60 contrários e uma abstenção, a Câmara aprovou o projeto de lei modificado no Senado que enfraquece os ministérios da Saúde e do Meio Ambiente no processo de decisão sobre os OGMs
24 de março de 2005	Publicada Lei de Biossegurança, nº 11.105 que revoga a Lei 8.974/95	Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGMs e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança

ANEXO 3

Monsanto no mundo



■ Países nos quais a empresa Monsanto atua
Fonte: www.monsanto.com.br

Monsanto no Brasil



■ Estados brasileiros nos quais a empresa Monsanto atua
Fonte: www.monsanto.com.br